

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

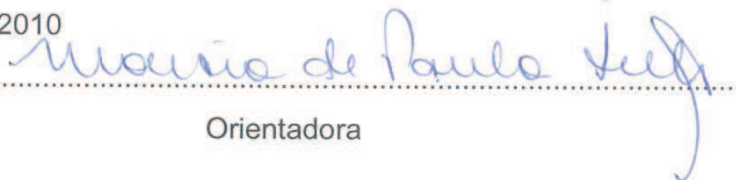
**As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem:
um caminho para a construção da autogestão?**

Autora: Ioli Gewehr Wirth
Orientadora: Márcia de Paula Leite

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Ioli Gewehr Wirth, e aprovada pela Comissão Julgadora.



Data: 18/06/2010

Assinatura:.....



Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecário: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

W746r	<p>Wirth, Ioli Gewehr.</p> <p>As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão? / Ioli Gewehr Wirth. - Campinas, SP: [s.n.], 2010.</p> <p>Orientador : Márcia de Paula Leite.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Relações de gênero. 2. Divisão de trabalho por sexo. 3. Autogestão. 4. Cooperativismo. 5. Incubação. I. Leite, Márcia de Paula. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">10-138/BFE</p>
-------	--

Título em inglês: Gender relations in people's cooperatives of the recycling segment: a way for the construction of self-management?

Keywords: Gender relations; Sexual division of labor; Self-management; Cooperativism; Incubation

Área de concentração: Ciências Sociais na Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Profª. Drª. Márcia de Paula Leite (Orientador)

Profª. Drª. Angela Maria Carneiro Araújo

Profª. Drª. Neusa Maria Dal Ri

Data da defesa: 18/06/2010

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : ioligw@gmail.com

Agradecimento

Agradeço à Márcia de Paula Leite pela orientação e por ter me proporcionado oportunidade de participação em diversas atividades de pesquisa; À Ângela Araújo e à Neusa Dal Ri, pelas considerações tecidas durante o exame de qualificação, que me forçaram a elaborar um olhar mais crítico sobre a temática estudada; À Maria Rosa Lombardi pela disponibilidade e pelas contribuições; À FAPESP, pela concessão de bolsa de pesquisa.

Agradeço à Lais Fraga, à Juliana Nóbrega, à Bruna Vasconcellos, ao Henrique Novaes, à Mariana Pereira e à Tatiana Dimov pela leitura e discussão de partes da dissertação.

Agradeço ao Bruno Rampone, à Tarsila, ao Marcos e à Giuliana, que, durante o período de pesquisa, compuseram a equipe de incubação do segmento de resíduos da ITCP/UNICAMP, com os quais pude refletir sobre a prática da Educação Popular no trabalho associado.

Agradeço ao coletivo de formadores da ITCP/UNICAMP, que resiste em ser engolido, ao mesmo tempo, pelo academicismo e praticismo, e, por meio dessa tensão, contribui para a formação de estudantes e trabalhadores.

Agradeço ao Rodolfo Silva e ao Darnisson Viana pela colaboração com as transcrições, ao Paulo Hebmüller pela revisão ortográfica, à Diana Helene pela contribuição com a diagramação, ao Paulo Henrique da Silva pelo auxílio na seleção e no exame de dados sobre Economia Solidária.

Agradeço aos meus pais, Vera e Lauri, pelo apoio, incentivo e leitura das primeiras versões do texto. Ao Juan, meu companheiro, pela compreensão, consolo e amparo.

Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras das cooperativas investigadas, por possibilitarem a realização da pesquisa e por compartilharem comigo seu tempo e suas histórias de vida.

Resumo

Dentro do contexto das transformações do mundo trabalho, esta pesquisa aborda duas experiências de trabalho associado sob a perspectiva analítica de gênero. Duas cooperativas populares de triagem de resíduos sólidos, de Campinas-SP, foram analisadas, com foco no processo produtivo, na divisão sexual do trabalho, na gestão do empreendimento e na incubação. Buscou-se também contemplar essas experiências do ponto de vista do lugar precário que elas ocupam na cadeia produtiva da reciclagem, condição que limita sua possibilidade de autogestão. Nessas cooperativas, o número de mulheres é superior ao de homens e observa-se uma nítida divisão sexual do trabalho. Este estudo analisou as consequências e as possibilidades de alteração dessa configuração. Além disso, a pesquisa buscou compreender o significado do trabalho associado para homens e mulheres por meio das trajetórias ocupacionais de 15 trabalhadores entrevistados. Entre as mulheres entrevistadas foi possível observar um sentido contraditório do trabalho associado, significando por um lado uma melhor possibilidade de articulação entre as atividades produtivas e reprodutivas e por outro, essa flexibilidade combinada com um maior nível de exploração.

Palavras-chave: Relações de gênero; Divisão sexual do trabalho; Autogestão; Cooperativismo; Incubação.

Abstract

Within the context of labor's world transformations, this research addresses two experiences of associated work under the analytical perspective of gender. Two people's cooperative that select solid waste, in Campinas-SP, were analyzed, focusing on the production process, the sexual division of labor, the enterprise management and incubation. We also tried to look at these experiences in terms of the precarious place they occupy in the productive chain of recycling, a condition that limits their possibility of self-management. In these cooperatives, the number of women exceeds that of men and there is a clear sexual division of labor. This study examined the consequences and the possibilities for changing this setting. Moreover, the research sought to understand the meaning of associated work for men and women through the occupational trajectories of 15 interviewed workers. Among the women interviewed it was possible to observe a contradictory sense of associated work, meaning on one hand a better possibility of articulation between the productive and reproductive activities and on the other, this flexibility combined with an greater level of exploitation.

Keywords: Gender relations; Sexual division of labor; Self-management; Cooperatives; Incubation.

Lista de abreviaturas e siglas

ACOOOP	Associação das Cooperativas de Triagem e Manuseio de Resíduos Sólidos de Campinas e Região
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRCA	Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo
DLU	Departamento de Limpeza Urbana
EDH	Ecologia e Dignidade Humana
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FAPESP	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCC	Fundação Carlos Chagas
GT	Grupo de Trabalho
GTRS	Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não Governamental
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONINC	Programa Nacional de Incubação
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontificia Universidade Católica
REMTE	Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

Sumário

Introdução	13
Metodologia de pesquisa	17
Apresentação dos capítulos	24
Parte I – Trabalho associado e Gênero.....	27
Capítulo 1 - Notas teóricas sobre o trabalho associado.....	29
1.1 Reestruturação produtiva e precarização do trabalho	29
1.2 A emergência do trabalho associado	36
1.2.1 <i>Economia Solidária como superação do capitalismo</i>	38
1.2.2 <i>Complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária</i>	39
1.2.3 <i>Economia popular</i>	41
1.2.4 <i>Autogestão</i>	43
1.3 As concepções adotadas	48
Capítulo 2 - Gênero e trabalho associado.....	51
2.1 Os antecedentes históricos do trabalho associado e a questão de gênero	52
2.2 A categoria gênero	55
2.3 Divisão sexual do trabalho	59
2.4 Economia Feminista e Economia Solidária.....	62
2.5 As pesquisas sobre gênero e trabalho associado	66
2.5.1 <i>Guérin e as mulheres na Economia Solidária</i>	68
2.5.2 <i>Ribas Bonet e a divisão sexual do trabalho nas cooperativas</i>	72
2.5.3 <i>Análise comparativa de Guérin e Ribas Bonet</i>	75
2.6 O lugar das mulheres na Economia Solidária.....	76
2.7 Perspectivas	89
Parte II – Os estudos de caso	93
Capítulo 3 – O lugar das cooperativas na cadeia produtiva da reciclagem	95
3.2 A questão do lixo	95
3.3 O Movimento Nacional dos Catadores e as Políticas Públicas para o segmento	98
3.4 A cadeia produtiva da reciclagem	101
3.4.1 <i>Coleta seletiva privada X coleta seletiva solidária</i>	103
3.4.2 <i>O mercado de recicláveis</i>	108
3.5 As cooperativas de triagem de resíduos sólidos de Campinas	111
3.6 O processo de trabalho nas cooperativas de triagem de resíduos sólidos	116
3.7 Considerações finais	119
Capítulo 4 - Cooperativa A: Um olhar sobre as relações sociais de poder e sexo	121
4.1 Histórico	121
4.2 Descrição do processo produtivo.....	125
4.3 A compreensão do processo produtivo por parte dos trabalhadores	133
4.5 A inversão de papéis no processo de trabalho como um exercício pedagógico.....	140
4.6 As consequências da divisão sexual do trabalho e a reação do grupo das mulheres	147
4.7 O sistema de retirada	150
4.8 Um homem na triagem e o fim da remuneração por produção	153
4.9 Considerações finais	155
Capítulo 5 - Cooperativa B: as nuances da divisão sexual do trabalho.....	157
5.1 Histórico	157
5.2 Descrição do processo produtivo de 2005	160

5.3 Oficina de gênero.....	163
5.4 Oficinas sobre um novo sistema de retirada: remuneração por pontos (2005)	165
5.5 Alterações nos sistemas de retirada (2006 – 2009)	166
5.5.1 Remuneração por hora e por produção paralela (2006)	167
5.5.2 Remuneração por produção individual ou por equipes de trabalho (2008)	167
5.5.3 Remuneração de todos os trabalhos por hora (2009)	169
5.6 Diferentes sistemas de remuneração, diferentes lógicas de funcionamento.....	170
5.7 As nuances da divisão sexual do trabalho	173
Capítulo 6 - Análise comparativa.....	177
6.1 Cooperativa A & cooperativa B	177
6.1.1 Divisão sexual do trabalho	179
6.1.2 Sistemas de retirada	182
6.1.3 Lideranças	185
6.2 Mulheres entrevistadas & Homens entrevistados.....	190
6.2.1 As mulheres entrevistadas	191
6.2.2 Conciliação de atividades produtivas e reprodutivas	193
6.2.3 Os homens entrevistados	199
Conclusão	201
Referências	211
APÊNDICE A - Roteiro de observação do processo produtivo	220
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista.....	222

Introdução

No contexto das transformações do mundo do trabalho, relacionadas ao advento da acumulação flexível (HARVEY, 2006), à reestruturação produtiva (LEITE, 2003) e ao aumento do desemprego, observa-se também a reemergência do trabalho associado. Dentre as várias características passíveis de análise nessa forma de trabalho, elegemos as relações sociais de sexo como o nosso foco.

A análise das experiências de trabalho associado a partir da perspectiva de gênero constitui um tema relativamente novo. O debate clássico em torno do cooperativismo (MARX, 1979; LUXEMBURGO, 1970; OWEN e FOURIER apud BUBER, 1971) não contemplava a desigualdade produzida a partir das relações sociais de sexo. A retomada da discussão a respeito do trabalho associado precisa incorporar uma série de questões que não estavam teoricamente colocadas no contexto do século XIX.

Nesse sentido, a articulação entre trabalho associado e gênero é um tema que tem enorme pertinência para compreender o fenômeno atual de reemergência do trabalho associado – ainda mais quando este está articulado à precarização do trabalho, que afeta as mulheres de forma mais intensa (HARVEY, 2006, ARAÚJO et al, 2004, ABRAMO, 1998, HIRATA, 2007).

Ainda ausente nas principais referências teóricas sobre Economia Solidária e trabalho associado¹ (CORAGGIO, 2007; SINGER, 2002a; FRANÇA-FILHO e LAVILLE, 2004; VIEITEZ, 2009; TIRIBA, 2008), o enfoque de gênero sobre a Economia Solidária brasileira se apresenta como uma reivindicação do movimento feminista.

Os dados sobre Economia Solidária no Brasil revelam que as mulheres estão mais concentradas nos pequenos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), com até 10 sócios, e nas atividades agrícolas, na fabricação de produtos têxteis, na fabricação de alimentos e bebidas e na confecção de vestuário (SIES, 2007). À medida que os dados

¹ Conforme discutimos no capítulo 1, há diversas perspectivas teóricas presentes no campo da Economia Solidária. Quando utilizamos o termo Economia Solidária nos referimos a pluralidade de concepções e enfoques, o que inclui o das políticas públicas, das redes solidárias, das unidades produtivas, das novas formas de comercialização etc. Já o termo trabalho associado, utilizado por alguns autores (VIEITEZ e DAL RI, 2009; TIRIBA, 2008) pressupõe um enfoque e concepção política mais precisos. Nessa perspectiva a auto-organização dos trabalhadores e sua vinculação com bandeiras políticas anticapitalistas de movimentos sociais são centrais.

denotam a concentração feminina em segmentos identificados com as atividades domésticas tradicionalmente designadas às mulheres, eles revelam uma nítida divisão sexual do trabalho².

As questões de gênero observadas na Economia Solidária começam a ser debatidas por parte do movimento feminista, que, a partir da perspectiva da economia feminista (CARRASCO, 2006), deposita nessa alternativa uma expectativa de valorizar, de forma mais justa, as atividades tradicionalmente femininas (GUÉRIN, 2005). Outra questão que começa a ser indagada, e que esses dados não revelam, é a divisão sexual do trabalho interna em cada organização. Em relação ao lugar ocupado pelas mulheres no interior dos empreendimentos, destacamos o estudo de Ribas Bonet (2005) sobre as cooperativas que compõem a Economia Social espanhola. A autora aborda a situação da mulher trabalhadora quanto à remuneração e ao tipo de ocupação, comparando cooperativas e empresas tradicionais que compõem o mercado de trabalho espanhol.

Dentro dessa perspectiva, a questão central desta pesquisa consistiu em verificar qualitativamente até que ponto a organização administrativa e produtiva das cooperativas modifica a divisão sexual do trabalho comumente observada em empresas capitalistas. Se essas organizações se orientam por princípios de solidariedade e de participação democrática, há potencialidade para a alteração das relações sociais, incluindo as relações de gênero? Até que ponto há espaço nas organizações de trabalho associado para a modificação da divisão sexual do trabalho comumente observada no mercado de trabalho? Que importância tem a participação em um EES para homens e mulheres em relação às outras experiências de sua trajetória ocupacional? Essas foram as perguntas que guiaram a presente pesquisa.

Duas cooperativas populares localizadas no município de Campinas/SP, que se dedicam à triagem e à venda de materiais recicláveis, foram analisadas por meio de estudo de caso. No mapeamento da Economia Solidária foram identificados 431 EES pertencentes a cadeia produtiva da reciclagem. Esses representam 2 % do total de EES mapeados (SIES, 2007) e 5,8% se considerarmos apenas as organizações urbanas de trabalho associado.

² A noção de divisão sexual do trabalho, desenvolvida por Hirata e Kergoat (2003) é compreendida enquanto um princípio organizador do mundo do trabalho. Ela contribui para elucidar a diferenciação entre trabalhos masculinos e femininos e a hierarquização social que se processa a partir dela. Essa noção, que apresentamos de forma mais aprofundada no capítulo 2, é uma das principais categorias de análise do presente estudo.

Além disso, esse é um dos segmentos que apresentam maior crescimento, tendo em vista que cerca de 70% dessas organizações foram criadas entre os anos de 2000 e 2007 (SCHIOCHET e BRANDES, 2008). A organização crescente de catadores em cooperativas e associações pode estar relacionada à articulação promovida pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e ao incentivo do governo federal que esse setor vem recebendo.

Outra motivação que nos levou a estudar esse segmento foi a percepção de uma clara divisão sexual do trabalho no interior das cooperativas de Campinas. Há na cidade 14 cooperativas de triagem de resíduos sólidos, em que cerca de 75% dos trabalhadores são mulheres. Por meio da incubação realizada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi possível constatar que as mulheres se concentram numa determinada etapa do processo produtivo. A incubadora realiza um processo de formação com o coletivo de trabalhadores, segundo os princípios da Educação Popular, e presta assessoria técnica, administrativa e jurídica. Nesse processo, a questão de gênero é um dos temas abordados.

Entre os anos de 2005 e 2006 a pesquisadora acompanhou uma das cooperativas analisadas na presente pesquisa, na qualidade de formadora da incubadora. Esta pesquisa se propôs então a aprofundar uma das questões observadas durante o processo de incubação.

Em um dos casos estudados (cooperativa A), a pesquisa de campo ocorreu paralelamente à incubação, realizada por uma equipe da ITCP-UNICAMP e consistiu em: observação da realidade de trabalho; observação de algumas reuniões de formação e assembléias; e realização de 8 entrevistas, sendo 4 com homens e 4 com mulheres.

No outro caso estudado (cooperativa B), a pesquisadora integrou a equipe de incubação durante os anos de 2005 e 2006. Para a realização desse estudo de caso, recorremos aos relatórios de incubação da época e realizamos duas visitas de observação da realidade de trabalho durante o período da pesquisa, além de 7 entrevistas (2 homens e 5 mulheres).

Dessa forma, as análises aqui apresentadas provêm de uma experiência concreta vivenciada no “chão do trabalho associado” no contexto de incubação de cooperativas populares. Os estudos de caso são a principal forma utilizada para apreender e analisar essas experiências, uma vez que essas organizações todavia possuem poucos registros

formais e escritos de seus processos, e apenas algumas de suas características são captadas pelo Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES) do governo federal.

Como forma de registro das visitas, produzimos relatos sobre os processos observados, buscando identificar as transformações cotidianas, suas motivações e os conhecimentos tácitos produzidos no contexto da autogestão. É uma autogestão limitada ao universo da cooperativa, que convive com a pressão e a lógica do mercado. Apesar dessa contradição, a experiência não deixa de ser um processo de aprendizagem para todos que estão nela envolvidos – aprendizagem esta que não acontece sem tensões ou conflitos.

Essa perspectiva de enfoque das potencialidades dessas experiências não significa que deixaremos de analisar os seus limites, que no caso do segmento de reciclagem se colocam de forma nítida. Essas cooperativas ocupam a ponta precária da cadeia produtiva da reciclagem; além disso, a condição de precariedade e a predominância da força de trabalho feminina parecem estar relacionadas.

O trabalho feminino nas duas cooperativas investigadas e as trajetórias ocupacionais das mulheres constituem o principal enfoque da pesquisa. Em coerência com a abordagem relacional de gênero, os trabalhos masculinos e algumas trajetórias ocupacionais dos homens também foram analisados. No entanto, devido ao material empírico coletado, a ênfase das análises recaiu sobre a ponta historicamente oprimida dessa relação social: as mulheres.

Os estudos de caso evidenciam as dificuldades das cooperativas em se libertar das amarras da lógica do capital, que se expressam de diversas formas: na tendência à hierarquização; na busca por produtividade; na submissão à mercantilização e às oscilações do mercado. E ao desocultar, evidenciar e tentar desconstruir é que os cooperados percebem outras e outras amarras. Apesar das dificuldades, os trabalhadores estão dispostos a fazê-lo e a refletir sobre o processo, mesmo que isso muitas vezes signifique ter menos dinheiro no bolso, e mesmo que não consigam transpor as barreiras do sistema. Nesse sentido, o trabalho associado é também uma forma de construção de identidade e consciência de trabalhador.

Cabe mencionar que esta pesquisa faz parte do projeto temático intitulado “A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero”, coordenado pela Profa. Dra. Márcia de Paula Leite e

financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Essa pesquisa fornecerá análises estatisticamente representativas sobre 5 segmentos selecionados que compõem o SIES, incluindo o segmento da reciclagem.

Metodologia de pesquisa

Este tópico destina-se a apresentar sob quais pressupostos teórico-metodológicos se estrutura a pesquisa de campo e a detalhar as ferramentas escolhidas para esta investigação, bem como apontar suas categorias de análise.

Pressupostos teórico-metodológicos

Esta pesquisa se baseia na metodologia da pesquisa participante, na medida em que está inserida num processo de colaboração entre a universidade e os grupos investigados, que acontece no âmbito de um programa de extensão universitária – mais especificamente, da incubação de cooperativas populares realizada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP-UNICAMP). É dentro dessa relação já construída, e respeitando seus pressupostos, que a pesquisa busca sistematizar e aprofundar um dos aspectos abordados durante o processo de incubação: as relações de gênero. Portanto, adotamos a pesquisa-participante como pressuposto metodológico, e as relações de gênero como enfoque específico.

Trata-se de descrever a realidade de dois empreendimentos de triagem a partir da perspectiva analítica de gênero e de analisar o processo de mudança ou manutenção dessas relações durante o período da pesquisa.

O campo desta pesquisa é o de duas cooperativas em processo de incubação. Os empreendimentos passaram ou estão passando por intervenções que objetivam contribuir com a prática dos grupos. “Em antropologia, o pesquisador não procura mudar os povos; ele estuda as culturas e seus valores próprios para melhor compreendê-los. Ele não é diretamente um agente de mudança. Em educação, o pesquisador é um agente de mudança” (MORIN, 2004, p. 39-40).

No caso desta pesquisa, não há somente a pesquisadora agente da mudança, mas uma equipe de formadores responsável pelo processo de incubação. Nesse sentido, a pesquisa se dará por meio da observação participante em uma ação empreendida pela ITCP-UNICAMP.

A observação participante, um método bastante utilizado pela antropologia, passa a ser concebida de forma diferente na sociologia. A participação orienta o modo de ver o novo, ou seja, a entrada da pesquisadora no campo das atitudes transforma profundamente a forma de observação (FALS BORDA e BRANDÃO, 1986, p.15).

Para compreender como se processa a divisão sexual do trabalho, é fundamental considerar a articulação entre a dimensão doméstica e a esfera pública. Kergoat (2002) explica a lógica social inerente à configuração da divisão sexual do trabalho, que tem sua origem na organização familiar. Os papéis sociais de gênero constroem-se no universo doméstico e familiar, no processo de socialização primária, e posteriormente são ampliados e reconstruídos em outras esferas de socialização. Na origem dos papéis sociais do homem e da mulher existe uma hierarquia: o homem é responsabilizado pela manutenção econômica da família e à mulher é atribuído um papel secundário, de reprodutora da espécie. O âmbito doméstico é, portanto, feminino, enquanto o âmbito público é masculino.

Kergoat e Hirata (2003, p. 113) afirmam assim que o lugar da mulher no mercado de trabalho está necessariamente referenciado ao lugar socialmente considerado inferior que ela ocupa na organização familiar.

Essa compreensão da divisão sexual do trabalho deixa clara a articulação analítica entre universo público e privado ou mercantil e não-mercantil que é necessário realizar. Para lograr essa articulação, esta pesquisa irá conjugar a observação participante do ambiente de trabalho com entrevistas que captem a trajetória ocupacional dos trabalhadores e das trabalhadoras, enfocando também as atividades reprodutivas. Dessa maneira pretende-se captar o universo do trabalho à luz das condições do universo extratrabalho e analisar como os papéis de gênero se refletem e se reconfiguram nessas duas dimensões.

A pesquisa busca então observar participativamente o processo de trabalho e de incubação em dois empreendimentos, tendo a entrevista sobre trajetória ocupacional como ferramenta adicional para coleta de informações. O tópico abaixo destina-se a detalhar a

interface da pesquisa com o processo de incubação, bem como a minuciar cada uma das fases da investigação.

Desenho metodológico da pesquisa

A pesquisa de campo compreende dois estudos de caso em cooperativas de triagem de resíduos sólidos de Campinas que estão integradas ao Programa Municipal de Geração de Trabalho e Renda. Uma dessas cooperativas foi incubada pela ITCP-UNICAMP de 2002 a 2006 e outra está sendo incubada pela ITCP-UNICAMP desde 2008.

A pesquisa de campo foi estruturada a partir dos princípios metodológicos da ITCP-UNICAMP. Uma vez que a pesquisadora já tinha construído um vínculo com trabalhadores e trabalhadoras por meio do processo de incubação, pensamos em maneiras de dar continuidade a essa relação por meio da pesquisa, respeitando os pressupostos metodológicos da incubação. Dessa maneira, a pesquisa pode ser compreendida como um desdobramento de questões observadas durante o processo de incubação.

A ITCP-UNICAMP, um programa de extensão multidisciplinar, estrutura sua metodologia de incubação a partir da pluralidade de áreas de conhecimentos e da realidade concreta dos empreendimentos incubados. A figura a seguir ilustra essa estrutura metodológica.

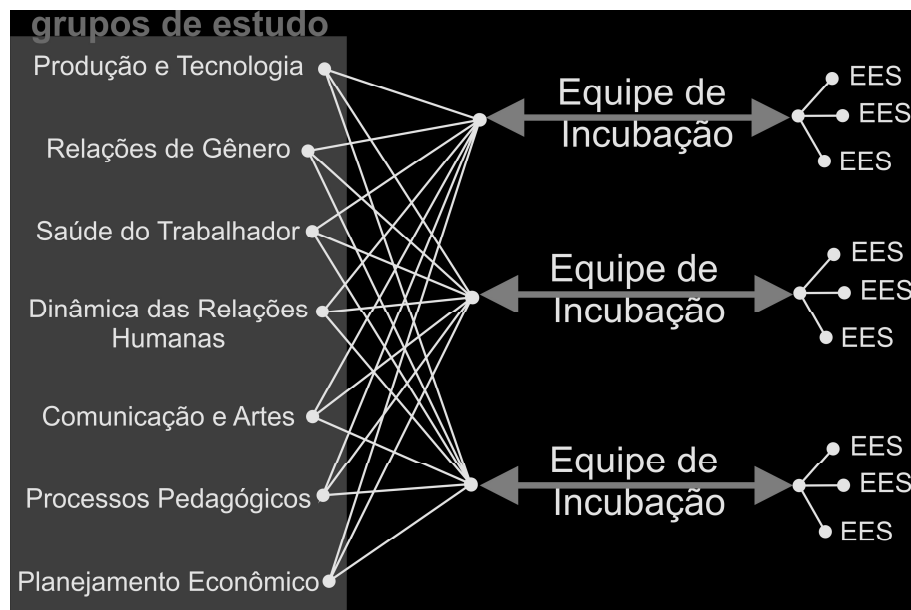


Figura 1 - Metodologia de incubação ITCP-UNICAMP. Fonte: ITCP, 2009

De um lado, temos as sete áreas de conhecimento que atualmente conformam a incubadora e, de outro, os Empreendimentos Econômicos Solidários. A equipe de incubação representa o eixo central e é constituída por uma combinação de áreas do conhecimento. Cada equipe se dedica a um segmento produtivo (ITCP, 2009). Atualmente a incubadora atua em três segmentos produtivos: agricultura familiar, construção civil e reciclagem.

Esta pesquisa dialoga diretamente com o grupo de estudo “Relações de gênero”, com uma das equipes de incubação e com os EES agrupados em torno do segmento produtivo da reciclagem.

O processo de incubação é o período durante o qual o EES é acompanhado por uma das equipes de incubação da ITCP. Ele se estrutura em três fases: pré-incubação, incubação e desincubação. A pré-incubação consiste no período inicial de conhecimento mútuo entre equipe de incubação e empreendimento, no estabelecimento do formato de acompanhamento e na elaboração de diagnósticos. Essa fase objetiva a construção de um plano de incubação baseado na realidade concreta de cada um dos EES e nas possibilidades de intervenção a partir das áreas de conhecimento da equipe.

O período de incubação consiste na execução do plano inicial por meio de oficinas e atividades de acompanhamento pontual e na provável readequação do plano inicial à medida que novas questões se apresentam à equipe e ao empreendimento. A desincubação é um período de gradativo distanciamento entre EES e incubadora. Espera-se que nessa fase o EES já esteja integrado a redes políticas e de comercialização da Economia Solidária, que já tenha desenvolvido autonomia no processo de formação de novos integrantes e que passe a ter o acompanhamento da incubadora apenas para questões pontuais.

Os períodos de duração de cada uma das fases de incubação orientam a execução dos trabalhos, mas não são rígidos. A incubadora entende o processo de formação como um dos aspectos importantes para lograr a consolidação dos EES. Para ter êxito nesse processo, a formação deve estar acompanhada de outros incentivos públicos, como financiamento de estrutura para os EES e fomento à articulação de redes.

Os princípios que norteiam o processo de incubação são: a autogestão, a dialogicidade e a solidariedade. Esses princípios se expressam nas práticas da Educação e Comunicação Popular, da Tecnologia Social e da organização autogestionária³.

O coletivo de monitores da ITCP-UNICAMP está comprometido com a coerência teórico-prática da metodologia de incubação que desenvolveu. Nesse sentido, todos os princípios que norteiam a relação com os EES são vivenciados nos espaços internos da incubadora. Dessa forma, ao mesmo tempo em que os formadores e as formadoras da ITCP interagem com a gestão democrática dos empreendimentos, experimentam a autogestão interna na incubadora.

Num dos casos estudados, a pesquisa ocorre concomitantemente ao processo de incubação realizado pela ITCP, durante o qual uma série de questões relativas à organização da produção, ao planejamento financeiro etc. são discutidas por uma equipe transdisciplinar de estudantes e pela cooperativa. Essa situação é bastante rica, pois os diagnósticos, as oficinas e as atividades são utilizadas como material de análise durante a pesquisa. Mais do que isso, as análises do material colhido são feitas à luz do processo pedagógico ocorrido durante a incubação.

A outra cooperativa investigada já passou pelo processo de incubação da ITCP e atualmente está sendo assessorada pela incubadora Ecologia e Dignidade Humana (EDH). Os relatórios e artigos produzidos durante o processo de incubação feito pela ITCP serão utilizados para a análise.

Para além da interface com a metodologia de incubação, os estudos de caso compreendem a observação participante da realidade de trabalho nas cooperativas; a realização de entrevistas individuais semiestruturadas e o desenvolvimento, com os trabalhadores, de oficinas sobre a temática “Relações de gênero e mundo do trabalho”.

A realização de oficinas e discussões objetiva a partilha de conhecimentos entre pesquisadora e cooperadas e cooperados, bem como a inserção desta pesquisa no processo de incubação, que é a relação que a cooperativa já estabelece com a universidade. Pretendemos assim nos aproximar da integração de pesquisa, ensino e extensão e considerar as experiências investigadas não só como objeto de análise, mas como fonte de aprendizagem (JARA, 2006, p. 37).

³ Esses princípios e práticas constam do Projeto Político Pedagógico da ITCP-UNICAMP, 2009.

Observação participante

A primeira etapa da pesquisa propriamente dita consistiu na sistematização das informações colhidas durante o processo de incubação e na observação participante da realidade de trabalho de cada um dos empreendimentos. O objetivo dessa etapa era descortinar o processo de trabalho à luz das categorias de gênero, de divisão sexual do trabalho e de adequação sociotécnica.

Essa observação foi feita processualmente durante algumas visitas e pela permanência de um dia inteiro de trabalho em cada empreendimento. Numa dessas ocasiões, a pesquisadora e alguns formadores da incubadora trabalharam na produção. Permanecer por um dia inteiro nos empreendimentos possibilitou o recolhimento de informação sobre o ritmo de trabalho, a execução e distribuição de diversas tarefas entre homens e mulheres e os intervalos e momentos de descanso, assim como dados sobre o funcionamento da cooperativa e a dinâmica das relações de trabalho, obtidos mediante conversas informais. Dessa forma, também foi possível perceber mudanças e adequações durante o dia, e a forma como elas ocorrem num espaço onde não existe a função da gerência. Essa primeira etapa foi em grande medida guiada por um roteiro de observação elaborado pelo grupo de estudo de Produção e Tecnologia da ITCP-UNICAMP (Apêndice A). Todas as impressões após cada uma das visitas foram relatadas em um diário de campo.

Entrevistas

Com base nas informações colhidas nessa primeira etapa, foi elaborado um roteiro de entrevista (Apêndice 2). Esse roteiro objetivava traçar a trajetória ocupacional dos entrevistados e vinculá-la com o espaço doméstico. Com as entrevistas, pretendemos captar de forma conjunta a dinâmica da vida e do trabalho e a forma pela qual as relações de gênero ultrapassam a fronteira entre público e privado.

O roteiro de entrevistas estrutura-se a partir de uma pergunta inicial sobre a trajetória ocupacional dos entrevistados. A partir dela, foram feitas perguntas específicas que buscavam comparar a experiência do entrevistado quando estava sob vínculo empregatício e no trabalho associativo. O segundo bloco de perguntas captou a interrelação entre trabalho produtivo e reprodutivo. O terceiro objetivou confrontar o entrevistado com a organização produtiva do empreendimento enfatizando a questão de gênero. O quarto e

último bloco destinou-se a levantar como os entrevistados percebem a relação do empreendimento com o mercado, com o poder público e com parceiros.

Outra questão que se nos apresentou durante a primeira fase foi a existência de laços familiares dentro dos dois empreendimentos. O roteiro de pesquisa não foi direcionado para captar esses vínculos; no entanto, consideramos esse elemento como uma questão de fundo importante para a análise posterior, visto que a articulação do espaço doméstico e do espaço do trabalho se faz presente também desta forma.

A escolha dos entrevistados

Nos dois empreendimentos foram entrevistados homens e mulheres⁴. Os entrevistados foram selecionados com base nas informações colhidas na fase de observação. Levou-se em conta a diversidade de gênero, de faixa etária e a diversidade por setor produtivo. Dessa forma, foram ouvidos homens e mulheres de diferentes faixas etárias que desempenham diferentes atividades de trabalho no interior da cooperativa.

A ordem dos entrevistados

A ordem dos entrevistados foi de “baixo para cima”. Os dois empreendimentos estudados perseguem o ideal da gestão democrática; no entanto, é perceptível que há pouca rotatividade nos cargos administrativos. As lideranças que ocupam esses cargos participam frequentemente de reuniões com o poder público e com parceiros e estão mais acostumadas a apresentar o empreendimento. Nessas ocasiões, tendem a fazer um relato homogêneo sobre essa realidade.

Os trabalhadores da produção, que têm pouco contato com as funções administrativas, revelam as contradições dessa experiência democrática com mais facilidade. Por isso, primeiro os cooperados e as cooperadas que não participam do conselho administrativo foram ouvidos, e depois aqueles que ocupam funções administrativas. Dessa maneira, buscamos estimular relatos mais ricos de ambos os lados.

⁴ Apesar da metodologia mais comum no movimento feminista ser o trabalho específico com grupos femininos, a incubadora tenta trabalhar a questão de gênero na sua dimensão relacional nos empreendimentos constituídos por homens e mulheres. Isso não impede que eventualmente sejam feitas atividades separadas com os grupos de homens e de mulheres de um mesmo empreendimento; no entanto, elas sempre enfocam a ação e a reflexão tendo em vista o espaço de trabalho misto.

Tanto por parte dos cooperados da produção – que percebem que o relato deles não precisa confirmar o relato dos presidentes e dos diretores, pois estes ainda não tinham sido entrevistados –, como por parte dos cooperados da administração, que, sendo os últimos a falar, percebem que o seu relato precisa levar em conta a pluralidade de interpretações colhidas anteriormente.

As categorias de análise

Autogestão

Relações sociais de sexo

Divisão sexual do trabalho

Adequação sociotécnica

Apresentação dos capítulos

A dissertação está organizada em duas partes. A primeira discute as questões teóricas referentes ao trabalho associado e ao debate de gênero e trabalho. A segunda é constituída por uma introdução sobre resíduos sólidos urbanos, a cadeia produtiva da reciclagem e as políticas públicas relacionadas à geração de trabalho e renda nesse segmento. Os dois estudos de caso, realizados em cooperativas de triagem de resíduos sólidos do município de Campinas, também compõem essa segunda parte.

No Capítulo 1 situamos o trabalho associado no contexto de reconfiguração do mundo do trabalho e identificamos os limites e as potencialidades desse tipo de alternativa. Procuramos identificar as diferentes concepções teóricas sobre o fenômeno e apontar a perspectiva da autogestão, na qual esta pesquisa se insere, enquanto maneira de organização e formação de coletivos de trabalhadores. Apesar dos limites e constrangimentos que as circunstâncias atuais lhe impõem, consideramos que a autogestão tem um grande potencial.

No Capítulo 2 realizamos uma reflexão bastante abrangente sobre a articulação entre os temas gênero e trabalho associado. Num primeiro momento sinalizamos a lacuna teórica que existe em relação à participação feminina nas primeiras cooperativas, que faz parte de toda uma tradição de ocultação das mulheres enquanto sujeitos históricos, sociais e

econômicos. A categoria gênero surge na década de 1970 para se contrapor a esse cenário. Debates sobre esse conceito e as suas contribuições para os estudos do trabalho. Discutimos algumas contribuições da economia feminista, que vê na Economia Solidária a perspectiva de reconhecimento dos trabalhos femininos, sem inferiorizá-los em relação ao trabalho mercantil. Em seguida, realizamos uma revisão sobre as pesquisas atuais, que enfocam o trabalho associado a partir da perspectiva de gênero. Após um extenso levantamento bibliográfico sobre a temática, encontramos apenas quatro pesquisas que se dedicam à articulação desses dois temas específicos. Destacamos as contribuições desses estudos e, por fim, realizamos uma análise sobre as mulheres na Economia Solidária a partir de alguns dados do Sistema de Informação em Economia Solidária.

No Capítulo 3 situamos os estudos de caso no contexto das políticas públicas relativas à gestão dos resíduos sólidos urbanos; mais especificamente, relativas ao segmento das cooperativas e associações de reciclagem. Localizamos essas experiências de trabalho associado dentro da cadeia produtiva da reciclagem. Nesse contexto, destacamos a conformação de uma nova categoria social: os catadores e catadoras de material reciclável, identidade afirmativa em grande medida resultante de um movimento social, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Os casos analisados na cidade de Campinas se relacionam com essa identidade ora por sua negação, ora por sua assimilação.

Nos capítulos 4 e 5 apresentamos cada um dos casos estudados.

O Capítulo 6 é uma análise comparativa que se subdivide em duas partes. A primeira compara os processos de trabalho, os sistemas de retiradas e a gestão das duas cooperativas estudadas, tendo as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho como eixo principal. O foco está, portanto, no ambiente produtivo de cada empreendimento. Na segunda parte concentramos a análise nas trajetórias ocupacionais de trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, as quais foram organizadas segundo o sexo. Traçamos então um quadro geral das trajetórias femininas e outro das masculinas. A ênfase foi colocada nas atividades reprodutivas e em como estas se articulam com as possibilidades do trabalho associado.

Parte I – Trabalho associado e Gênero

Capítulo 1 - Notas teóricas sobre o trabalho associado

Para aqueles que estudam as formas de trabalho associado, é imprescindível indagar sobre o significado da emergência dessa modalidade no atual contexto de reconfiguração do mercado de trabalho. Este capítulo pretende em um primeiro momento situar esse fenômeno dentro da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho que marcam o mundo do trabalho de forma geral. Em seguida, o trabalho associado é apresentado ao mesmo tempo como uma política pública de governo, e como uma forma de resistência ao desemprego protagonizada pelos próprios trabalhadores. Este texto objetiva ainda apresentar as raízes, os limites e as possibilidades do trabalho associado segundo algumas perspectivas teóricas.

1.1 Reestruturação produtiva e precarização do trabalho

As relações sociais e de trabalho passam por um conjunto de transformações desde a década de 1970, advindas do processo de globalização⁵. A internacionalização das relações econômicas alterou mercados e modificou relações de trabalho. A organização de um sistema de capital financeiro internacional, a alteração da dinâmica de ocupação de territórios por empresas, a introdução da tecnologia microeletrônica e o aumento do desemprego e da informalidade são elementos constituintes desse novo cenário político-econômico.

Harvey (2006) busca compreender essa nova realidade por meio do materialismo histórico, pois defende que continua sendo preciso elucidar o mecanismo mais geral da acumulação de capital. Assim, interpreta esta fase como um novo momento do contínuo processo de expansão do capital: a acumulação flexível (HARVEY, 2006).

⁵ Optamos por utilizar o conceito de globalização apesar de concordarmos com os questionamentos apontados por alguns autores. O termo é questionado por tratar-se de uma concepção hegemônica que não explicita divergências e interesses políticos. Os questionamentos vão desde uma desconstrução da suposta existência de um mercado globalizado, com o argumento de que a nação continua tendo papel principal para o desempenho das grandes empresas que também atuam internacionalmente (HIRST, 1998), até a proposição do termo “mundialização”, que defende a construção de relações internacionais que devem se opor aos interesses da globalização, sobretudo no que concerne à acentuação da desigualdade social (CHESNAIS, 1996).

O autor, pertencente à Escola Francesa da Regulação, investiga o surgimento de um novo paradigma industrial a partir do momento em que o Fordismo deixava de ser a forma de organização preponderante do modo de produção capitalista. O Fordismo e a acumulação flexível são interpretados por esta escola como duas fases distintas da acumulação do capital.

A virtude do pensamento da “escola da regulação” está no fato de insistir que levemos em conta o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e de consumo num período histórico e num lugar particulares. (HARVEY, 2006, p.118)

O modelo fordista estava inserido na lógica do Estado do Bem-Estar Social, na qual o Estado tem um importante papel de regulação do mercado e de garantia da previdência social. A classe trabalhadora, majoritariamente branca e masculina, estava amplamente empregada nos países do centro, e grande parcela da população passava a aumentar seu poder de compra. Tal período foi marcado pela generalização da “relação salarial” (CASTEL, 1997). Esta compreendia além de um modo de remuneração da força de trabalho; o salário, uma disciplina de trabalho e um contrato de trabalho amparado numa série de regulações jurídicas. Dessa forma, a relação salarial é muito mais do que a retribuição pela força de trabalho, mas inclui o trabalhador em um conjunto de condições que conformavam o Estado do Bem-Estar Social (CASTEL, 1997, p.328).

A acumulação flexível surge pelo esgotamento das possibilidades de acumulação de capital no modelo de regulação então vigente. A continuidade do Estado do Bem-Estar Social representava a inadequação da estrutura estatal aos novos formatos de extração da mais-valia. A contradição entre as relações de produção e as forças produtivas foi provisoriamente solucionada pela introdução do neoliberalismo⁶. As propostas de desregulamentação e desmantelamento de políticas sociais, que emanaram na década de 1980 desde os governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, estavam, portanto, articuladas com essa nova lógica de acumulação (CHESNAIS, 1996, p.34). Dessa forma, essa nova fase pode ser compreendida como:

⁶ Poderíamos assim falar do neoliberalismo como mito assim como Polanyi (1980), autor de “A Grande Transformação”, desmascara o liberalismo. A não-regulação não é possível, o que é possível é somente a regulação camuflada sob o mito da não-regulação.

resultado de decisões políticas de setores sociais que, frente a uma nova correlação de forças entre o capital e o trabalho, decidiram não só romper o pacto anterior, como destruir o conjunto de institucionalidades que deram lugar à chamada sociedade salarial. (LEITE, 2009a, p.68)

Nesse contexto, os direitos trabalhistas e a previdência, que eram fundamentais na consolidação do Estado do Bem-Estar Social, encontram-se ameaçados, tanto nos países que tiveram essas instituições consolidadas como naqueles considerados em desenvolvimento, onde essas condições não foram universalizadas.

Da mesma forma, os sindicatos perderam poder político diante das altas taxas de desemprego e da fragmentação da classe trabalhadora face à nova organização empresarial. É possível afirmar que a acumulação flexível desestabiliza as instituições, a dinâmica de ingresso no mercado e as leis trabalhistas entre outros acordos que constituíram o Estado do Bem-Estar Social.

As formas de emprego, de contrato de trabalho e de ocupação são cada vez mais diversas, complexas e difíceis de serem mapeadas. Os trabalhos considerados atípicos até algumas décadas se difundem para diversos setores (LEITE, 2009a, p.70). Essa pluralidade de formas expressa o fim da hegemonia do emprego estável e duradouro (CASTEL, 1997).

Os países latino-americanos, que ajustaram suas economias ao modelo de desenvolvimento neoliberal, sofrem das mesmas consequências que os países do centro, com a especificidade de terem, além da população que está sendo excluída pelo desemprego, um grande contingente populacional que nunca chegou a ser incluído por meio da “relação salarial”. As taxas de desemprego crescentes demonstram que o assalariamento universal deixa de ser uma realidade nos países europeus e passa a ser uma realidade cada vez mais improvável para os países da América Latina⁷. Além disso, esses países são especialmente afetados pela reorganização espacial do capital, em que as etapas de produção mais intensivas em força de trabalho são instaladas em regiões em que a exploração pode ser realizada com menos entraves legais.

⁷ Nas principais regiões metropolitanas do Brasil observou-se, na primeira década dos anos 2000, o aumento do emprego em detrimento da queda das taxas de desemprego e da informalidade. Isso mostra que a precarização não é um fato inexorável, mas pode ser combatida com política pública de governo (LEITE, 2009b). Apesar dos sinais de melhora, contudo, a extensão do emprego para todos os trabalhadores, diante das altas taxas de exclusão, parece muito improvável.

A descentralização de etapas de produção de grandes empresas, como componente da reestruturação produtiva, é parte integrante desse processo. Se, no modelo anterior, a empresa matriz precisava ter o controle direto sobre todas as etapas de produção, no modelo atual o controle é feito apenas sobre o resultado da produção. A empresa matriz terceiriza trabalho e responsabilidades trabalhistas e exige qualidade e cumprimento de prazos rígidos de produção. Dessa forma, a empresa matriz pode se adequar melhor à instabilidade do mercado, pois repassa grande parte dos riscos advindos de suas oscilações às terceirizadas, que por sua vez os repassam aos seus trabalhadores por meio de contratos temporários e precários. A acumulação flexível exige formas flexíveis de exploração do trabalho e contrasta com a rigidez do sistema fordista.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. (HARVEY, 2006, p.140)

A reorganização das formas de produção, realizada pelas grandes empresas, transforma a atuação do trabalhador nesse processo. O trabalhador passa a integrá-lo não apenas com sua força física, mas também com sua capacidade intelectual. Se no modelo fordista lhe cabia a execução de tarefas parcelares não entendendo o processo como um todo, na produção flexível deve ter atuação pró-ativa e interferir no processo, identificando falhas e sugerindo melhorias. A interpretação otimista dessa mudança defende que as novas tecnologias vão juntar aquilo que o Fordismo e Taylorismo separaram, ou seja, o trabalho intelectual e o braçal (PIORE e SABEL, 1984 e WOMACK, 1992). Um olhar crítico e mais abrangente, entretanto, consegue identificar que esta não é uma tendência universal. Apenas alguns poucos trabalhadores foram mantidos pelas grandes empresas na tarefa de pensar e executar trabalhos produtivos, sendo geralmente em etapas que demandam tecnologias complexas e força de trabalho especializada para operá-las (LEITE, 2003).

Esse processo produz, portanto, uma polarização caracterizada pelo trabalho altamente qualificado e bem remunerado nas etapas centrais de produção e pelo trabalho simples, fragmentado e precário nas demais etapas de produção. (LEITE, 2003, p.48)

Essa polarização, conforme Leite (2003), não pode ser vista como um sintoma colateral, mas é antes o efeito preponderante da reestruturação produtiva.

Parece estar se conformando uma nova estrutura industrial em que o trabalho desenvolvido nas grandes e modernas firmas se complementa com inúmeras formas de trabalho informal e mal pago, como o trabalho a domicílio. Isso significa que, mais que representar um setor atrasado e anticapitalista que tenderia ao fim com o processo de desenvolvimento, esse tipo de trabalho parece perfeitamente integrado na atual cadeia de produção. (LEITE, 2003, p.48)

A presente heterogeneidade não nos impede de afirmar que a tendência para a maior parte da classe trabalhadora tem sido a piora das relações de trabalho.

Um conceito cada vez mais utilizado para definir esse movimento é o da precarização. Esse é necessariamente um conceito relacional, que compara as condições de trabalho atuais com as condições antecedentes (LEITE, 2009a, p.73).

Embora se observe uma tendência geral de precarização, existem formas de contrato vantajosas para trabalhadores qualificados, na ponta virtuosa das cadeias produtivas (LEITE, 2003). Diante da pluralidade de contratos que extrapolam os marcos da legislação trabalhista e, para não colocar contratações milionárias e contratações degradantes na mesma esteira, é necessário definir com clareza o que se considera trabalho precário.

Com esse intuito, adotamos a definição de Gery Rodgers (1989), que especifica as distintas dimensões do trabalho precário⁸:

(1) o grau de instabilidade; (2) o grau de controle dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, salários, ritmo, etc; (3) a proteção do trabalho seja por meio da legislação, seja a partir de contratos coletivos de trabalho e; (4) o rendimento associado ao trabalho. (RODGERS, 1989, p.3 apud LEITE, 2009a, p.73-74)

A alteração das formas de trabalho provoca mudanças nas concepções de tempo e de espaço de trabalho. Se no modelo fordista havia a garantia de uma jornada definida que separava o trabalho da vida, temporal e espacialmente, no modelo atual diversas formas de organização e regimes compõem o cenário híbrido do mundo do trabalho.

⁸ Esse conceito é diferente de precarização, que indica movimento. Ele se destina a analisar condições de trabalho específicas em relação aos parâmetros do trabalho estável. Esta pesquisa abordará as condições de trabalho de duas cooperativas de triagem de resíduos sólidos, com especial ênfase na situação da mulher trabalhadora. Trata-se de uma situação específica que, no entanto, está articulada a cadeias produtivas mais amplas, como a do papel, do alumínio e do plástico, que, por sua vez, estão atreladas à lógica da acumulação flexível. Por isso, para esse caso, é necessário observar tanto o movimento de precarização quanto a existência do trabalho precário.

O trabalho, seja intelectual (e bem-remunerado) ou braçal (e precário), invade residências e impõe novas formas de articulação entre produção da vida e produção de mercadoria. Por um lado, a era do modelo informacional em que vivemos possibilita a conexão 24 horas de supervisores, gerentes e diretores à produtividade das fábricas; por outro, o trabalho domiciliar manual invade residências e, muitas vezes, coloca toda a família no ritmo de produção para cumprir o prazo da entrega.

Essas transformações acentuam a exploração das mulheres, que acumulam historicamente os trabalhos de produção e reprodução⁹. Nas regiões periféricas, onde as indústrias continuam implantando o modelo fordista, o setor feminino, tradicionalmente mal-remunerado, é amplamente empregado. Na maioria desses casos, o ingresso da mulher no mercado de trabalho representa uma estratégia do capital para o barateamento da força de trabalho, onde elas, num contexto de desemprego, passam muitas vezes a ter também a função de provedoras das famílias. Em regiões onde a opção foi pela descentralização mais ampla da produção, aparece fortemente o trabalho domiciliar, também majoritariamente feminino.

Os efeitos são duplamente óbvios quando consideramos a transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho. Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração de força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais e melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. Esse retorno segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em massa, e ali explora a força de trabalho feminina extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável. (HARVEY, 2006, p.146)

Dessa maneira, fica mais uma vez nítida a convivência de um Fordismo periférico com o trabalho informal, o trabalho domiciliar e um trabalho mais qualificado neste novo momento de acumulação. Tal heterogeneidade pode ser comparada às formas de

⁹ Por trabalhos de reprodução se entendem todas as atividades relacionadas à reprodução da vida, como os serviços domésticos e de cuidados. Essas formas de trabalho, embora sejam considerados como não-pertencentes à esfera mercantil, contribuem para a produção do valor uma vez que o trabalho reprodutivo sustenta o trabalho produtivo. Essa discussão será aprofundada no capítulo seguinte.

cruzamento dos sistemas de produção na origem do capitalismo, conforme analisado por Marx.

Rer o que ele diz em O Capital nos traz um certo choque de familiaridade. Conhecemos ali as maneiras pelas quais o sistema fabril pode formar intersecções com sistemas de manufatura domésticos, de oficina e artesanais, como um exército industrial de reserva é mobilizado como contrapeso ao poder dos trabalhadores com relação ao controle do trabalho e aos salários, o modo como forças intelectuais e novas tecnologias são empregadas para pôr por terra o poder organizado da classe trabalhadora, os recursos dos capitalistas na tentativa de promover o espírito de competição entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que exigem flexibilidade de disposição, de localização e de abordagem de tarefas. (HARVEY, 2006, pp.175)

Apesar de se tratar de um contexto bastante distinto daquele em que Marx escreveu, vários elementos se recolocam no cenário atual. A pressão exercida pelo exército industrial de reserva assume no contexto atual, por meio do desemprego e da precarização das relações de trabalho, a fórmula da “desestabilização dos estáveis” (LINHART e MARUANI, 1982 apud CASTEL, 1997 p. 413). O desemprego e as condições de trabalho precárias não incidem apenas sobre aqueles que estão submetidos a esses fatores, mas pressionam também os que ainda trabalham sob uma relação salarial estável.

Ainda sobre a atualidade das categorias do materialismo histórico e dialético, Harvey (2006) propõe a retomada das categorias de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, que se expressam conjuntamente na acumulação flexível. É possível encontrar tanto a extensão da jornada de trabalho como a depreciação do salário real, que são as formas de extração da mais-valia absoluta, quanto o investimento em tecnologias e formas de organização ainda menos intensivas em força de trabalho, caracterizando a mais-valia relativa.

A reestruturação produtiva não tem um caráter único ou específico de exploração do trabalho, mas conjuga formas novas e antigas, obedecendo à lógica de acumulação inerente ao capital (LEITE, 2003, p.39).

Essa análise torna-se ainda mais desafiadora quando se reconhece que apesar da tendência mais geral de desarticulação da luta da classe trabalhadora por meio do enfraquecimento de suas formas de representação coletiva, ainda existem possibilidades de resistência. Nesse sentido, Leite (2003) afirma:

Embora o quadro mais geral de desenvolvimento da acumulação capitalista nos coloque um conjunto de constrangimentos, ele não define inteiramente o caminho a ser seguido, havendo portanto, um espaço importante para a atuação dos grupos sociais, o qual é fundamental na definição das especificidades do nosso processo. (LEITE, 2003, p.19)

1.2 A emergência do trabalho associado

É nesse contexto que o trabalho associado reemerge no Brasil, na Argentina e em outros países da América Latina. Frente ao aumento do desemprego e de formas precárias de trabalho, ele surge, de um lado, como resistência ao desemprego e à precariedade por parte dos trabalhadores e, de outro, como política pública de governo.

Na Argentina, após a crise de 2001, o fenômeno mais marcante de retomada do trabalho associado foi o das fábricas recuperadas e ocupadas. As primeiras decorrem do processo de falência, em que os trabalhadores se negam a perder seus postos de trabalho e entram em um acordo para gerir a empresa por conta própria. A forma jurídica para esses casos geralmente é a da cooperativa. As fábricas ocupadas seguem uma outra tendência. Trata-se da tomada, pelos trabalhadores, de fábricas em processos de falência e de indústrias desativadas, não na perspectiva de assumir o ônus de sua recuperação, mas de reivindicar sua estatização sob controle obreiro (HELLER, 2004).

No Brasil, as fábricas recuperadas e ocupadas também compõem o cenário da retomada do trabalho associado. No entanto, esse não é o principal fenômeno. Existem diferentes iniciativas de auto-organização dos trabalhadores. São cooperativas populares, associações de trabalhadores agrícolas ou urbanos, bancos populares e empreendimentos informais em que os trabalhadores possuem a posse dos meios de produção, praticam a gestão democrática e realizam a distribuição dos resultados segundo critérios definidos por eles próprios. Esse conjunto de experiências é denominado de Economia Solidária.

Embora amparada em iniciativas populares e da sociedade civil organizada, a Economia Solidária surge especialmente enquanto um programa de combate ao desemprego, desenvolvido por diversas prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores desde a década de 1990 (Porto Alegre/RS, Santo André/SP, São Paulo/SP,

Campinas/SP, entre outras). Esses governos municipais se dedicaram a estimular e apoiar a organização de cooperativas populares, contando também com a efetiva participação de diversas instituições como universidades, organizações sindicais e organizações ligadas à Igreja Católica, entre outras.

Em 2003, com a chegada desse partido ao governo federal, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), que desenvolve alguns programas de apoio de caráter nacional a essas experiências, além de mapear, monitorar e continuar difundindo a Economia Solidária. Paralelamente, trabalhadores gestores e instituições de fomento envolvidos com a Economia Solidária também se organizam nacionalmente, criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Com esse breve apontamento, pretendemos sinalizar que no Brasil a existência de uma política pública de governo é um traço marcante para compreender o atual fenômeno do trabalho associado.

A retomada do trabalho associado enquanto possibilidade prática, seja por iniciativa dos próprios trabalhadores, seja por estímulo governamental, recolocou o debate clássico sobre os seus limites e as suas possibilidades. Entre os autores existem divergências quanto à origem histórica do fenômeno, sua abrangência e suas potencialidades. Com o objetivo de situar as experiências analisadas nesta dissertação a partir desse panorama, faremos uma revisão das principais perspectivas teóricas presentes no atual contexto.

Conforme já mencionado, a organização das unidades produtivas segundo princípios não-capitalistas – que, portanto, negam a alienação do trabalhador e a extração da mais-valia – remete a um debate clássico entre o socialismo utópico e o socialismo científico sobre a importância das cooperativas rumo a uma sociedade para além do capital. Esse debate acompanha o contexto da 1ª Revolução Industrial e consequentemente o surgimento do proletariado. Do ponto de vista dos socialistas utópicos como Fourier, Owen e Proudhon, a organização dos trabalhadores em cooperativas ou em sociedades comunitárias, como reação às duras condições do trabalho industrial, seria suficiente para a constituição gradativa de uma autêntica sociedade socialista (BUBER, 1971, p. 20). Já para o socialismo científico, todos os esforços organizativos deveriam ser dirigidos à superação revolucionária do sistema. Embora reconhecesse o valor educativo da cooperativa, tal

organização era considerada um modelo adequado para o momento histórico posterior (MARX, 1979).

No início do século XX, Rosa Luxemburgo (1970) publica o livro “Reforma ou Revolução?”, que recoloca o debate sobre o cooperativismo quando o capitalismo já havia se tornado o modelo hegemônico. Em discordância com Bernstein, a autora assinala o caráter degenerativo das cooperativas por terem de adaptar seu sistema de produção às trocas capitalistas. Aponta, assim, a contradição entre a lógica de funcionamento interna e o imperativo externo que levaria os trabalhadores a se autogovernar “com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos empenharem entre si o papel de empresários capitalistas” (LUXEMBURGO, 1970, p.78).

Na atualidade, essas divergências teóricas estão novamente presentes. Veremos a seguir como as perspectivas teóricas atuais dialogam com esse debate clássico e que outros elementos agregam.

1.2.1 Economia Solidária como superação do capitalismo

Para Singer (2002a), a forma associativa e cooperativa de gestão e produção dos trabalhadores é uma experiência que remonta ao cooperativismo pioneiro do século XIX. Nesse sentido, as atuais experiências de Economia Solidária recuperariam os ideais do socialismo utópico e seriam ilhas de resistência no atual contexto de reconfiguração do capitalismo.

A análise deste autor centra-se, num primeiro momento, nas unidades produtivas, que possuem características que negam o modo de produção capitalista, como a posse coletiva dos meios de produção, o princípio de um sócio, um voto e a autogestão. Essa forma de gestão é apresentada por esse autor não só como mais democrática e condizente com um projeto de socialismo a ser construído, mas como mais eficiente do que a heterogestão. A eficiência é explicada do ponto de vista produtivo e da qualidade de seus produtos, uma vez que a responsabilidade com esses critérios não estaria concentrada em apenas uma ou poucas pessoas, mas potencializada pelo interesse de todos os trabalhadores (SINGER, 2002b, p.12).

Num segundo momento, esses mesmos princípios são interpretados pelo autor como fundantes de um novo projeto de sociedade. Esse processo se daria de forma gradual, na medida do aumento do número de unidades produtivas e do fortalecimento das relações entre elas. Nesse sentido, a principal crítica que se faz ao autor, e com a qual concordamos, é a forma como este concebe a superação da sociedade de classes. Para Singer, existe a possibilidade de convivência entre modos de produção diferentes até que o modo de produção solidário superaria o capitalista. Assim, o autor não considera que o capitalismo é o sistema dominante que influencia e orienta outras formas de economia coexistentes (CASTRO, 2009, p.30). Da mesma forma, ele não admite que, enquanto os empreendimentos não estiverem inseridos em cadeias produtivas da Economia Solidária, estes podem ser funcionais para a acumulação flexível, uma vez que a ausência de direitos trabalhistas barateia os custos de produção (LIMA, 2007).

A visão de Singer contribui ao enfocar a produção de novas relações de trabalho a partir da organização dos próprios trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, é limitada na medida em que não articula o que ocorre no chão do trabalho associado com a dinâmica mais ampla de acumulação do capital. Uma reflexão teórica sobre as recentes experiências de trabalho associado, que enfatize os aspectos positivos dessas organizações, não pode deixar de mencionar o risco da funcionalidade dessas unidades de produção ao capitalismo.

1.2.2 Complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária

Laville e França-Filho (2004) interpretam as recentes experiências de Economia Solidária como integrantes da economia plural. Fundamentados em Polanyi, os autores afirmam que apesar do capitalismo ser o modelo predominante, com ele sempre existiram outras formas de economia. Os autores destacam que o circuito econômico é configurado por várias esferas: a domesticidade, que diz respeito à produção familiar; a reciprocidade, que organiza as trocas comunitárias entre as pessoas; a redistribuição organizada pelos Estados por meio da arrecadação de impostos; e, finalmente, o mercado, em que ocorrem as trocas monetárias (FRANÇA-FILHO e LAVILLE, 2004, p.32-34). Assim, as trocas mercantis não representam a totalidade do sistema, mas constituem a esfera mais

privilegiada pelo capitalismo, que acarretou na sobreposição das relações mercantis às relações sociais e às relações entre as pessoas.

Num contexto de crise da sociedade salarial, a Economia Solidária significaria a possibilidade de uma rearticulação “entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária” (FRANÇA-FILHO e LAVILLE, 2004, p.107). A Economia Solidária não se sobressairia como única alternativa, mas seria uma solução complementar a outras formas de trabalho a serem criadas.

Ao contrário de uma estratégia única, seja ela de criação de emprego, de direito à renda ou de repartição do trabalho, a economia solidária pode situar-se como um elemento numa estratégia de repartição do emprego articulada a uma estratégia de não-diferenciação das formas de emprego e uma estratégia de multiplicação das formas de trabalho (FRANÇA-FILHO e LAVILLE, 2004, p. 93).

Na perspectiva desses autores, a Economia Solidária não se coloca em oposição ao sistema econômico dominante, mas sim como uma forma complementar e viável principalmente num contexto de crise do trabalho.

Sob esse marco teórico, Laville e França-Filho (2004) analisam as experiências de Economia Solidária no Brasil e na França. A ênfase desses autores não está nas unidades produtivas e autogeridas pelos trabalhadores, mas antes nas redes e relações nas quais estas estão inseridas. Dessa forma, procuram analisar as interrelações entre as diferentes esferas da economia e as potencialidades da Economia Solidária. No Brasil, onde “as esferas do Estado e do mercado jamais constituíram mecanismos fundamentais de regulação para o conjunto da sociedade” (FRANÇA-FILHO e LAVILLE, 2004, p.175), os autores identificam a Economia Solidária como bastante articulada à economia popular.

A base fundamental para tais iniciativas é a solidariedade preexistente nos grupos sociais. Elas representam um prolongamento das solidariedades ordinárias, que se praticam no quotidiano da vida no interior dos grupos primários. (FRANÇA-FILHO e LAVILLE, 2004, p.178 - 179)

Assim, no Brasil, a Economia Solidária se apresenta como uma forma de organização popular de combate à pobreza, com o objetivo de garantir alguns direitos sociais ao maior número de pessoas (FRANÇA-FILHO e LAVILLE, 2004, p.176).

Na França, que teve todos os serviços sociais institucionalizados, em época de crise e de retrocesso do Estado de Bem-Estar Social a Economia Solidária se coloca como uma

possibilidade de (re)construção dos vínculos sociais. Ela caracteriza-se por ações e serviços em grande medida institucionalizados, realizados por voluntários ou remunerados pelo Estado. Um dos principais exemplos são os “serviços de proximidade” que constituem uma esfera intermediária entre o serviço público e o trabalho comunitário e pretendem incluir e facilitar o acesso de pessoas excluídas dos direitos sociais (FRANÇA-FILHO e LAVILLE, 2004, p.105; GUÉRIN, 2005).

1.2.3 Economia popular

Coraggio (2007) e Kraychette (2007) entendem a economia popular como fenômeno fundamental para compreender a Economia Solidária no Brasil e na América Latina. Os setores populares são constituídos por trabalhadores que têm o trabalho como principal meio para reprodução de suas vidas.

Não se trata, portanto, dos que são proprietários de meios de produção e que usam esses meios para explorar o trabalho dos outros; mas de setores que até podem dispor de algum meio de produção como seu meio de vida, mas que não são ricos, que não podem viver de renda, que não podem viver da mais-valia extraída do trabalho alheio. (CORAGGIO, 2007, p.68)

Diante das altas taxas de desemprego, do nível de precariedade e dos limites das políticas públicas compensatórias, fortalecem-se formas alternativas de subsistência entre os setores populares. Dentre essas, a informalidade, a criminalidade, a economia doméstica e a Economia Solidária. Nesse sentido, a Economia Solidária é apontada como uma dentre outras possibilidades para os setores historicamente excluídos de uma relação salarial estável. O seu êxito dependerá da intensidade do fomento público a esse setor uma vez que

O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, compensatórias, filantrópicas, caritativas, ou de empresas denominadas socialmente responsáveis, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia. (KRAYCHETE, 2007, p.33)

Assim, diferentemente da perspectiva de Laville e França Filho (2004), para Coraggio (2007) e Kraychete (2007) a Economia Solidária não é compreendida como uma possibilidade de rearticulação entre Estado, mercado e sociedade, mas como uma

prioridade política que precisa ser assumida pelo Estado. Diferentemente de Singer (2002) reconhecem que a economia dos setores populares está subjugada ao sistema capitalista e não possui em si engendradas as condições para inverter essa situação (CORAGGIO, 2007, p.69).

Esses autores estão preocupados em compreender o que a economia dos setores populares de fato é, qual é sua lógica de funcionamento, qual é a sua racionalidade e como as potencialidades dessa realidade podem ser estimuladas por meio de políticas públicas, em vez de descrever como essas organizações devem ser, segundo os princípios cooperativistas. Assim, constata-se que:

A racionalidade da economia dos setores populares está ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital. (KRAYCHETE, 2007, p.47)

Afirmam eles que existe uma concepção dos trabalhadores contrária ao ideário capitalista, que entende os próprios trabalhadores como recursos no processo de produção de mercadorias. A racionalidade dos setores populares, no entanto, não é condição suficiente para superar sua situação de marginalidade dentro do sistema, mas a partir dela existe a possibilidade de construção de alternativas viáveis. Para tanto, as experiências de trabalho associado necessitam de apoio financeiro e de assessorias para construir os conhecimentos e as ferramentas necessárias para lograr essa alternativa.

Desde já deve estar claro que os empreendimentos da economia popular solidária possuem uma lógica peculiar. Não podem ser avaliados nem muito menos projetados copiando ou tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista. Tradicionalmente, os instrumentos de gestão e os estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte, notadamente a concentração do conhecimento pleno sobre a atividade nas mãos da alta administração e a hierarquia nas relações de gestão. (KRAYCHETE, 2007, p.34)

Segundo essa perspectiva, analisam como os empreendimentos populares realizam a contabilidade mensal e descobrem que estes consideram insumos apenas aquilo que precisam comprar no mercado. Comumente não contabilizam o local utilizado para a produção, a energia elétrica ou o próprio trabalho (CORAGGIO, 2007, p.80-81). Essa racionalidade popular, quando submetida à lógica do microcrédito, pode ter efeitos

desastrosos. Os empreendimentos passam a investir cada vez mais em “insumos não-mercantis” para conseguir pagar os juros do microcrédito. Isso quer dizer que acabam por pagá-los não com um resultado econômico de seu trabalho, mas com o rebaixamento de sua condição de vida (CORAGGIO, 2007, p.83). Assim, os trabalhadores submetidos a essa situação aumentam sua jornada de trabalho, diminuem sua remuneração e consequentemente diminuem a quantidade e a qualidade de sua alimentação, de sua condição de moradia etc. O que se processa é uma autoexploração em prol da nutrição de um sistema financeiro capitalista.

Assim, a perspectiva da economia popular, apesar de ter um caráter propositivo para a Economia Solidária, não se furta a apontar as suas contradições e de apontar o Estado e a pressão dos movimentos sociais como elementos fundamentais para a sua concretização.

Do ponto de vista teórico, teríamos que dizer que o desenvolvimento de uma economia social requer algo parecido com a acumulação original do capital, quando surgiu o capitalismo. Há que se recuperar a terra, com mais MST; há que se recuperar o conhecimento, que é fundamental, hoje, o conhecimento científico e técnico; há que se recuperar o controle do dinheiro; há que se voltar a desenvolver um sistema financeiro que capte a poupança popular e a direcione para a atividade econômica popular, não deixando que ela vá parar nos grandes monopólios internacionais. (KRAYCHETE, 2007, p.85)

1.2.4 Autogestão

Para um quarto grupo de autores (SARDÁ, 2008; DAL RI e VIEITEZ, 2008; TIRIBA, 2008; NASCIMENTO, 2003; NOVAES, 2007), a ênfase dos estudos sobre o trabalho associado está na autogestão dos trabalhadores. Eles entendem as cooperativas ou organizações do trabalho associado como espaços importantes, inventados historicamente pelos próprios trabalhadores, e que podem potencializar outras formas de luta.

A classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos. Essa é uma tendência que aparece nos momentos decisivos da luta dos trabalhadores. (TRAGTENBERG, 1986 p. 5)

Nesse sentido, a autogestão é um elemento historicamente inserido na luta de classes que se manifesta na organização do trabalho, bem como na forma de gestão das cidades, dos serviços públicos, dos meios de comunicação etc.

Os autores filiados à perspectiva da autogestão procuram resgatar as experiências históricas de autogestão, pois enxergam nelas potencialidades que foram ofuscadas por um debate polarizado entre a transformação estrutural e transformação das relações sociais em nível micro. Nesse sentido, Buber (1971) afirma que o movimento cooperativista não foi suficientemente apoiado e aproveitado pelos setores revolucionários organizados, o que o autor aponta como falha do movimento socialista. A Comuna de Paris não aproveitou as cooperativas e iniciativas já existentes para libertar o proletariado, não considerou suficientemente a cooperativa como espaço de educação do trabalhador para a autogestão de seus interesses e preferiu insistir na idéia de libertar o proletariado pela revolução (BUBER, 1971, p. 123-124). Um diferencial da autogestão em relação a outras idéias acerca do que seria o socialismo é que a autogestão não possibilita a separação entre os meios e os objetivos do socialismo (NASCIMENTO, 2003).

A Comuna de Paris, em 1871, a Revolução Russa de 1917 (TRAGTENBERG, 1986), a Guerra Civil Espanhola, de 1936-1939 (BERNARDO, 1998), a gestão obreira na Iugoslávia de 1952-1990, o Movimento de Maio de 1968 (TRAGTENBERG, 1986), a resistência popular no Chile (1973) e a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974-75 (SARDÁ, 2008) revelaram experiências importantes de luta social, de reorganização da vida da cidade, de autogestão das fábricas, de produção de outros meios de comunicação e de reorganização de diferentes serviços coletivos, e por isso se tornaram marcos na história da autogestão. É preciso sinalizar que a autogestão não era a única tendência revolucionária presente nesses contextos.

Por meio de uma cronologia da autogestão é possível perceber que as práticas autogestionárias, presentes em momentos dispersos dos séculos XIX e XX, se estabeleceram em contextos revolucionários ou de crise em que os trabalhadores tomaram os meios de produção, auto-organizaram o trabalho e a vida em sociedade. Em contraponto à historiografia oficial, que costuma abordar esse tendência como pouco significativa, essa cronologia também poderá apontar as mudanças e as especificidades da organização popular autogestionária em cada um dos contextos. Esse desafio é imenso, pois como

assinala Sardá (2008) ao analisar a Revolução dos Cravos em Portugal (1974-75), da mesma forma inesperada que as experiências de luta social articuladas ao trabalho associado aparecem e se fortalecem, desaparecem mal deixando rastros. Assim, segundo essa perspectiva, a autogestão praticada historicamente pela classe trabalhadora tem no trabalho associado uma de suas expressões. Para exemplificar um dos marcos da cronologia apontada e para demonstrar como a autogestão aparece como uma tendência forte, abordaremos brevemente a Revolução dos Cravos.

A Revolução dos Cravos de Portugal iniciou com a derrubada da ditadura de Salazar empreendida, em 1974, por uma parte das Forças Armadas, centrais sindicais e partidos de esquerda (SARDÁ, 2008). Esse movimento logrou a destituição da ditadura e a instalação de um governo provisório. Depois de alguns meses, o governo provisório passou a ser majoritariamente composto por militares. Como reação, eclodiram uma série de manifestações populares e greves autônomas. Dentro do movimento revolucionário apareceram diferentes tendências, mas nem todas as ações da classe trabalhadora estavam necessariamente alinhadas às linhas mais gerais do movimento. Os movimentos e as greves autônomas de trabalhadores de diversos segmentos eram vistas pelos partidos de esquerda e pelas Forças Armadas aliadas como iniciativas que desagregavam a revolução (SARDÁ, 2008, p.7). Por isso, houve várias tentativas de enquadrar os movimentos autônomos nas estruturas tradicionais da esquerda. Apesar das fortes repressões, as paralisações continuaram e o processo de autogestão dos trabalhadores se fortificou pela luta constante durante as greves, que evoluíram para a administração das empresas pelos próprios trabalhadores.

A mobilização social e as medidas implementadas pelo governo, como a estatização de empresas e a reforma agrária, resultaram em empresários abandonando o país. Desta forma, mais empresas passavam às mãos dos trabalhadores (SARDÁ, 2008, p.17). O autor relata um espírito de solidariedade entre as empresas de um mesmo segmento, que dividiam, muitas vezes, a demanda de trabalho, de forma que todas as empresas se mantivessem produzindo. As maiores empresas autogestionárias sentiram, inclusive, um boicote internacional de fornecedores e consumidores, que fez os trabalhadores se defrontarem com o limite da autogestão no cenário mundial, que só poderia ser ultrapassado se as lutas se internacionalizassem (SARDÁ, 2008, p.28).

Por meio da Revolução dos Cravos é possível perceber que a ideia de autogestão extrapola as formas de gestão no interior das unidades produtivas e sintetiza perspectivas de mudanças estruturais de organização e de participação social (NASCIMENTO, 2007).

Conforme assinala Tiriba (2008), é fundamental fazer o resgate do significado de autogestão, pois nenhuma das categorias, isolada de seu contexto histórico, carrega intrinsecamente consigo o fundamento da emancipação humana. Nesse sentido, fica nítido que não se concebe a autogestão como uma simples forma de organização do trabalho, em que trabalhadores possuem mais autonomia sobre determinada etapa produtiva. (TIRIBA, 2008).

Esses momentos, em que a autogestão prevaleceu em relação à heterogestão, nunca foram potencializados, e sim sufocados pela direita e mesmo por setores da esquerda, pois essa forma de empoderamento nunca foi considerada estratégica e representava uma ameaça a qualquer tipo de centralização de poder. Outro exemplo disso são as “escolas-comuna”, que tinham a autoorganização dos alunos e o trabalho enquanto princípios fundantes (PISTRAK, 1981). O projeto pedagógico foi posto em prática na Rússia entre 1917 e 1931, mas foi sufocado pelo advento de uma concepção de socialismo mais centralizada.

Para os autores filiados à perspectiva da autogestão, a Economia Solidária tem potencial para contribuir com essa forma de organização dos trabalhadores. Nesse sentido, se opõem à concepção de Singer (2002a), que concebe a superação gradual do modo de produção capitalista por meio da economia solidária e rejeitam a hipótese de Laville e França-Filho (2004), sobre a perspectiva de complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária. Segundo a compreensão de autogestão aqui defendida, as organizações de trabalho associado estão em constante tensão com a lógica capitalista dominante.

A compreensão limitada da autogestão levaria a uma perspectiva conveniente à acumulação flexível, em que o trabalho associado é utilizado nos processos de terceirização. Nessa condição, grupos de trabalhadores se tornam proprietários dos meios de produção de apenas uma parcela do processo produtivo, precisamente daquela parcela que parece menos rentável aos olhos do capitalista.

Segundo a compreensão da autogestão inscrita no processo histórico da luta de classes, as experiências de trabalho associado são uma forma de resistência ao desemprego

e podem contribuir com a formação e articulação da classe trabalhadora no enfrentamento ao capital.

Entendemos que as experiências de trabalho associado podem se constituir como uma “escola” de produção de uma cultura do trabalho que, inspirada nos princípios da autogestão, contrapõe-se à lógica do capitalismo. Também é uma “escola” na qual aprendemos que, no interior do capitalismo, a produção associada é, em si, deveras limitada. (TIRIBA, 2008, p.19)

As organizações de trabalho associado não seriam a única ou a principal forma de enfrentamento, mas podem potencializar a luta dos movimentos sociais. De acordo com essa perspectiva, Vieitez e Dal Ri, (2008, p.4) e Tiriba (2008) entendem as iniciativas de trabalho associativo e autogestionário como experiências que configuram uma fase de transição entre um modelo socioeconômico pautado pela exploração da mais-valia e um modelo baseado na economia dos trabalhadores livremente associados.

Entre as experiências de trabalho associado analisadas por Vieitez e Dal Ri (2008, 2009, 2004), encontram-se aquelas relacionadas a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento das fábricas ocupadas, que possuem bandeiras anticapitalistas claras. Assim, é possível constatar uma complementaridade entre a transformação cotidiana das relações de trabalho e as estratégias de luta dos movimentos.

Todavia, mesmo as experiências de trabalho associado articuladas aos movimentos sociais possuem sua atuação limitada pelas condições de mercado e por condicionantes técnicos. As máquinas e técnicas de organização de produção carregam consigo interesses, valores e objetivos capitalistas provenientes do meio social no qual foram concebidas (DAGNINO, 2008).

Considerando os limites da autogestão, o que essas experiências produzem de novo? Essa pergunta talvez agrupe uma série de pesquisas realizadas em diversas áreas do conhecimento segundo a perspectiva da autogestão. Em que medida a experiência empírica de trabalhadores em autogestão pode contribuir para que os conhecimentos acadêmicos, principalmente aqueles ligados às ciências duras, possam se reconfigurar sem ter a geração do lucro, a hierarquia e a exploração do trabalho em seu cerne? Nesse sentido, Faria (2009) busca compreender como os trabalhadores em autogestão subvertem a administração pautada pela relação de trabalho subordinado em uma administração que nega esse

princípio (FARIA, 2009). Na mesma direção, Dal Ri e Vieitez (2009) verificam como os trabalhadores de fábricas recuperadas substituem o controle hierárquico da produção por formas mais condizentes com a autogestão (DAL RI e VIEITEZ, 2009). Assim também Novaes (2007) investiga em que medida trabalhadores realizam uma adequação sociotécnica¹⁰ dos maquinários e processos produtivos rumo a uma tecnologia condizente com a autogestão (NOVAES, 2007).

1.3 As concepções adotadas

Diante do exposto neste capítulo, cabe esclarecer quais perspectivas teóricas são adotadas por esta pesquisa.

Consideramos que as experiências de trabalho associado são um fenômeno importante que precisa ser analisado também à luz dos processos econômicos e políticos que estão reconfigurando o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, essas experiências não nos parecem ser simples reflexos do processo mais geral. Mesmo que elas não tenham por si só o poder de subverter a complexa teia de exploração à qual estão submetidas, enxergamos nessas experiências algumas potencialidades, o que nos aproxima da perspectiva da economia popular e da autogestão.

Acreditamos que as experiências práticas que se arriscam a construir hoje aquilo que postulam para uma outra sociedade estão permeadas de contradições. No entanto, ao nosso ver, tais contradições não as condenam ao fracasso, mas constituem o único ponto de partida possível para uma transformação.

Dentro dessa perspectiva, esta pesquisa procurou verificar se, na medida em que trabalhadores e trabalhadoras discutem o processo produtivo e propõem mudanças administrativas, também se reconfiguram as relações sociais de sexo no interior do

¹⁰ “A proposta da AST [Adequação Sócio Técnica] busca transcender a visão estática e normativa, de produto já idealizado, e introduzir a idéia de que a tecnociência (ou segundo os sociólogos da ciência hoje mais influentes, a ciência; e segundo os da tecnologia, a tecnologia) é em si mesma um processo de construção social e, portanto, político (e não apenas um produto) que terá que ser operacionalizado nas condições dadas pelo ambiente específico onde irá ocorrer, e cuja cena final depende dessas condições e da interação passível de ser lograda entre os atores envolvidos.” (DAGNINO, 200-)

empreendimento – o que constitui, juntamente com a subordinação de classe, um dos pilares fundamentais da desigualdade. Ao mesmo tempo, a pesquisa procurou identificar, a partir das trajetórias ocupacionais de homens e mulheres, o significado do trabalho associado diante das outras experiências de trabalho, entendendo que essas trajetórias são fortemente determinadas pelas relações sociais de sexo e marcadas pelas relações heterogestionárias presentes nos espaços de trabalho.

Capítulo 2 - Gênero e trabalho associado

Las iniciadoras de los motines eran, con frecuencia, las mujeres. Sabemos que en 1693 una gran cantidad de mujeres se dirigieron al mercado de Northampton, con “cuchillos escondidos en sus corpinos para forzar la venta del grano según su propia evaluación”.

[...]

En docenas de casos ocurre lo mismo: las mujeres apedreando a un comerciante poco popular con sus propias patatas, o cambiando astutamente la furia con el calculo de que eran algo más inmunes que los hombres a las represalias de las autoridades (THOMPSON, 1979, p.109).

Estas mujeres parecen haber pertenecido a una prehistoria de su sexo anterior a la caída, y no haber tenido conciencia de que debían haber esperado unos doscientos anos para su liberación. [...]Es probable que con mucha frecuencia las mujeres precipitaran los movimientos espontaneos, pero otros tipos de acciones se preparaban con más cuidado. (THOMPSON, 1979, p.110)

Poucos historiadores registraram com rigor que a resistência à exploração, à dominação e à restrição da produção da vida já fizeram parte do cotidiano das pessoas. Mais raros ainda são aqueles que conseguem enxergar a participação da mulher nesses contextos. Thompson (1979) recupera documentos ingleses de 1709 até 1800 que relatavam a ocorrência de motins de subsistência. Em contextos de crise, de aumento dos preços dos alimentos ou escassez de comida, acontecia esse tipo de revolta popular. A análise original sobre esses relatos concluiu que a fome leva à revolta, atribuindo a esse fato causa instintiva. Além disso, o autor afirma que os historiadores tendem a compreender esses episódios como acontecimentos difusos, desordenados e de pouca importância.

Em oposição a essa concepção, Thompson (1979) realiza uma análise sociológica combinada de todos esses levantes. Afirma assim que os estudos anteriores pararam justamente onde poderiam adquirir um caráter eminentemente sociológico e aponta que os próprios historiadores estão presos a uma visão economicista e reducionista (que inclusive não concebe a mulher como sujeito histórico), o que os torna incapazes de uma investigação mais complexa sobre os dados empíricos colhidos.

Thompson levanta então uma hipótese que superaria a análise “fome-elementar-instintiva” e aponta os motins como uma revolta devido à quebra de um consenso em relação ao papel social do comerciante em uma comunidade (THOMPSON, 1979, p.63).

Dessa maneira, as revoltas são fundamentais para compreender o choque de lógicas: de um lado a economia moral, que se relaciona com a existência de um preço justo, em que as trocas e o comércio estão a serviço da sustentação da vida; de outro o mercantilismo, em que o preço do produto não possui relação com o local. Quando os preços aumentavam subitamente, a resposta da população era o motim, que expressava que o novo sistema de preços não era legítimo. Esse tipo de análise contribui para evidenciar o papel central das mulheres nesse tipo de resistência.

Essa análise tem igualmente alguns pontos relevantes para a discussão abordada neste capítulo. Em primeiro lugar, ela contribui para evidenciar as mulheres como sujeitos históricos. Em segundo, aborda-as num contexto de resistência a uma lógica social que estava se impondo. Ao mesmo tempo, indica que uma responsabilidade tradicionalmente feminina, como a alimentação da família, possui um profundo significado econômico.

Neste capítulo abordaremos algumas considerações sobre a participação feminina nas experiências pioneiras de trabalho associado do século XIX; localizaremos o surgimento da categoria gênero e as suas contribuições para os estudos da sociologia do trabalho; abordaremos a participação econômica das mulheres do ponto de vista da economia feminista e, a partir desses referenciais, sinalizaremos o início de um diálogo com a economia solidária; por fim, esboçaremos um sintético quadro com os dados disponíveis sobre gênero e Economia Solidária no Brasil.

2.1 Os antecedentes históricos do trabalho associado e a questão de gênero

Assim como a participação feminina em momentos de contestação social, o trabalho das mulheres está oculto em grande parte da historiografia oficial. Nos registros sobre o trabalho associado isso não é diferente.

As experiências do cooperativismo pioneiro, como a primeira cooperativa de consumo inglesa (1827), a primeira cooperativa de produção francesa (1832), as experiências de intercâmbio de produtos entre cooperativas por meio de uma bolsa de trabalho, criada por Robert Owen, além da conhecida cooperativa de consumo dos tecelões

de Rochdale, de 1848 (BUBER, 1971) parecem ser organizações exclusivamente masculinas. A alternativa às duras condições de trabalho impostas pela 1ª Revolução Industrial deveria ser somente para o trabalhador homem? Nobre (2003) pergunta: onde estavam as mulheres nesse período?

Embora essa participação não seja muito enfatizada, elas estavam amplamente empregadas nas tecelagens da 1ª Revolução Industrial e envolvidas com algumas cooperativas. No entanto, o sindicalismo nascente considerava o trabalho industrial feminino um problema, pois este desestruturaria a atividade masculina e a vida familiar (NOBRE, 2003).

Do ponto de vista do socialismo utópico, a diferença de sexo era tomada em termos de natureza e de complementaridade (SCOTT, 1990, p.18). Sendo assim, essa proposta de sociedade não compreendia que a igualdade também teria que ser construída em termos de gênero. Sindicalismo e cooperativismo nascem como formas de enfrentamento ao capitalismo, mas não tocam na questão da desigualdade de gênero (NOBRE, 2003).

É importante notar que a categoria gênero, bem como as reivindicações feministas enquanto movimento, datam de período posterior, conforme será abordado no tópico seguinte. No entanto, o gênero é também uma categoria de análise histórica (SCOTT, 1990), que cumpre o papel de recuperar aquilo que uma história orientada por um olhar androcêntrico foi incapaz de registrar.

Nesse sentido, a historiografia atual se empenha em comprovar que “as mulheres sempre trabalharam!” (GARDEY, 2003, p.44). Estudos recentes demonstram que o trabalho das mulheres sempre coexistiu com a atividade masculina, mas que possivelmente se configurava por ofícios mais difusos e sempre atrelados às atividades domésticas. O trabalho das mulheres era interrompido quando as responsabilidades domiciliares aumentavam, como durante a maternidade (GARDEY, 2003). Além disso, o não-registro da atividade doméstica das mulheres como trabalho faz parte desse mesmo olhar androcêntrico.

A economia política, que se estabelece no princípio do capitalismo, cumpriu um importante papel para a invisibilização do trabalho feminino ao considerar o trabalho doméstico como improdutivo. Essa teoria econômica, preocupada em compreender a criação da riqueza através do trabalho assalariado e da distribuição da renda entre as classes

sociais, contribuiu para separar definitivamente o trabalho da vida e para transformá-lo em sinônimo de emprego. “Não é estranho então que esse contexto produza uma definição dos espaços público e privado e comece uma tradição que ignora a divisão de trabalho por sexo e oculta o trabalho familiar e doméstico e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista¹¹” (CARRASCO, 2006, p.5).

As evidências de desigualdade salarial, de segmentação da força de trabalho feminina, bem como a violência contra a mulher no local de trabalho permeavam o cenário das primeiras fábricas. As práticas desiguais passavam a ser amparadas por uma teoria econômica. Nesse processo se configurou o que Joan Scott denomina a construção discursiva de uma divisão sexual do trabalho (SCOTT, 1991 apud NOBRE, 2003).

Essa divisão sexual do trabalho, aparentemente, foi transladada às cooperativas da época. Nobre (2003) indica a existência de cooperativas de consumo exclusivamente femininas, que permaneceram quando o modelo de trabalho fabril já havia se tornado hegemônico.

Aos poucos foi se organizando a família operária: marido-provedor, esposa-dona de casa. Mas os salários dos trabalhadores eram baixos e grande parte era utilizada na compra de alimentos. No final do século XIX cresceram as cooperativas de consumo de alimentos organizadas por mulheres, como a Women's Cooperative Guild criada em 1883 e que chegou a ter 67 mil membros em 1930. (TILLY e SCOTT, 1989, apud NOBRE, 2003).

Por meio dessas cooperativas de consumo as mulheres se organizavam para baratear principalmente a aquisição de alimentos. Se no século anterior a estratégia era o motim, no século XIX o associativismo se apresentava como uma possibilidade em favor da “produção da vida”. Ou seja, uma hipótese levantada é que as mulheres passariam a assumir a prática cooperativista quando ela deixava de ser fundamental para os homens e quando o cooperativismo deixava de representar ameaça ao modelo econômico vigente (NOBRE, 2003).

Assim como indagar sobre a atuação das mulheres durante o surgimento das primeiras cooperativas, caberia perguntar por sua presença nas experiências de autogestão que acompanharam as mais importantes lutas operárias. Conforme abordamos no capítulo

¹¹ Tradução livre do espanhol.

anterior, a autogestão, assim como o cooperativismo pioneiro, é um elemento caro ao atual contexto do trabalho associado e pode ser considerada uma de suas raízes.

Qual foi o papel das mulheres durante os levantes autogestionários? Há alguns indícios de que essas situações transformaram também, em alguma medida, as relações de gênero, como o que declara o artigo XII da Comuna de Paris:

A submissão das crianças e da MULHER à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do Chefe, morreu.

- O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer.

- Portanto, a propriedade privada é abolida.

- A Comuna proclama a liberdade de nascimento: o direito de informação sexual desde a infância, o direito ao aborto, o direito à anticoncepção.

- As crianças deixam de ser propriedade de seus pais. Passam a viver em conjunto na sua casa (a Escola) e dirigem a sua própria vida (NASCIMENTO, 200-).

Embora haja alguns sinais de que as práticas autogestionárias tenham interferido nas relações de sexo, a desigualdade de gênero era uma questão teórica ausente no contexto histórico do século XIX. Na atualidade, a desigualdade de gênero está mais do que comprovada. A lacuna teórica sobre a desigualdade de gênero no cooperativismo pioneiro é, portanto, justificável, mas é premente que ela seja preenchida no presente.

2.2 A categoria gênero¹²

A categoria gênero, cunhada na década de 1970, enfatiza a construção social do “ser homem” e do “ser mulher”. Dessa forma, ela reafirma o que o movimento feminista declara desde a sua origem: homens e mulheres não são, simplesmente, resultado de uma condição biológica. “Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres,

¹² Gênero ou relação social de sexo? A diferença semântica sustenta uma das divergências entre o feminismo anglo-saxão e o feminismo francês. O primeiro separa o sexo biológico do sexo social, o segundo não aborda essa relação em termos de uma construção social sobre a condição biológica – pois a condição biológica também é construída culturalmente - por isso prefere manter a palavra sexo na conceituação dessa relação social. As duas denominações combatem o lugar marginal que esse tema ocupa nas Ciências Humanas e a existência de uma visão “biologizante” sobre a condição dos sexos na estrutura social. (MATHIEU, 2009) Por isso, utilizaremos os dois termos como sinônimos nesta pesquisa.

mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p.13).

Esse conceito contribui para colocar em evidência as diferenças socialmente construídas entre os sexos e para desocultar as hierarquias que se produzem a partir delas. Nesse sentido, estudar as relações de gênero significa também estudar as relações de poder que se estabelecem a partir do sexo.

Segundo Scott (1990), a subordinação da mulher ao homem, concebida enquanto uma consequência biológica, é, historicamente, um dos pilares sob o qual o poder se institui.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino-feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, tomando parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social tornam-se ambos partes do sentido do poder ele mesmo; pôr em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1990, p.18)

Assim, à medida que o conceito de gênero aponta para a construção social da hierarquização masculino-feminino, contribui para desestabilizar um dos pilares fundamentais do poder.

O gênero traz uma nova dimensão para os estudos feministas: a ênfase na noção relacional, pois entende “os homens e as mulheres como definidos em termos recíprocos” (SCOTT, 1990, p.5). Isso significa que a situação da mulher precisa ser analisada em relação à situação do homem e vice-versa. Até então os estudos estavam muito centrados na condição feminina, sem considerar com muita intensidade o outro lado dessa relação social. (SCOTT, 1990).

Esse conceito foi apropriado de diversas formas pelas correntes do feminismo. No caso desta pesquisa, ele será utilizado para interpretar duas experiências de trabalho associado. Dessa forma, é preciso articular gênero e trabalho, o que implica ressignificar as categorias do mundo do trabalho à luz das relações sociais de sexo. A própria noção de trabalho, conforme abordaremos mais adiante, foi expandida pelos estudos de gênero.

Para situar a articulação conceitual nessa área, é preciso destacar a reinterpretação do conceito de classe pelos estudos feministas a partir da década de 1970. Estes enunciam

que “a classe operária tem dois sexos” (SOUZA-LOBO, 1991; HIRATA e KERGOAT, 1994). Ao mesmo tempo em que essa afirmação coloca um novo sujeito histórico, evidencia que não há homogeneidade entre as mulheres, o que significa dizer que as relações de classe são sexuadas e que as relações de gênero são classistas (HIRATA e KERGOAT, 1994). Isso faz com que se estabeleça uma segunda dimensão relacional, desta vez entre as categorias gênero e classe, que se expressam simultaneamente na realidade:

Por um lado, todos os indivíduos são homens ou mulheres, e, por outro lado, todos têm uma situação de classe a ser determinada (origem de classe, inserção atual). As relações de classe e as relações de sexo são, portanto, relações estruturantes e fundamentais da sociedade, em oposição a outras relações (professor/aluno, médico/paciente, jovens/velhos) que são relações contingentes. (HIRATA e KERGOAT, 1994, p.2)

Essa visão proposta pelos estudos feministas tem a intenção de contribuir com uma conceituação mais precisa de classe social, enfatizando que ela é composta por homens e mulheres. Os textos clássicos, que são frutos de seu contexto histórico, embora muito abrangentes, não possuem um sentido totalizante. Desta forma, não são suficientes para explicar a desigualdade de gênero. Embora em O Capital existam alguns trechos dedicados ao trabalho feminino e à sua utilização para compor o exército industrial de reserva – que pressiona a situação dos trabalhadores masculinos –, essa análise não é suficiente para compreender a construção social da segmentação de gênero no mercado de trabalho. Da mesma forma, o conceito de exploração, que fundamenta a existência de classes sociais, não explica a opressão vivida pelas mulheres. Assim, a perspectiva de gênero contribui para identificar relações antagônicas entre os sexos dentro de uma mesma classe social, o que não significa desprezar a importância desse conceito (HIRATA e KERGOAT, 1994).

Mesmo com tais limitações, as feministas marxistas atribuem grande importância a essa teoria para a construção do feminismo. Consideram que a conceituação da desigualdade como uma relação social, proposta pelo marxismo, abriu o caminho para que outros tipos de desigualdade sejam teorizados. “Para Marx o que distinguiria um escravo de um não-escravo não seria nenhuma característica naturalizada, mas o tipo de relações sociais em que estaria o escravo” (CASTRO, 2000, p.100).

Para Castro (2000), feminismo e marxismo estão epistemologicamente imbricados, pois partilham: 1) relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder; 2) a negação de propriedades, expropriações a apropriações; 3) a ênfase na

materialidade existencial; 4) a possibilidade de mudanças acionadas por sujeitos (CASTRO, 2000, p.99).

De outro lado, observa-se certa resistência em incorporar o conceito de gênero aos estudos marxistas a não ser de forma marginal. Por isso, continua sendo atual retomar a proposição de Kergoat (2010) sobre a abordagem coextensiva e consubstancial das relações sociais:

as relações sociais são *consubstanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e 'raça' se reproduzem e se co-produzem mutuamente. (KERGOAT, 2010, p.94)

Essa perspectiva teórica implica, segundo Hirata (2002), em uma recusa em hierarquizar as relações de classe e sexo:

Relações de classe ou relações de sexo, antagonismos de classe ou antagonismos de sexo, tudo se passava como se a importância dada a uma das relações implicasse deixar a outra no plano secundário. Foi Daniele Kergoat que conceitualizou essas duas relações sociais em termos de 'coextensividade', ou seja, em termos de uma sobreposição parcial de uma pela outra. De fato, nesse caso, há uma recusa a pensar em termos de articulação produção/reprodução e, ao mesmo tempo, uma "recusa a hierarquizar" relações sociais. (HIRATA, 2002, p.277)

Estamos, portanto, nos referindo aqui a uma concepção de gênero atravessada pelo conceito de classe social, ao mesmo tempo em que compreendemos a classe social permeada pelas relações sociais de sexo. À medida que se relega à desigualdade de gênero um lugar coadjuvante em relação à desigualdade de classes, subestima-se o potencial de entrelaçamento que possuem essas formas de exploração e de opressão. Nesse sentido, o conceito de gênero se articula de várias formas com a categoria classe, sem que essas relações sociais precisem ser compreendidas de maneira hierarquizada.

Essa interpretação se mostra pertinente para a pesquisa empírica que realizamos com duas cooperativas populares. As organizações estudadas são compostas por sujeitos de uma mesma classe social, a classe trabalhadora. Na ausência do antagonismo entre proprietários dos meios de produção e empregados, o gênero se apresenta como uma das clivagens importantes para compreender as relações de poder no espaço de trabalho.

2.3 Divisão sexual do trabalho

A categoria gênero complexifica certezas anteriores e abre um novo campo de investigação. Esse campo estremece alguns universos sociais separados e pré-fixados por diversas áreas do conhecimento, como os universos mercantil e não-mercantil, o produtivo e o reprodutivo e o público e o doméstico.

Os primeiros estudos sobre o mundo do trabalho na ótica do gênero datam de 1950-1960. Naquele momento, entretanto, as análises sobre as mulheres no mercado de trabalho eram tratadas à parte das discussões do mundo do trabalho de maneira geral (MARUANI e HIRATA, 2003, p.15).

A pesquisa sobre as mulheres no mercado de trabalho adquire um sentido politicamente mais importante quando passa a inserir a perspectiva relacional, analisando a condição da mulher comparativamente à do homem e considerando a divisão sexual do trabalho como um princípio organizador do mundo do trabalho (MARUANI e HIRATA, 2003).

Isso significou ampliar a visão mercantil de trabalho e conceber as atividades realizadas tradicionalmente pelas mulheres, em âmbito doméstico, também como trabalho, além de enxergá-las como fundamentais e estruturantes do trabalho dito produtivo. Assim, trabalho não é apenas aquele que gera valor para o mercado, mas todas as atividades cotidianas que dão sustentação à vida. No campo dos estudos de gênero, convencionou-se identificar dois âmbitos do trabalho: o produtivo, relacionado à produção de mercadoria, e o reprodutivo, relacionado à reprodução da vida. Para o primeiro, a referência socialmente estabelecida é a masculina, para o segundo é a feminina. O objetivo da separação dessas esferas é justamente a visualização de sua interdeterminação. Dessa forma se busca evidenciar como os acordos e normas estabelecidos em uma delas, em relação à divisão sexual do trabalho, incidem diretamente sobre a outra.

Mas o que é a divisão sexual do trabalho? Há dois princípios praticados socialmente que a organizam. O primeiro é a existência de dois tipos de trabalho: um para homens e outro para mulheres. O segundo é relativo à hierarquização desses tipos de trabalho: o trabalho masculino é considerado mais importante e por isso é mais valorizado do que o trabalho feminino (KERGOAT, 2002).

A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres. (...) o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução, produção masculina “vale” mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas). Esse problema do “valor” do trabalho – termo empregado aqui no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – atravessa toda a nossa reflexão: ele induz a uma hierarquia social. (HIRATA e KERGOAT, 2003, p.113)

Por meio dessa noção, as autoras explicam o lugar ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho. Quando, a partir dos anos 1970 a mulher ingressa de forma mais massiva no mercado de trabalho, a hierarquia masculino/feminino se mantém e identifica-se uma divisão sexual do trabalho remunerado. A mulher passa a realizar também um trabalho produtivo, mas a sua atividade é inferiorizada em relação à do homem. Isso se expressa através de uma inegável diferenciação tanto salarial quanto de possibilidades de ascensão e de carreira profissional¹³ (FCC, 2009). Em outras palavras, entre um homem e uma mulher, com o mesmo grau de instrução, observa-se que as condições e as retribuições favorecem muito mais a ele do que a ela. No Brasil, o salário masculino é, em média, 30% superior ao salário feminino (POCHMANN, 2005, p.84). Nesses termos, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho vem sendo constatada pelos estudos da sociologia do trabalho desde a década de 1980 e persiste até os anos recentes (BRUSCHINI et al, 2008. p.28-31).

A divisão sexual do trabalho remunerado também fica evidente por meio da segregação feminina em segmentos identificados com as atividades domésticas (faxina, costura, cozinha...) ou com as atividades de cuidado (enfermagem, docência...). Dessa forma, essa perspectiva analítica aponta que só é possível entender o lugar da mulher no mercado de trabalho quando essa condição é analisada relativamente ao lugar da mulher na família e na sociedade de maneira geral.

A segregação horizontal da mulher no mercado de trabalho está amparada em uma compreensão de qualificação, que, por sua vez, se apoia na hierarquia entre os sexos (KERGOAT, 2002). A ocupação pela mulher de postos referenciados nas atividades domésticas significa, na concepção dominante, a realização de um trabalho não-qualificado.

¹³ Análises recentes confirmam que a diferença salarial entre homens e mulheres está diminuindo. Essa diminuição, no entanto, está mais relacionada com a piora dos ganhos masculinos do que com a melhora da condição feminina. (FCC, 2009)

Segundo essa visão, cuidar dos outros faria parte da natureza feminina, o que justificaria uma remuneração mais baixa desse tipo de função. Já manejar uma máquina ou dirigir um caminhão são compreendidas como atividades que exigem algum grau de especialização técnica, o que justificaria um salário mais elevado.

Kergoat (2002) contesta essa concepção de qualificação e propõe uma reconceituação do termo. A autora aponta que as mulheres, embora mais socializadas no domínio privado, possuem habilidades que são incorporadas pelo capital em nome de uma maior produtividade. A destreza, a atenção, a paciência, o capricho etc. são qualidades tão importantes do ponto de vista produtivo quanto aquelas que os homens em geral adquirem por meio de cursos técnicos. A partir dessa argumentação, propõe que as mulheres reivindiquem o reconhecimento de suas habilidades enquanto qualificações. A autora analisa algumas ações empreendidas nesse sentido pelo sindicato das enfermeiras na França.

Nessa mesma direção, Cockburn (1998) e Wacjman (1998) estudam como as relações sociais de sexo e classe se expressam na construção da tecnologia. Wacjman (1998) enfatiza que, historicamente, o domínio da técnica pelos homens é uma das formas pelas quais ele mantém o seu poder sobre as mulheres. No entanto, ela assinala que os processos de inovação tecnológica consideram a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, passando também a manejar máquinas e a desempenhar outras funções técnicas. A tendência observada é que a feminização de um determinado setor geralmente vem acompanhada de perda de conteúdo técnico, de “qualificação” e de redução dos salários. Isso significa que, se de um lado as mulheres rompem algumas barreiras e adentram em redutos antes considerados masculinos, de outro a hierarquia sexual se repõe, combinando nesse caso desqualificação e trabalho feminino.

Dessa forma, fica nítido que a hierarquização entre o masculino e feminino, com referências a uma divisão sexual do trabalho, se manifesta nos diferentes temas analisados pelos estudos feministas. É possível identificá-la por meio do lugar ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho, pela noção corrente de qualificação e pela maneira como a técnica é construída e inserida no processo de trabalho. Assim, a divisão sexual do trabalho se coloca como “o suporte empírico que permite a mediação entre relações sociais (abstratas) e práticas sociais (concretas)” (HIRATA e KERGOAT, 2003, p.114).

Também nos casos estudados, as relações sociais dominantes entre os sexos se concretizam de diversas formas. Esta pesquisa se propôs a descrever e a analisar o fenômeno, além de apontar em que medida a gestão democrática, com abertura para enxergar esse tipo de questão, tem potencial para modificar a divisão sexual do trabalho interna às cooperativas.

2.4 Economia Feminista e Economia Solidária

A participação da mulher no trabalho e na economia também é analisada do ponto de vista da economia feminista. As autoras desse campo afirmam que os debates em torno de uma visão feminista da economia remetem ao início do pensamento econômico (CARRASCO, 2006); no entanto, uma corrente que sistematiza essas perspectivas se concretiza apenas na década de 1990 (TEIXEIRA, em elaboração)¹⁴. Há várias vertentes dentro da economia feminista. Aqui nos concentraremos apenas na perspectiva que coloca a ênfase na necessidade de transformação do sistema econômico vigente, pois é esta, como veremos mais adiante, que começa a construir um diálogo com a Economia Solidária.

A economia feminista surge no interior da área mais relutante às contribuições feministas. Há duas explicações para essa resistência: o poder político e social dessa disciplina e o predomínio da teoria neoclássica, que restringe qualquer tentativa analítica em termos de relações sociais (CARRASCO, 2006).

A teoria neoclássica é especialmente problemática para compreender o trabalho feminino. Para explicar o lugar do homem e da mulher na economia essa teoria supõe a existência de escolhas familiares pautadas pelas habilidades. A família é vista de forma estereotipada, como uma unidade harmônica, sem conflitos. Segundo essa concepção, seriam as diferentes habilidades femininas e masculinas que determinariam a maior inclinação da mulher para as atividades domésticas. Como consequência, o enfoque econômico recai exclusivamente sobre o ator masculino, compreendido enquanto *homo*

¹⁴ Para uma visão abrangente da economia feminista consultar TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **As desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem da economia feminista.** Tese de doutorado (em elaboração), Instituto de Economia, Campinas: UNICAMP.

economicus, um ser ambicioso, que persegue seus objetivos profissionais e age livremente no mercado (CARRASCO, 2008).

A economia feminista se opõe a essa perspectiva androcêntrica, que oculta todas as estruturas e relações sociais que sustentam o mercado. Para tanto, evidencia que desde a gestação, passando pela alimentação, educação e manutenção, o trabalho feminino é fundamental na origem daquilo que os neoclássicos concebem como *homo economicus*.

Assim, a economia feminista concentra seus estudos sobre a crítica à visão dicotômica dos universos mercantil e não-mercantil, bem como na crítica à subjugação do segundo ao primeiro. Em vez de evidenciar a segregação feminina e de reivindicar um espaço de igualdade no mercado de trabalho, hipótese atrelada ao referencial apresentado no tópico anterior, essa perspectiva está mais preocupada em demonstrar como os trabalhos tradicionalmente femininos dão sustentação ao trabalho mercantil. Afirma que o sistema econômico está amparado sobre o trabalho historicamente realizado pelas mulheres, pois o trabalho doméstico e de cuidados dá sustentação ao trabalho mercantil, mas esse não é contabilizado pela economia.

Como justificar que os trabalhos ditos “domésticos” não sejam nem contabilizados, nem remunerados, e portanto excluídos da esfera mercantil? Como explicar, por exemplo, que o trabalho realizado pelas esposas de agricultores ou de comerciantes na França até um período muito recente não tenha sido objeto de nenhum reconhecimento oficial? Para o feminismo de inspiração marxista, a explicação não contém nenhuma dúvida. A natureza dos serviços não é um argumento válido, pois esses mesmos serviços podem ser encontrados na esfera mercantil.(...) Alguns grupos sociais são excluídos da troca mercantil ou de certos tipos de troca, e essa restrição se refere freqüentemente às mulheres. (GUÉRIN, 2005, p.49)

No Brasil, essa teorização sustenta a práxis de alguns movimentos feministas. Uma das linhas de atuação da economia feminista é apoiar coletivos de mulheres trabalhadoras. São oferecidos cursos de formação (PACS, 2008) com o intuito de evidenciar que as diferentes atividades, sejam de costureiras, de artesãs, de agricultoras ou de confeitadeiras etc., estão tão inseridas no sistema econômico quanto qualquer outra. É a hierarquização da importância dessas atividades em relação a outras, consideradas centrais, que é arbitrária e precisa ser combatida (QUINTELA, 2006). Nessa direção, a perspectiva é de que as mulheres se conscientizem da importância do trabalho que desenvolvem e se apropriem da

agenda econômica do país, e que esse olhar também possa pautar as decisões da macroeconomia.

Nessa perspectiva, as economistas feministas apontam que as políticas macroeconômicas não são neutras em relação à condição de gênero (BENERIA, 2004, p.47). As mulheres são duplamente afetadas, seja como membro de um grupo específico, que ocupa os postos de trabalho mais precarizados, ou pelas consequências para a divisão sexual do trabalho:

As mudanças na distribuição dos recursos e os aumentos de produtividade previstos pelos programas de ajuste estrutural muitas vezes significaram a transferência de custos do mercado para o lar: o fator equilibrante oculto é a capacidade dos lares e em especial das mulheres de amortizar o impacto dos programas de estabilização intensificando seu trabalho e fazendo milagres com seus salários diminuídos. (BENERIA, 2004, p.49, tradução nossa)

Situação mais complexa do que reivindicar a remuneração e o reconhecimento desses trabalhos, as economistas feministas reivindicam uma outra forma de compreensão do sistema econômico, o que inclui a construção de indicadores estatísticos e conceitos a partir de uma lógica que negue o objetivo de acumulação de capital. Nesse sentido, propõem um outro parâmetro norteador para a economia: a produção da vida. (CARRASCO, 2006 e 2008).

Para chegar a tal proposição, que significa um rompimento teórico radical com as ideias que sustentam o sistema econômico vigente, as economistas feministas defendem uma outra definição de trabalho e de economia. É nessa perspectiva que existe o início de um diálogo entre economia feminista e Economia Solidária (QUINTELA, 2006; GUÉRIN, 2005; DANTAS, 2008; SANTOS, 2009).¹⁵

A ampliação da noção de trabalho é uma questão chave para possibilitar a articulação entre trabalho e gênero; para tanto, as economistas feministas recuperam a definição de trabalho de Marx como a atuação humana sobre a natureza:

¹⁵ Esse diálogo foi constatado durante a oficina “Enfoques feministas para el cambio estructural”, organizada por Marcha Mundial de Mulheres e Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE), durante o Fórum Social Mundial em Belém/PA, em janeiro de 2009, e posteriormente, durante o “Seminário de Economia Feminista e Economia Solidária”, organizado pelo GT de Gênero do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em Recife/PE, em outubro de 2009, e durante a 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres, realizada em março de 2010, que ressaltava a Economia Solidária como uma das formas de reconhecimento do trabalho feminino apoiada pelo movimento.

De fato, entendemos o trabalho como a prática de criação e recriação da vida e da convivência humana. Na experiência das mulheres, trabalho e vida são uma coisa só. O trabalho nos permite criar as condições adequadas para que a vida humana se desenvolva partindo das condições do meio natural. É atividade necessária para que a espécie humana – que não se adapta ao meio natural harmoniosamente – possa sobreviver nesse meio. Assim, também podemos entender o trabalho – da mesma forma que parte da tradição marxista – como a atividade que realiza o metabolismo necessário entre a espécie humana e a natureza. Dessa maneira, o trabalho se materializa como traço de união entre a humanidade e a natureza. Mas esse traço de união tem características diferentes quando o trabalho se destina a cuidar da vida ou quando sua finalidade é a produção capitalista de mercadorias. No primeiro caso, a partir da tarefa feminina de civilização e a partir da consciência ecológica, o trabalho se apresenta como colaboração com a natureza, modificando-a somente no imprescindível. No segundo caso, o que há é uma depredação sem limite. (BOSCH et al., 2005, pp. 331-332 apud CARRASCO, 2008, p.97)

A economia feminista, tal como a Economia Solidária, sinaliza para uma compreensão mais ampla de trabalho, que rompe com o objetivo da acumulação de capital. Dessa maneira, essa proposta de organização solidária abriria caminho para o questionamento da naturalização das formas de exploração, inclusive daquela organizada pela desigualdade entre os sexos.

Embora seja possível visualizar um horizonte convergente, o diálogo entre Economia Solidária e economia feminista, no estágio em que se encontra, está mais marcado por um questionamento sobre a ausência da perspectiva de gênero nas políticas públicas da Economia Solidária (ANDRADE, 2008), por uma crítica ao mapeamento da Economia Solidária (SIES) que impossibilita a realização de uma análise mais precisa sobre as condições de gênero, do que por avanços significativos nesse âmbito.

Sinalizar essa possibilidade de articulação não significa que os empreendimentos prontamente se tornarão sexualmente igualitários; muito pelo contrário, significa apontar mais um desafio que deverá ser assumido por empreendimentos, agências de fomento e governo.

Esse desafio poderá se subdividir em duas frentes de ação: uma, cotidiana, que diz respeito ao combate e à criação de alternativas à divisão sexual do trabalho interna a cada um dos espaços. Esta não pode se encerrar em si mesma, mas precisa ter como norte a outra perspectiva, de longo prazo, cujo horizonte é a construção de outro modo de compreender e

organizar a economia e o trabalho, que se paute por outros fundamentos, inclusive por uma relação mais igualitária entre os sexos, conforme aponta a economia feminista.

2.5 As pesquisas sobre gênero e trabalho associado

No item anterior mostramos uma articulação inicial entre economia feminista e Economia Solidária. Neste tópico, a relação que buscaremos estabelecer entre esses termos é inversa: procuraremos mostrar como as pesquisas sobre as recentes experiências de trabalho associado têm trabalhado a questão de gênero.

Embora o número de estudos sobre cooperativas populares, fábricas recuperadas e outros empreendimentos de Economia Solidária seja crescente, a produção específica sob a perspectiva de gênero ainda é reduzida. Apesar de considerarmos relevante a incorporação das relações de gênero como um subitem de diversas pesquisas, vamos nos ater, nesta revisão bibliográfica, aos trabalhos que abordam o gênero como tema principal.

As poucas referências que existem enfocam essa problemática a partir de diferentes perspectivas teóricas e de diferentes recortes. Após um extenso levantamento bibliográfico, encontramos somente duas dissertações de mestrado defendidas sobre o tema (ANDRADE, 2008; CHERFEM, 2009) e duas obras que abordam diretamente o assunto, “As mulheres e a economia solidária”, de Isabelle Guérin, editada em 2003 na França e traduzida para o português em 2005, e “Mujer y trabajo en la Economía Social”, de Maria Antonia Ribas Bonet, 2005. Por ser este um tema de pesquisa novo, com poucas publicações, dedicaremos algum espaço à revisão dessas contribuições. Num primeiro momento apresentaremos algumas contribuições dos trabalhos brasileiros e em seguida nos debruçaremos sobre as pesquisas francesa e espanhola.

Uma das pesquisas brasileiras registra a experiência de um empreendimento exclusivamente feminino, que atua num ramo tradicionalmente masculino: a marcenaria (CHERFEM, 2009). São mulheres de um assentamento rural do interior de São Paulo que, diante do receio dos homens em participar de mais uma tentativa de trabalho coletivo, abraçaram o projeto proposto por uma incubadora universitária (CHERFEM, 2009, p.111).

Elas fabricam esquadrias e janelas, entre outros produtos, que são vendidos e utilizados na construção das casas do próprio assentamento. O trecho abaixo demonstra como as mulheres interpretam a transição de um trabalho pouco reconhecido na roça – provavelmente como força de trabalho complementar ao marido agricultor – para um trabalho socialmente mais valorizado.

Para as mulheres, o trabalho na marcenaria é muito mais simples do que o trabalho na roça, “a marcenaria é ‘açúcar’ perto da roça”, dizem. Isso porque, segundo elas, na roça é necessário trabalhar com “frio, com chuva, disposta ou indisposta”, enquanto na marcenaria trabalham sob “a sombra, no coberto” e as pessoas respeitam seus problemas, dificuldades e limitações. (CHERFEM, 2009, p. 108)

Além dessa concepção positiva em relação ao trabalho de marceneira, a autora analisa os entraves e receios enfrentados por essas mulheres durante a aprendizagem e execução de um trabalho considerado masculino. Destaca como a perspectiva feminista se construiu a partir de uma prática concreta em uma atividade pouco tradicional para o gênero. Essa experiência traz uma importante contribuição sobre uma das potencialidades do trabalho associado em direção a uma igualdade de gênero: a ocupação pelas mulheres de espaços tradicionalmente masculinos, sem que isso implique em rebaixamento social do setor, como ocorre quando segmentos se feminizam sob a lógica capitalista. (HIRATA, 2007; ARAÚJO et al, 2004)

A outra pesquisa analisa os programas federais para a economia solidária sob a perspectiva de gênero (ANDRADE, 2008). A autora investigou desde a composição da Senaes, passando pela análise das discussões travadas na 1ª Conferência Nacional da Economia Solidária, até programas específicos para alguns segmentos da economia solidária. O resultado dessa pesquisa é pouco alentador ao constatar que não há qualquer programa que tenha o enfrentamento da desigualdade de gênero como uma perspectiva importante. “A análise desse rol de ações da política nacional de economia solidária permite inferir que há a predominância da preocupação da não-exclusão, ante a inclusão das mulheres propriamente dita no campo da economia solidária” (ANDRADE, 2008, p.162).

Em relação à produção brasileira, temos portanto duas contribuições com enfoques distintos: um olhar sobre uma experiência concreta da vivência do trabalho associado por um grupo de mulheres e uma análise sobre como os programas governamentais (não) enxergam essa questão.

Também em Guérin (2005) e Ribas Bonet (2005) encontramos enfoques distintos sobre a temática Economia Solidária e gênero. As autoras possuem em comum o fato de serem economistas. Guérin (2005) realiza um estudo de caso comparativo entre uma região da França e outra do Senegal. A partir dessas realidades de diferentes hemisférios, reflete sobre os sentidos e as possibilidades da Economia Solidária para o conjunto das mulheres em situação de pobreza. Ribas Bonet (2005) concentra-se sobre as possibilidades de transformação das relações de gênero no interior das cooperativas e sociedades laborais¹⁶ que compõem a Economia Social espanhola. Enquanto a primeira concentra-se nos sujeitos que praticam outras formas de organização social, a segunda pergunta sobre a transformação das relações sociais no interior das unidades produtivas. Os dois enfoques são importantes e complementares para se pensar a articulação entre trabalho associado e gênero. A seguir, cada um deles será apresentado de forma separada e, ao final as convergências, divergências e complementaridades serão abordadas.

2.5.1 Guérin e as mulheres na Economia Solidária

O livro de Guérin (2005) baseia-se numa pesquisa realizada com 150 mulheres, parte delas residente na região de Lyon, na França, e outra no Senegal, na África. A partir dessas realidades, a autora trabalha com as categorias países do Norte e países do Sul, que não pretende abranger a totalidade dos hemisférios, mas confrontar representações sociais a respeito do sexo construídas nessas culturas tão diferentes. A hipótese subjacente a essa escolha é que o esgotamento de um modelo de desenvolvimento e o consequente empobrecimento da população se manifesta, mesmo que de forma diferente, nos dois hemisférios, tendo consequências específicas para a vida das mulheres.

O método escolhido é o de narrativas de vida, que permite identificar o trânsito das mulheres pelas diferentes dimensões: doméstica e pública, monetária e não-monetária, profissional e familiar. É possível afirmar que essa é uma metodologia coerente com o novo enfoque proposto pela economia feminista, que deve romper com as separações fictícias desses universos e apontar para suas complementaridades. Conforme indicado no tópico

¹⁶ Sociedade laboral é uma forma jurídica espanhola, onde trabalhadores possuem a maior parte do capital social. Para constituir uma sociedade laboral são necessários no mínimo 3 sócios.

anterior, para a economia feminista a própria lógica de compreensão da economia precisa ser distinta.

Cada tomada de decisão, longe de se limitar a uma racionalidade instrumental, obedece a um julgamento de sentido e a um julgamento moral (...). Por isso, cada ação não se reduz à sua singularidade. (...) Apreender os julgamentos de cada um é pois compreender sua própria lógica de ação, mas também é apreender uma parte do universal: a da norma, da regra. Ao esmiuçar a vivência de cada mulher, ao buscar as lógicas de produção de sentido de seus discursos, acaba transparecendo muito mais que a sua trajetória pessoal. Apreende-se a persistência e a reprodução dos mecanismos de divisão sexual dos papéis, os modos de construção identitária, e mais geralmente ainda, os sistemas de valores e de representações sociais. (GUÉRIN, 2008, p.91)

Dessa maneira, a autora demonstra que a metodologia de pesquisa utilizada permite a observação de uma dialética da transformação social dos papéis de gênero e contribui para responder a seguinte pergunta: em que medida a interação das mulheres com uma outra economia possibilita a transformação das relações de gênero na sociedade?

Estamos diante de uma dialética permanente entre um “todo social” e as partes desse todo: cada trajetória e cada vivência existem apenas por meio de um todo, que elas contribuem para atualizar mas também para fazer evoluir. É essa dialética permanente que dá todo seu significado às experiências pessoais (GUÉRIN, 2005, p.91).

O ponto de partida da autora é a compreensão do significado das tarefas historicamente desempenhadas por mulheres. Ela identifica a construção social do altruísmo feminino, ou seja, a capacidade atribuída às mulheres de cuidar dos outros. Esse altruísmo se manifesta por meio da realização de “atividades de proximidade”, que vão desde as tarefas domésticas familiares, atividades de educação, de assistência, de ajuda mútua, de cuidados com a saúde etc. até as ações de caridade realizadas por mulheres pertencentes a classes sociais mais altas. Por meio dessas ações elas estariam praticando uma “justiça de proximidade” e respondendo a um dever social. Tais ações de proximidade estariam em um limiar entre formalidade e informalidade; cumpririam, em certa medida, um papel de mediação de acesso a serviços públicos, o que daria às mulheres um importante papel na conversão de direitos formais em reais.

A partir dessa compreensão, a autora identifica uma possibilidade de articulação entre Economia Solidária e gênero. Compartilha com Laville (LAVILLE, 1994 apud

GUÉRIN, 2005) uma definição ampla de Economia Solidária como “um meio para reformular a articulação entre mercado, autoridades públicas e sociedade civil” e aposta nela como possível solução não só para os diferentes tipos de pobreza, mas também para avanços na superação das desigualdades de gênero.

No estudo de caso africano, são enfocadas participantes de organizações femininas informais do Senegal; no francês, a autora analisa mulheres integrantes de grupos nas periferias de Lyon. Face a essas realidades distintas, a autora enxerga na Economia Solidária um grande potencial de solução. Sua principal questão é em relação ao acesso aos direitos e à conversão destes em direitos reais.

Devido a essa heterogeneidade, como fazer com que as pessoas – homens ou mulheres – sejam capazes de converter seus direitos, para retomar a expressão de Sen, e como compensar o caráter desigual de uma justiça universalista e, portanto, cega às dificuldades experimentadas por certas pessoas, em razão de particularidades individuais ou sociais, para transformar seus recursos e seus direitos em reais potencialidades? (GUÉRIN, 2005, p.213)

Por meio dos estudos de caso, a autora mostra alguns exemplos em que as organizações de mulheres, seja no Senegal, seja na periferia da França, estabelecem relações de reciprocidade e ajuda mútua que de fato facilitam o acesso aos direitos sociais, quando esses existem, como no caso francês, ou criam alternativas sociais quando o Estado de direitos não se concretizou, como no Senegal. No caso africano, o acesso ao microcrédito, por meio de associações femininas, teve bastante destaque, e no caso francês as associações de apoio a imigrantes são as experiências relatadas mais marcantes.

A autora não se furtou a discutir o caráter contraditório dessas experiências. A horizontalização dos processos de decisão ou a transformação das relações de gênero não são aspectos automaticamente presentes nessas realidades. Nas associações de mulheres senegalesas, a pesquisadora identificou um forte centralismo de lideranças femininas, geralmente pertencentes a classes mais abastadas, que muitas vezes exerciam seu poder com autoritarismo e em benefício próprio (GUÉRIN, 2005, p.197). O que não significa que a implantação do microcrédito naquelas regiões pobres tenha deixado de ter sucesso, mas que o microcrédito é apropriado pelas mulheres africanas sem alterar estruturas sociais já existentes.

Dessa forma, Guérin conclui para o caso africano que, em grande medida, as organizações femininas se contentam em responder às necessidades concretas e práticas das mulheres, sem questionar a divisão dos papéis e dos poderes (GUÉRIN, 2005, p.208).

No caso francês, a autora destaca que as associações de apoio a imigrantes são de extrema importância para facilitar o acesso aos direitos garantidos pelo Estado francês. Há relatos positivos, nos quais as associações conseguem promover processos educativos que permitem aos beneficiários compreender melhor as estruturas burocráticas e as possibilidades de ação cidadã. Dessa maneira, a autora identifica uma atuação mais consciente por parte dos beneficiários, o que facilita o acesso aos direitos. A autora relata também que algumas dessas iniciativas já foram reconhecidas pelo Estado francês, que aposta nelas como espaços de mediação entre a política pública universal e as necessidades locais. Dessa maneira, esse tipo de ação começa a se institucionalizar na forma de um novo serviço público. Enquanto tal, essa “atividade de proximidade” passa a ser reconhecida e valorizada socialmente, o que possibilita inclusive que homens também sejam contratados. Assim, a autora demonstra um resultado concreto da articulação gênero e Economia Solidária: uma nova valorização social atribuída a uma atividade de proximidade alterou também seu caráter exclusivamente feminino.

Para além da transformação das relações sociais que essas experiências podem significar para os atores nela envolvidos, a autora discute também o significado delas para a relação entre Estado e sociedade. Em que medida elas podem significar a transformação do Estado em direção a uma sociedade com justiça social?

Essa mesma questão é colocada para as duas realidades analisadas: para a França, que teve o Estado do Bem-Estar-Social firmemente instituído e agora experimenta o desmonte de alguns serviços sociais, e para o Senegal, que nunca teve um Estado capaz de suprir suficientemente as necessidades sociais mais básicas. Como a Economia Solidária se insere nesses contextos, e qual a sua capacidade de resposta tendo em conta também o significado específico dessas realidades para a vida das mulheres, visto que são elas as mais fortemente afetadas pela precarização do trabalho e das condições de vida? Como compreender as experiências de organização feminina que historicamente atuam para amenizar os problemas sociais e como aproveitá-las para uma possível nova institucionalidade?

Sobre essas questões, a autora destaca o caráter dual que a Economia Solidária pode ter, tanto para justificar um maior abandono público sob o pretexto de que a sociedade civil é capaz de se organizar autonomamente, quanto para contribuir para mudanças institucionais que superam a desigualdade social e a de gênero.

O risco permanente, que abordamos várias vezes, é o de que a economia solidária se torne tão-somente um subterfúgio neoliberal que se traduza em um abandono público ainda mais pronunciado. Nos países que conseguiram se dotar de um Estado de direito esse risco é preocupante, mas naqueles que estão pensando para construir um, esse risco é assustador. No que diz respeito às mulheres, esse perigo é ainda mais pronunciado. Muitas experiências de economia solidária visam assumir atividades de proximidade que tradicionalmente estão a cargo das mulheres; essas experiências são animadas em grande parte, por enquanto, por mulheres e para mulheres. Limitar-se a ações localizadas e pulverizadas sem se perguntar pelos fundamentos estruturais da desigualdade teria como efeito um reforço ainda maior do caráter feminino dessas atividades de proximidade. Ora, se a economia solidária deve ter um sentido e merecer que nos interessemos por ela, não é apenas pelas ações que ela realiza no cotidiano; é também, e talvez sobretudo, por sua capacidade de contribuir para mudanças institucionais favoráveis às mulheres, contribuição que passam tanto por sua participação na elaboração das políticas públicas como por sua aptidão para fazer evoluir os sistema de representação. (GUÉRIN, 2005, p.217)

2.5.2 Ribas Bonet e a divisão sexual do trabalho nas cooperativas

Ribas Bonet (2005) faz uma análise comparativa entre o mercado de trabalho espanhol e os dados estatísticos sobre a economia social, principalmente no que tange às condições de trabalho das mulheres.

Para tanto, a autora busca as explicações sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho em teorias neoclássicas, como a teoria das diferenças compensatórias, a teoria do capital humano e a nova economia da família, e em teorias alternativas como as teorias feministas e homossexuais. Ela faz uma extensa revisão bibliográfica sobre o assunto e levanta alguns argumentos sobre as possibilidades de rompimento do cenário de desigualdade sexual por parte da economia social. O principal deles é a participação democrática garantida na economia social e o enfoque nos interesses dos trabalhadores em detrimento dos interesses da acumulação de capital.

Economia Social e Economia Solidária comumente são utilizadas como sinônimos, no entanto é preciso fazer alguns esclarecimentos em relação à concepção adotada por essa

autora. Na Espanha, a Economia Social congrega organizações de caráter representativo e de produção, o que inclui praticamente todas as organizações que não são empresas capitalistas. Além das cooperativas, associações e instituições de crédito, os sindicatos, os partidos e também os clubes esportivos estão incluídos nesse setor.¹⁷

Segundo essa definição, a Economia Social congrega a esfera econômica (da produção e distribuição de bens), a política (da representação) e a do entretenimento (lazer) enquanto aquilo que compreendemos como Economia Solidária no Brasil se restringe ao universo econômico: “compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2009). Portanto, Economia Solidária no Brasil é apenas uma parcela daquilo que na Espanha se denomina Economia Social.

A definição de Economia Social ganha mais sentido quando compreendemos o contexto histórico de seu surgimento na Espanha.

A Economia Social surge nesse país por iniciativa governamental após a ditadura franquista, que durou até 1975 e deixou um índice de 40% de trabalho informal. Nesse alto percentual estavam contidas atividades não-mercantis, sistemas de ajuda mútua e trabalho autônomo, bem como atividades ilícitas. Assim, a definição de Economia Social surge com abrangência suficiente para regulamentar e atribuir um status de trabalho a todas as atividades não-criminosas. Dessa maneira, a Espanha cria um sistema de fomento, incentivando o trabalho autônomo e associativo por meio da redução de encargos tributários. Cria também uma gama de instrumentos estatísticos para acompanhar o que essas mudanças representam para o mercado de trabalho nacional.

A questão da autogestão e a busca por um trabalho autêntico, que não está a serviço do acúmulo de capital, não parecem ser a principal característica que congrega o setor espanhol. Uma caracterização tão ampla para a Economia Social parece contribuir pouco para a conceituação de um setor que estaria em busca de uma alternativa crítica ao

¹⁷ Para Ribas Bonet, Economia Social compreende dois setores: setor empresarial ou de mercado e setor de não-mercado ou instituições sem fins lucrativos a serviço dos lares. O primeiro setor compreende cooperativas de trabalho e de crédito e companhias de seguro. O segundo setor compreende associações, fundações, agrupações, instituições religiosas, sociedades de ajuda mútua, sindicatos, partidos políticos, clubes esportivos e entidades auxiliares dos poderes públicos como a Cruz Vermelha e a Cáritas, entre outras (Ribas Bonet, 2005, pp.77).

capitalismo. Esse é um tema que não aparece na revisão bibliográfica que Ribas Bonet faz da discussão espanhola; ao contrário, a Economia Social se conforma mais como um setor bastante integrado à economia capitalista e com algumas vantagens de flexibilidade em relação ao mercado de trabalho tradicional.

As empresas ou entidades de Economia Social são organizações ótimas para atingir uma situação de estabilidade econômica, ou seja, um desenvolvimento sustentado e equilibrado, ao mesmo tempo em que possuem mecanismos que permitem preservar a segurança econômica das empresas e dos empregos. Por sua condição de empresas participativas, as situações de crise ou ciclos recessivos são enfrentadas por seus sócios ou trabalhadores, para os quais os incentivos para fechar a empresa ou despedir trabalhadores não são os mesmos do que aqueles pelos quais se pautam as empresas capitalistas. Nesse sentido, as entidades de Economia Social são capazes de realizar ajustes (especialmente nas retiradas) que permitem superar a situação de crise em vez de reduzir a capacidade empresarial e o número de empregos. (RIBAS BONET, 2005, p.91)

Assim, mesmo não tendo a autogestão ou uma transformação social mais ampla como tema de articulação central, as práticas mais democráticas internas às organizações são objetivos semelhantes entre Economia Solidária e Economia Social.

Apesar de Ribas Bonet (2005) considerar que a Economia Social se compõe por uma diversidade de organizações que extrapolam os objetivos do trabalho associado, os dados empíricos analisados pela autora são referentes às cooperativas de trabalho e às sociedades laborais. É possível, portanto, a comparação com os dados sobre Economia Solidária e gênero no Brasil.

A metodologia de pesquisa parte de uma base empírica quantitativa para uma análise qualitativa. A autora busca responder se as cooperativas da Economia social, em seu conjunto, protagonizam uma mudança em relação à divisão sexual do trabalho no interior das cooperativas.

Para tanto, constrói um completo quadro de análise do mercado de trabalho espanhol do ano de 2003, sob a perspectiva de gênero. Comprova a desigualdade entre homens e mulheres no que tange à taxa de ocupação e à remuneração e a demonstra também por meio da distribuição dos sexos nos diferentes setores de trabalho.

Em seguida, aplica os mesmos critérios de análise às cooperativas e sociedades laborais, observando que a tendência predominante se mantém: as mulheres representam ampla maioria naquelas atividades socialmente relacionadas às atividades femininas (como

saúde, ensino e educação e cuidados) ou nas cooperativas de consumo (RIBAS BONET, 2005, p.141).

Ribas Bonet analisa também as atividades que as mulheres desempenham no interior das cooperativas ou sociedades laborais e constata que, assim como no mercado tradicional, os dados demonstram uma segregação ocupacional, sendo as mulheres maioria nos cargos auxiliares e minoria nos postos de chefia e de maior responsabilidade técnica (RIBAS BONET, 2005, p. 150).

2.5.3 Análise comparativa de Guérin e Ribas Bonet

Ambas economistas, Ribas Bonet (2005) e Guérin (2005) relacionam a sua análise com o quadro mais geral das teorias econômicas que buscaram explicar ou se posicionar frente à desigualdade de gênero. Enquanto a autora espanhola perpassa um quadro geral de teorias econômicas neoclássicas e das teorias feministas e homossexuais, não se filiando a nenhuma delas, a francesa assume uma análise mais posicionada, enfatizando o viés androcêntrico presente no pensamento econômico desde sua origem e situando-se mais próxima ao tipo de análise realizado pela economia feminista.

Diferentemente de Guérin (2005), que tem os sujeitos femininos em seu centro de análise, Ribas Bonet (2005) enfoca as cooperativas da Economia Social. Assim, a primeira autora se ocupa de organizações exclusivamente femininas, procurando compreender a construção social dessas atividades enquanto atividades das mulheres e identificando as suas implicações na relação com o mercado e o Estado, buscando, portanto, estabelecer uma dimensão relacional ampla: atividades de proximidade femininas e Estado. Já a segunda autora está preocupada em captar a dimensão relacional em âmbito mais restrito, ou seja, em como se manifestam os trabalhos femininos e masculinos no interior dos empreendimentos da Economia Social.

Os dois enfoques são complementares e necessários para pensar a possibilidade de transformação das relações de gênero por meio da Economia Solidária de forma ampla. Tanto o reconhecimento e uma diferente valoração das atividades tradicionalmente

femininas quanto a equidade nas atividades produtivas mistas são desafios em direção à igualdade de gênero.

Em relação à concepção de Economia Social e Economia Solidária, as autoras também apresentam abordagens diferentes. Ribas Bonet (2005) faz referências a uma ampla bibliografia que remete ao início do cooperativismo. Quando o analisa no contexto atual, situa-o num quadro pouco transformador, chegando mesmo a se referir a ele como uma estratégia para corrigir as imperfeições do mercado por possuir uma maior flexibilidade de adequação da produção às necessidades externas. Guérin (2005) não se propõe a fazer uma revisão bibliográfica sobre o assunto, mas entende a Economia Solidária como uma proposta para superar a lógica de mercado, ampla o suficiente para incorporar também uma outra visão sobre o trabalho das mulheres.

2.6 O lugar das mulheres na Economia Solidária

Neste tópico analisaremos alguns dados sobre a participação feminina a partir do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES), desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que até o presente momento apresentou resultados de duas pesquisas de mapeamento: 2005 e 2007.

Esse mapeamento se destina a identificar a abrangência da Economia Solidária e as características gerais dos empreendimentos econômicos solidários (EES) que a compõem. Para tanto, o foco de análise são as organizações e não os seus trabalhadores. Os EES são definidos como:

organizações coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados. [...] permanentes [...] que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida da organização. (SENAES/MTE, 2010)

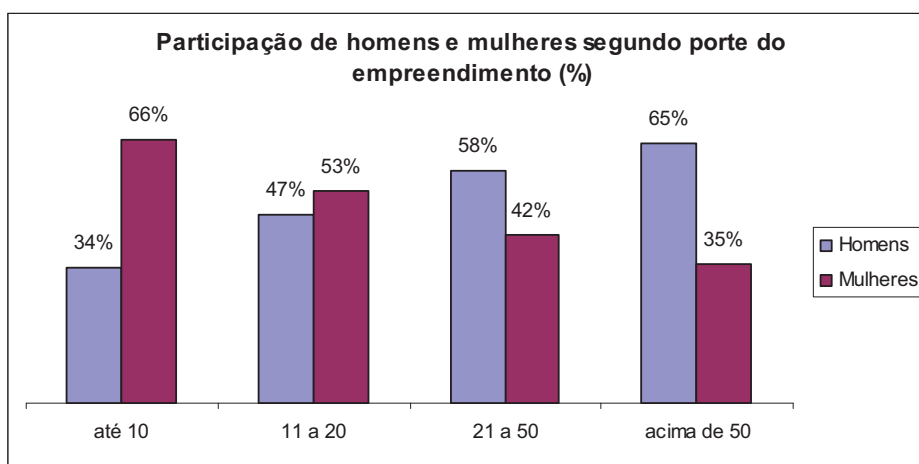
A atividade coletiva desenvolvida por EES pode ser a produção, a prestação de serviços, o compartilhamento de maquinário, a venda coletiva, a troca de produtos, a compra coletiva, a gestão de um banco popular entre outros (Dicionário SIES, 2007).

Portanto, à medida que esse universo mapeado pelo SIES considera uma série de iniciativas econômicas com diversos níveis de coletivização, extrapola o contexto do trabalho associado. Ele contempla tanto trabalhadores que têm essas experiências como centrais em suas vidas como aqueles para os quais a participação em uma associação é uma questão paralela à sua principal atividade produtiva. De outro lado, embora o mapeamento não se restrinja aos empreendimentos formalizados, essa perspectiva norteia a pesquisa. Assim, o foco está no âmbito produtivo e nas organizações que desempenham alguma atividade mercantil, o que exclui boa parte do trabalho das mulheres. Por isso, pode-se concluir que esses critérios, apesar de amplos, não contemplam suficientemente as atividades tradicionalmente femininas. Nesse sentido, de acordo com o referencial da economia feminista discutido anteriormente, é possível apontar que a concepção econômica norteadora do mapeamento não é ampla o suficiente para desocultar a subordinação de gênero que sustenta o mercado.

Apesar dessas limitações, o levantamento possibilita algumas análises a partir da perspectiva de gênero.

Em 2007 o SIES mapeou 21.859 EES, o que inclui cooperativas, associações e grupos informais. Esses empreendimentos reuniam 1.687.496 pessoas, das quais 1.057.114 (63%) eram homens e 630.382 (37%), mulheres (SIES, 2007).

Considerando esse amplo universo, observa-se que as mulheres estão proporcionalmente mais presentes em grupos com menor número de associados. Quanto menor o empreendimento, maior é a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam nos empreendimentos com menos de 10 sócios (66%) e os homens nos EES que possuem mais de 20 sócios (58% nos EES de 21 a 50 sócios e 65% nos EES com mais de 50 sócios).



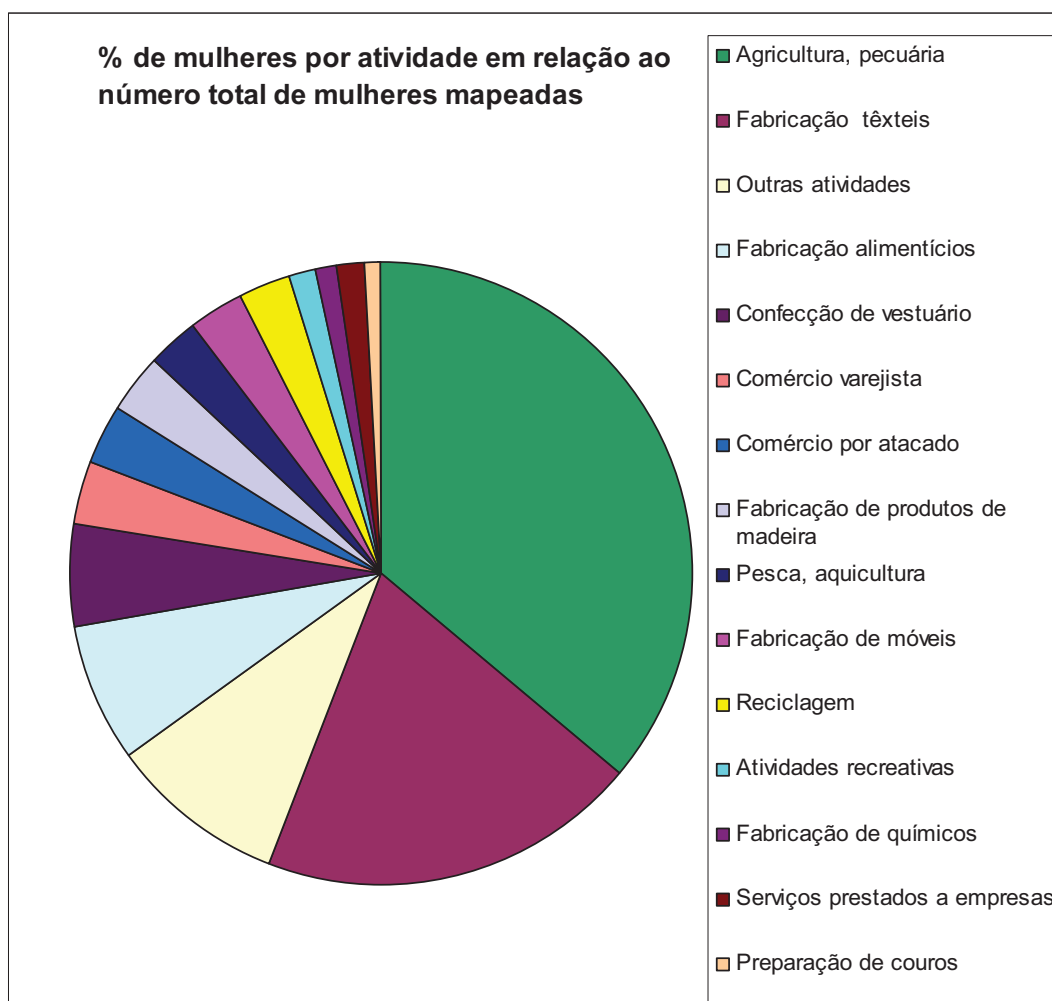
Fonte: SIES 2007, elaboração SENAES

Essa relação entre participação de mulheres e porte do empreendimento foi detectada já no primeiro mapeamento, realizado em 2005, e manteve-se praticamente inalterada segundo o mapeamento de 2007.

Para tentar localizar mais precisamente quais atividades concentram um maior número de mulheres, elaboramos a tabela abaixo que representa 90,8 % das mulheres mapeadas, distribuídas entre 14 atividades segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). O critério para esse recorte foi a seleção das atividades mais representativas em termos de participação feminina. Os 9,2% de mulheres faltantes estão distribuídas entre mais de 40 atividades diferentes, por isso aparecem na categoria “outras atividades”.

Atividades da Economia Solidária segundo código CNAE	% de Homens	% de Mulheres	Número médio de trabalhadores por EES	% de Mulheres em relação ao número total de mulheres mapeadas
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	66	34	25	36,1%
Fabricação de produtos têxteis	15	85	17	19,6%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	52	48	15	7,3%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	17	83	14	5,2%
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais	37	63	21	3,3%
Comércio por atacado e representantes comerciais	62	38	25	3,2%
Fabricação de produtos de madeira	33	67	17	3,0%
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	76	24	71	2,9%
Fabricação de móveis e indústrias diversas	28	72	17	2,8%
Reciclagem	45	55	24	2,6%
Atividades recreativas, culturais e desportivas	54	46	28	1,5%
Fabricação de produtos químicos	23	77	14	1,2%
Serviços prestados principalmente a empresas	59	41	42	1,2%
Preparação de couros e artefatos de couro	34	66	16	0,9%
Outras atividades				9,2%
Total				100,0%

Fonte: SIES 2007, elaboração própria.



Fonte: SIES, 2007, elaboração própria.

Mais da metade dos EES mapeados localiza-se no meio rural. Mais de um terço das mulheres mapeadas (36,1%) dedica-se às atividades agrícolas. Em relação à quantidade de homens no mesmo setor, elas também representam pouco mais de um terço. Quanto a esse dado foram apresentados alguns questionamentos. O primeiro diz respeito à tendência de invisibilizar o trabalho feminino na produção familiar agrícola. Uma das hipóteses

levantadas durante um seminário¹⁸ é que as mulheres estariam sub-representadas nesse setor.

É uma atividade do meio urbano que agrupa o segundo maior grupo de mulheres, a fabricação de produtos têxteis: 19,6% do total de mulheres mapeadas se encontram ali. Esse segmento é tradicionalmente feminino, o que se reflete também nas organizações solidárias, onde o percentual é de 85% em relação a 15% da força de trabalho masculina.

A fabricação de produtos alimentícios e de bebidas ocupa o terceiro lugar em termos de representatividade feminina. Nesse setor observa-se um equilíbrio em relação à participação dos sexos.

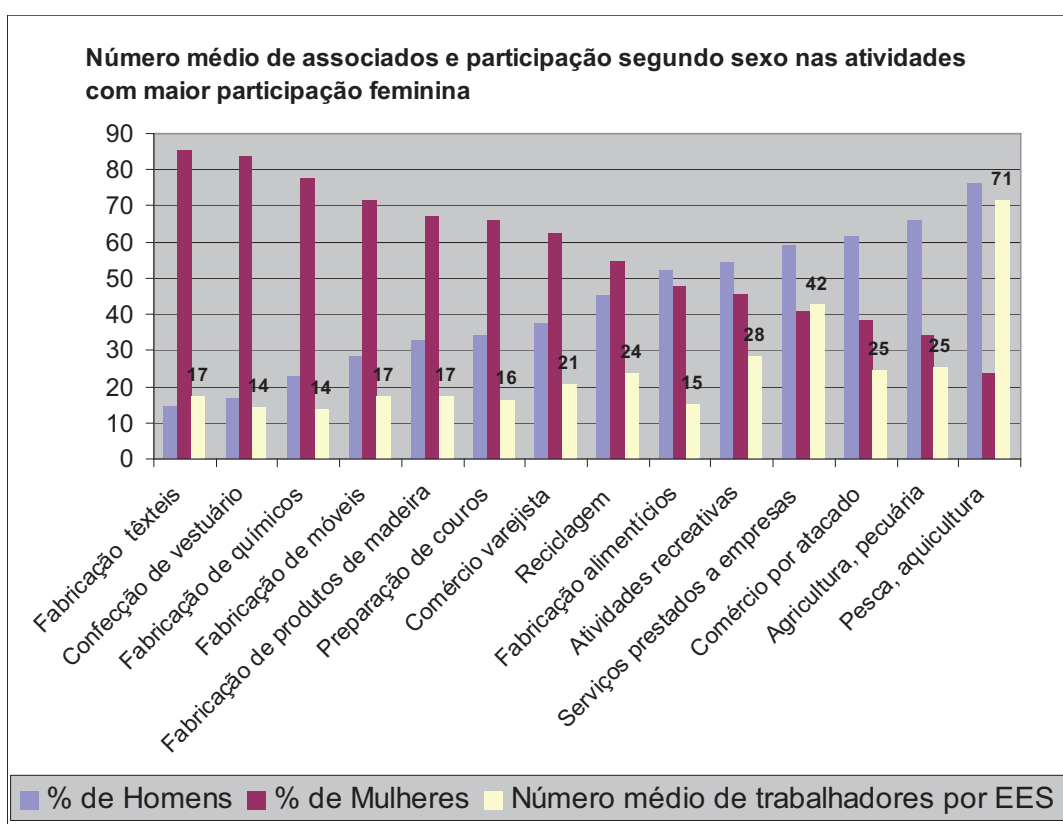
Em quarto lugar, está a costura, que reúne 5,2% do total de mulheres mapeadas. Esse setor também tem tradicionalmente o predomínio da força de trabalho feminina, o que se vê também nesse mapeamento: 83% são mulheres.

No meio urbano, o maior percentual de mulheres localiza-se portanto na fabricação têxtil, na produção de alimentos e bebidas e na costura. A concentração de altos percentuais femininos nesses segmentos específicos mostra que uma divisão sexual do trabalho também se expressa como tendência na realidade da Economia Solidária. Se no mercado de trabalho como um todo as mulheres ocupam postos identificados com as atividades que tradicionalmente realizam no âmbito doméstico, na Economia Solidária não é diferente.

No entanto, o alto percentual de mulheres na fabricação de móveis chama a atenção. Talvez esse seja um indício de que na Economia Solidária ao mesmo tempo em que se reproduza uma divisão sexual do trabalho comumente observada no mercado de trabalho, exista também a possibilidade de ocupação de espaços tradicionalmente masculinos por parte das mulheres. O estudo de Cherfem (2009), sobre as mulheres marceneiras, sinaliza essa possibilidade.

O gráfico a seguir mostra a tendência anteriormente apontada sobre a predominância feminina em EES com menor número de associados, agora aplicada às atividades mais representativas em termos de participação feminina. Essa tendência é mais acentuada pelo elevado número médio de associados aos EES de pesca e aquicultura; no entanto, ela se manteria mesmo que desprezássemos esse setor.

¹⁸ De acordo com fala da debatedora Maíra Rocha, representando o GT de Mulheres do Fórum Paulista de Economia Solidária, durante a mesa de gênero do 1º Seminário Extensão e Economia Solidária: sistematização de experiências, organizado pela ITCP/UNICAMP, ocorrido nos dias 7 e 8 de outubro de 2009.



Fonte: SIES, 2007, elaboração própria.

Na outra ponta dessa divisão sexual do trabalho localizam-se as atividades em que há poucas mulheres. Sobre esse aspecto, enfocaremos apenas o caso das fábricas recuperadas. A partir do SIES foi possível chegar ao número de 162 fábricas recuperadas ou de massa falida. Essas são empresas que passaram a ser autogeridas por seus trabalhadores após seus proprietários terem decretado falência. Esse setor é predominantemente masculino e a média é de 40 trabalhadores por empreendimento. A proporção entre os sexos é de 68% de homens e 32% de mulheres. Em termos de participação feminina, em relação ao total de mulheres mapeadas, as trabalhadoras das fábricas recuperadas representam 0,3%. Elas estariam, portanto, na ponta não representada pela tabela anterior. Esse setor representa o outro extremo da tendência sinalizada, ou seja,

os empreendimentos mais bem estruturados, com maior número de sócios, nos quais os homens predominam.

Andrade (2008), que analisou a política pública federal de Economia Solidária sob a perspectiva de gênero, afirma que existe certa introdução, mesmo que incipiente, da temática de gênero no fomento a alguns setores da Economia Solidária, no entanto a pesquisadora não observou essa intenção no projeto de Apoio à Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão.

por ocuparem áreas denominadas como “masculinas” prevalece o “perdão” para a não inserção da questão de gênero. As empresas recuperadas não são encaradas como espaços que precisam ser transformados pelo valor da equidade de gênero – que é um dos princípios da economia solidária –, simplesmente por serem espaços historicamente e tradicionalmente ocupados por homens. (ANDRADE, 2008, p.162)

O próximo mapeamento a ser apresentado pelo SIES será referente ao ano de 2009. Nele está prevista a incorporação de outras questões sobre a situação das mulheres em cada empreendimento. Espera-se mapear a quantidade de mulheres em cargos de gestão, a sua participação na composição da renda familiar e a repartição das responsabilidades domésticas entre os gêneros.

2.7 Perspectivas

Neste capítulo propusemos uma reflexão ampla, embora cheia de lacunas, sobre as relações de gênero no trabalho associado. Esse é um enfoque relativamente novo, por isso procuramos uma visão abrangente, com diferentes perspectivas que contribuam para elucidar essa questão. Num primeiro momento abordamos o hiato histórico referente ao tema. As mulheres, apesar de presentes enquanto força de trabalho no contexto da 1ª Revolução Industrial, são enxergadas marginalmente pelo sindicalismo e pelo cooperativismo, que surgem como resposta às condições impostas pelas primeiras fábricas. Ressaltamos que o gênero passa a ser colocado como questão teórica apenas no século seguinte. Somente a partir de 1970-80 alguns estudos da sociologia do trabalho incorporam

essa questão de forma estrutural, o que contribui para aprimorar o conceito de classe trabalhadora. Abordamos a noção de divisão sexual do trabalho e como ela se materializa em diversos aspectos do mundo de trabalho: na ocupação, na remuneração, na qualificação e na utilização da técnica. Abordamos ainda um outro referencial teórico, o da economia feminista. Este coloca a ênfase no trabalho invisível das mulheres para o sistema econômico; enfatiza que as atividades femininas sustentam as relações mercantis; e aponta que o pressuposto da produção da vida deva orientar as agendas econômicas. A partir dessa perspectiva identificamos o início de um diálogo entre economia feminista e Economia Solidária.

Por último, analisamos alguns dados sobre as atividades majoritariamente femininas na Economia Solidária brasileira. Diferentes questões pesquisadas pela sociologia do trabalho em relação à divisão sexual do trabalho são observadas também entre os empreendimentos da Economia Solidária. As mulheres estão mais presentes em EES com menor número de sócios e que têm suas atividades identificadas com o trabalho doméstico: costura, fabricação têxtil e preparação de alimentos. Já os EES majoritariamente masculinos possuem um maior número de sócios e, possivelmente, maior porte produtivo, como no caso das fábricas recuperadas. Portanto, a Economia Solidária reflete a situação observada no mercado de trabalho como um todo quanto à divisão sexual do trabalho.

A questão colocada é sobre as possibilidades reais que a Economia Solidária oferece para enfrentar essa questão. De que forma ela contribui para a emancipação econômica das mulheres e para a sua participação política? Para a valorização das atividades reprodutivas? Para o reconhecimento do trabalho reprodutivo pela esfera produtiva?

O diálogo inicial entre economia feminista e Economia Solidária propõe uma série de desafios e perspectivas. Para pautar essas questões foi fundado um grupo de trabalho de gênero no interior do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2008). O enfrentamento à desigualdade de gênero já é, portanto, uma questão programática na Economia Solidária.

Todas essas perspectivas podem se dividir em duas. A primeira, bastante abordada por Guérin (2005), diz respeito à compreensão das atividades de proximidade, tradicionalmente realizadas por mulheres, como trabalhos fundamentais para a reprodução da vida e que podem atingir, por meio da Economia Solidária, um reconhecimento social

compatível com a sua importância. A feminização e a desvalorização são ao mesmo tempo causa e consequência do pouco prestígio social de que gozam essas atividades. A autora enxerga na Economia Solidária a possibilidade concreta de valorizar socialmente essas atividades sem mercantilizá-las. Mais do que a resolução de uma desigualdade específica, o enfrentamento à desigualdade de gênero e a valorização das atividades femininas se apresentam para a economia feminista como um dos pilares possíveis sob o qual se pode processar uma transformação ampla do sistema econômico vigente.

A segunda perspectiva diz respeito ao combate da divisão sexual do trabalho no interior dos empreendimentos mistos, constituídos por homens e mulheres. Para tanto é preciso aprimorar o olhar sobre essa questão e ver como ela se reflete em diversos aspectos da organização do trabalho. Ela está imbricada nos processos de tomada de decisão coletiva, na divisão da sobra, na delegação de tarefas, na organização produtiva do empreendimento, nas instâncias de representação etc. Esta pesquisa se dirige a essa perspectiva. Procuramos compreender de que forma duas cooperativas incubadas lidaram com as questões de gênero em seu exercício de autogestão.

Parte II – Os estudos de caso

Capítulo 3 – O lugar das cooperativas na cadeia produtiva da reciclagem

Este capítulo objetiva situar os estudos de caso analisados dentro da cadeia produtiva da reciclagem. Fazemos a ressalva de esta pesquisa não se ter proposto a mapear essa cadeia de forma completa, mas, a partir do levantamento de legislações federais e municipais que incentivam e apoiam as organizações de catadores, da experiência nas cooperativas investigadas, da leitura de trabalhos recentes sobre o tema e de estudos elaborados pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), acreditamos ser possível abordar alguns gargalos da produção associada dos catadores. Tal introdução é pertinente para analisarmos, posteriormente, a divisão sexual do trabalho e a predominância do trabalho feminino nas cooperativas e associações de catadores. Conforme veremos, essa condição possui relação com o lugar precário que as cooperativas e associações ocupam na cadeia produtiva da reciclagem.

3.2 A questão do lixo

Enquanto um sistema produtor de mercadorias, o capitalismo se caracterizou historicamente por seu constante movimento de expansão. Uma das estratégias para possibilitar esse movimento ascendente é a produção de mercadorias supérfluas e de produtos com durabilidade cada vez menor, além da multiplicação das embalagens. Um dos efeitos colaterais dessa estratégia é o aumento da produção de lixo. Com a redução da vida útil das mercadorias e o incentivo ao consumo desenfreado, tudo o que antes já ia para o lixo agora vai para o lixo muito mais rapidamente.

A questão do lixo, ou a produção de resíduos sólidos urbanos, se tornou um dos principais temas de debate ambiental nas metrópoles de todo o mundo. O lixo é uma evidência da insustentabilidade de um sistema que tem como objetivo principal a acumulação do capital por meio da produção de mercadorias. Esse tema, que costumava ser abordado exclusivamente como questão ambiental – que é apenas uma de suas formas

aparentes –, já agrega um movimento social que contribui para desvelar o que está em sua essência.

Até a década de 1970, a simples deposição dos resíduos em lixões a céu aberto era a forma predominante de manejo dos resíduos sólidos urbanos. Somente a partir de então há uma convergência entre a classe política e as reivindicações ambientalistas que admite o esgotamento do modelo de manejo de resíduos sólidos vigente (DEMAJOROVIC, 1996). É necessário substituí-lo por outros modelos de destinação ou tratamento. Assim, a década de 1970 torna-se um marco para a mudança de concepção na gestão dos resíduos sólidos urbanos. Como decorrência disso constata-se, em nível mundial, o aumento do número de leis ambientais referentes à destinação dos resíduos e à implementação de diferentes modelos de gestão (DEMAJOROVIC, 1996). Nesse contexto, a reciclagem de materiais como plástico, vidro, metal e papel, entre outros, que antes eram simplesmente depositados nos lixões, passa a ser um projeto viável aos olhos da iniciativa privada.

Além de ser uma séria questão ambiental, a questão dos resíduos se manifestou nos países da América Latina em sua aparência social. Para citar somente três países – que adequaram sua sociedade à reprodução do capital financeiro tendo como resultado o aumento do desemprego, do subemprego e do desemprego estrutural –, na Colômbia os chamados recicladores de lixo, na Argentina os *cartoneros* e no Brasil os catadores possuem em comum o fato de tirarem o seu sustento do material que foi descartado por residências, supermercados e fábricas. O local de trabalho dessas pessoas é o lixão, a rua ou, mais recentemente, a cooperativa ou associação.

Se os materiais recicláveis se tornaram a fonte de sobrevivência de um contingente populacional excluído, é preciso indagar como esse trabalho é absorvido pela cadeia produtiva da reciclagem. Bosi (2008) afirma que a maior parte das pesquisas envolvendo catadores tende a enfatizar esse trabalho como autônomo, sem considerar a sua relação com o circuito produtivo. Contrariamente a essa perspectiva, o autor procura demonstrar que “o trabalho dos catadores de recicláveis no Brasil está integrado ao processo de acumulação de capital e que a suposta situação de exclusão dos catadores (desempregado, baixa escolaridade, faixa etária elevada) o qualifica para esse tipo de ocupação” (BOSI, 2008, p. 102).

A ênfase na questão ambiental muitas vezes oculta as relações sociais desiguais que tornam a reciclagem economicamente viável em países pobres.

No Brasil, além dos catadores urbanos, os lixões localizados nas periferias das cidades tornaram-se fonte de sobrevivência de populações excluídas que coletam materiais recicláveis e os vendem a ferros-velhos e a redes de comércio de sucata. Amparada sobre esse tipo de trabalho precário, e também sobre o trabalho infantil e outras formas de servidão, inicia-se a cadeia produtiva da reciclagem (MNCR, 2009, p.55).

Mais do que simples consequência da condição de miserabilidade, Bosi (2008) analisa a atividade de catação de materiais recicláveis como um dos elementos estruturantes do recente circuito da reciclagem, ainda que de forma oculta. Enfatizando a estreita relação entre esse tipo de trabalho precário e a expansão da indústria da reciclagem brasileira, o autor constata que

a reciclagem no Brasil só tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado. (...) a expansão histórica desse setor guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores. (BOSI, 2008, p.104)

Nessa mesma direção, Lima (2009) analisa a funcionalidade do trabalho precário do catador especificamente para a cadeia produtiva do alumínio. Ao investigar a única indústria brasileira que realiza o processo de laminação do alumínio (etapa produtiva que antecede a fabricação da latinha), a autora afirma que de 40% a 60% do alumínio contido em qualquer latinha produzida no país é oriundo da reciclagem majoritariamente realizada por catadores (LIMA, 2009, p.30).

Se de um lado é perceptível uma relação de dependência desigual entre esse tipo de trabalho precário e as grandes empresas recicladoras, de outro observa-se a repressão a essa atividade nos centros urbanos. Não faltam no Brasil exemplos de leis que dificultam ou impedem o trabalho dos catadores nas cidades, como a proibição da circulação das carroças de tração animal, em Campinas, ou de tração humana, em São Paulo. Esses casos demonstram que, para o Estado, o “reciclador é excluído a ponto de ser considerado redundante, eliminável, como é o lixo no qual procura materiais recicláveis”

(RODRIGUEZ, 2002, p. 339). Tais ações objetivam amenizar a aparência da exclusão e empurrá-la para as periferias, para a cidade oculta.

O fato de o trabalho do catador e da catadora não ser formalmente visível nesse circuito produtivo, uma vez que está desprovido de direitos e de regulação, possibilita que a exploração indireta por parte das empresas e a repressão por parte do Estado aconteçam simultaneamente.

Assim, é possível considerar a mercantilização do lixo como uma das formas da “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005, cap. 4). Segundo Harvey, essa noção mostra a atualidade dos interesses e das formas de expansão do capital utilizadas durante a acumulação primitiva. Diante da necessidade constante de expansão, o capitalismo passa a ocupar novos segmentos com velhas e novas formas de dominação e exploração. Tanto a privatização dos sistemas de coleta de lixo, que abordaremos mais adiante, quanto a superexploração do trabalho do catador refletem a expansão do capitalismo para esse novo segmento.

Esse processo, no entanto, não acontece sem resistência. Os catadores protestam, formam coletivos, constituem cooperativas e acabam organizando um Movimento Nacional. Eles reivindicam, de um lado, o reconhecimento formal da categoria enquanto ocupação, e de outro o reconhecimento de seu protagonismo na cadeia produtiva da reciclagem. Partindo da crítica à precariedade, o trabalho associado se apresenta como uma alternativa nessa cadeia produtiva, que se opõe à mercantilização da gestão do lixo.

3.3 O Movimento Nacional dos Catadores e as Políticas Públicas para o segmento

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis surge a partir de organizações regionais, como a Federação de Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul, de 1998¹⁹, e ganha caráter nacional em 2001, com o 1º Congresso Nacional de Catadores, em Brasília.

¹⁹ Informação obtida durante a oficina “Realidade dos catadores na América Latina, conquistas e desafios”, ocorrida durante o Fórum Social Mundial, janeiro de 2009, Belém/PA.

A autogestão, a democracia direta e a estruturação do movimento a partir de bases orgânicas constituídas por catadores e catadoras são os principais princípios do MNCR. Ele se estrutura a partir de catadores de rua ou de lixão e os estimula a se organizar em associações e cooperativas. O primeiro congresso do MNCR coincide com a primeira marcha de população de rua, também constituída por muitos catadores e catadoras. Nessa ocasião, catadores e população de rua apresentam reivindicações conjuntas:

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis. (MNCR, 2001)

Nesse primeiro congresso, a tônica é a reivindicação do catador enquanto categoria profissional. Essa conquista foi alcançada em 2002, com a sua inclusão no Código Brasileiro de Ocupações (CBO)²⁰.

Além da organização desse movimento social, alguns programas públicos municipais e estaduais de Economia Solidária também contribuíram para a organização de catadores em organizações coletivas. O mapeamento da Economia Solidária aponta a existência de 431 EES do segmento da reciclagem (SIES, 2007). Tomando todo universo mapeado pelo SIES, os 431 EES da cadeia da reciclagem representam apenas 2%. No entanto, ao analisarmos a proporção desse grupo nos EES urbanos, que realizam atividades coletivas de trabalho e produção (enfocando, portanto, as organizações urbanas de trabalho associado) o percentual dos empreendimentos de reciclagem salta para 5,8%²¹.

Schiochet e Brandes (2008, p.11) apontam que 93,2% dos EES de reciclagem haviam sido criados nos 12 anos anteriores e, destes, 77,4% entre os anos de 2000 e 2007.

²⁰ Sob o código 5192, o catador material reciclável foi definido como: “Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa)”. A atividade foi descrita como: “Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.” (CBO)

²¹ Dados do projeto temático Fapesp “A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero”, contidos no anexo 27 ARAÚJO, A.; LIMA, J.; PONTES, C. “*Empreendimentos urbanos de economia solidária. Uma análise preliminar dos dados da base SIES*”, do 2º. Relatório, 2009.

Assim, esse segmento ganha relevância enquanto um dos mais recentes da Economia Solidária e de expansão mais acelerada nos últimos anos.

É possível atribuir o crescimento do número de cooperativas e associações de catadores a uma combinação de fatores: ao aumento do contingente populacional de excluídos do emprego formal; à tendência de substituição dos lixões ao céu aberto por aterros sanitários, o que contribui para a remoção da população desses locais; à organização popular; e aos programas governamentais de Economia Solidária.

Para articular o apoio governamental aos catadores, foi criado por Decreto Presidencial em 11 de novembro de 2003 o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis²², composto por 6 ministérios: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS), Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pela Caixa Econômica Federal, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pela Casa Civil da Presidência da República. Esse comitê tem articulado as diferentes linhas de financiamento para a categoria.

Embora persista a tendência mais geral, anteriormente apontada, de exploração e repressão a essa categoria social, o MNCR e as iniciativas governamentais mencionadas representam ações que se opõem ao sentido dominante. Apesar de não ser possível afirmar que o Estado está do lado dos catadores ou das cooperativas, pois continua regulando em favor do capital, é necessário identificar que há ações governamentais específicas que favorecem os historicamente excluídos. “[...] o Estado, como toda relação social, é uma relação de forças. É por isso também que seu direito e suas instituições, apesar da aparência de neutralidade que recompõem continuamente, estão entrecruzados pelas lutas e contradições da sociedade.” (O’ DONNEL, 1981)

²² www.mds.gov.br

3.4 A cadeia produtiva da reciclagem

Para além do reconhecimento público do trabalho dos catadores e do estímulo à organização coletiva, o MNCR aponta, desde o seu surgimento, para objetivos mais amplos, que vão se tornar a principal bandeira de luta do movimento: o reconhecimento do catador como protagonista da cadeia produtiva da reciclagem e a conquista de seus demais elos.

Conforme já apontamos anteriormente, o movimento enfatiza a precariedade na qual se encontra a imensa maioria de catadores, às custas da qual se estrutura a cadeia produtiva da reciclagem. Numa das pontas estão as empresas de coleta de lixo e de limpeza urbana, e na outra está o cartel formado pelas empresas recicladoras que determinam os preços dos materiais recicláveis (MNCR, 2009, p.56). No meio dessa cadeia produtiva, pressionado pelos dois extremos, existe o trabalho do catador e da catadora. Sem esse trabalho, o lixo não se converteria novamente em matéria-prima para a grande indústria.

Nas duas pontas existe, portanto, capital concentrado que disputa a função do catador (como no caso das empresas de coleta) ou explora indiretamente esses trabalhadores precários (atravessadores e empresas recicladoras).

O quadro a seguir mostra de forma sintética os principais elos dessa cadeia produtiva. A seguir detalharemos algumas de suas etapas e enfatizaremos algumas experiências de trabalho associado (destacadas em verde no quadro), que estão participando dessa configuração.

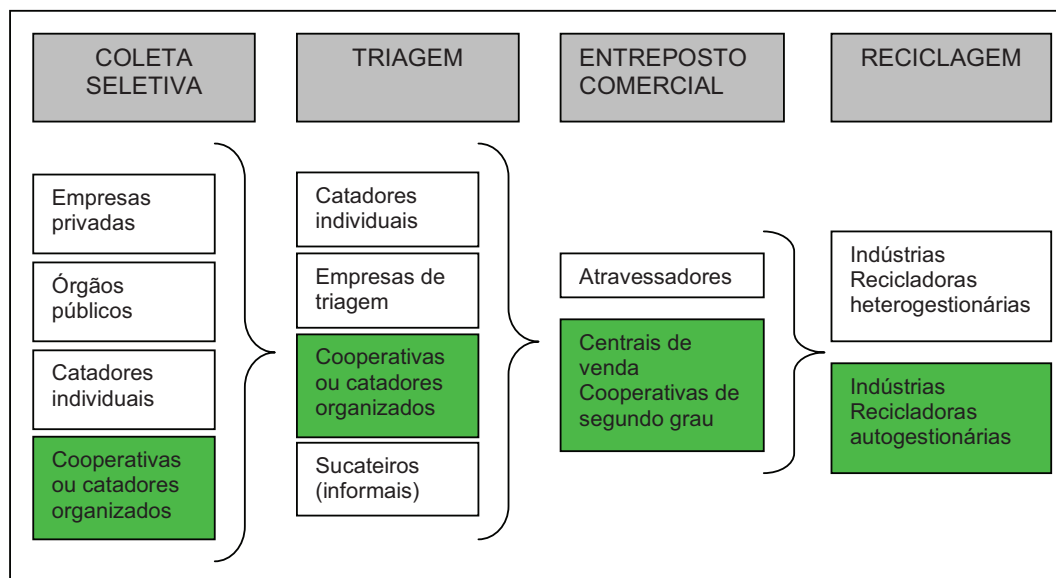


Figura 2. Cadeia produtiva da reciclagem

3.4.1 Coleta seletiva privada X coleta seletiva solidária

A coleta de lixo porta a porta era, até algumas décadas atrás, um serviço público. Os garis e os caminhoneiros eram contratados diretamente pelas prefeituras. Esse é um dos serviços que o Estado delegou para a iniciativa privada a partir de 1990.

A coleta dos resíduos sólidos urbanos está cada vez mais privatizada. Em 2000, 45 empresas filiadas à Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Abrelpe eram responsáveis pela coleta de cerca de 70% dos resíduos sólidos domiciliares no país, atuando principalmente nas grandes e médias cidades. (JACOBI E BESEN, 2006)

A privatização, no entanto, não favoreceu um manejo mais sustentável dos resíduos sólidos, mas transformou a coleta do lixo num negócio lucrativo. Evidência disso é o fato de apenas 6,4% dos municípios brasileiros possuírem programas de coleta seletiva (JACOBI E BESEN, 2006, p.94).

Hoje, os municípios pagam milhões por mês para que empresas enterrem o lixo. O justo seria que isto fosse pago aos catadores, por impedirem que os resíduos sejam enterrados e poluam o meio ambiente. Esta atitude permite a geração de renda, a inclusão social e a produção de matérias-primas limpas, preservando o meio ambiente. (MNCR, 2009, p. 57)

A tendência à privatização, somada à tradição inexistente de realização da coleta seletiva, contribui para explicar a lógica mercantil que se sobrepõe ao interesse público na gestão dos resíduos sólidos urbanos na maior parte das cidades brasileiras. O orçamento do serviço de coleta e gestão dos resíduos sólidos urbanos figura entre as maiores licitações públicas dos municípios brasileiros. O imperativo do lucro dificulta a construção de uma gestão mais complexa que leve em conta o interesse social e o custo evitado com a coleta e a destinação mais adequadas dos resíduos.

Para exemplificar a ineficiência da lógica mercantil na coleta seletiva, utilizaremos o caso de Campinas, município no qual a ITCP-UNICAMP atua desde 2003, acompanhando inclusive a execução de um programa de geração de trabalho e renda articulado à estruturação da coleta seletiva.

Nesse município, a coleta seletiva é realizada por uma empresa privada conveniada com a prefeitura. A empresa realiza a coleta seletiva porta a porta e transporta o material até as 14 cooperativas de triagem de resíduos sólidos existentes na cidade. A coleta seletiva representa apenas uma pequena parcela do montante contratado pela licitação municipal do lixo, e a lógica de controle do serviço é a mesma que se aplica ao resíduo comum. A empresa contratada é remunerada proporcionalmente ao peso do material por ela coletado. Enquanto, para o lixo comum, mais quilos coletados com o mesmo caminhão representam maior eficiência do serviço, para o material reciclável essa relação é inversa. Em geral, quanto mais leve o lixo reciclável doméstico, mais puro ele é, menos compactado está e mais adequado se encontra para o posterior trabalho de triagem.

No entanto, no caso de Campinas, o mesmo critério aplicado ao lixo comum é utilizado para o material reciclável. Além disso, a coleta de ambos é realizada com o mesmo caminhão, que compacta o material. As únicas diferenças são o custo e o limite de carga. O transporte da tonelada do material reciclável é mais caro do que o do lixo comum, e a sua carga limite é 2,5 toneladas/caminhão. Como consequência, a qualidade do material que chega às cooperativas é ruim, pois ele comumente vem misturado à matéria orgânica e

muito compactado. Além disso, os cooperados frequentemente alegam que a empresa de coleta ganha em dobro, pois o rejeito (matéria orgânica) resultante do processo de separação é transportado da cooperativa para o aterro sanitário pela empresa coletora, serviço pelo qual ela é novamente remunerada.

Agora, com todas essas firmas terceirizadas trabalhando pra prefeitura, não tem nem modo de você pensar, de você falar a diferença. Quando eu reciclava, você separava o material, não tinha lixo. Agora eles ganham duas vezes aqui, olha lá. Os bag que tá cheio de lixo. (S. Jorge²³, Cooperativa A, p.42)

Ironicamente, parece que a lucratividade da empresa coletora é inversamente proporcional à qualidade do serviço que realiza. Fica evidente então que a coleta seletiva não pode estar submetida à lógica mercantil e que necessita de regulamentação específica.

Com o surgimento do MNCR, o questionamento da coleta seletiva feita por empresas privadas e a reivindicação por outro modelo passou a ganhar maior ênfase. O movimento reivindicou o reconhecimento do Estado pelo serviço de coleta seletiva prestado pelos catadores. Com o lema “Coleta seletiva sem catador é lixo”, o movimento chama a atenção para o fato de que muitas vezes os catadores dão um destino mais adequado e trabalham com mais eficiência na coleta seletiva do que as empresas privadas. Essa medida evitaria que as cooperativas ficassem sujeitas às estratégias das empresas coletoras, que possuem o monopólio da distribuição do lixo.

Em 2007, a categoria conquistou a Lei Federal 11.445 – 01/2007, que em seu artigo 24 altera a Lei de Licitação 8666 e permite a contratação de cooperativas ou associações de catadores (que sejam formadas por pessoas físicas de baixa renda) para a realização da coleta seletiva (BRASIL, 2007). No entanto, para que essa conquista se converta em realidade, é preciso que os municípios, que são os responsáveis pelas licitações do lixo, adotem essa prerrogativa legal. Até o momento, pouquíssimos municípios colocaram essa possibilidade em prática. São eles: Londrina/PR, Belo Horizonte/MG, Araraquara, São José do Rio Preto, Diadema, Biritiba Mirim, Arujá e Assis, em São Paulo (MNCR, 2009, p. 57).

Entre as experiências bem-sucedidas em âmbito municipal destaca-se o caso de Londrina, onde, após a contratação de organizações de catadores para a realização da coleta seletiva, seu custo passou a ser de apenas R\$ 37,00/tonelada para os cofres públicos. Em

²³ Para preservar os entrevistados, todos os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios.

Campinas, segundo o contrato em vigência, o custo é de R\$ 534,09/tonelada pela coleta seletiva porta a porta. Ainda em Londrina, 21,8% do material coletado passou a ser reciclado. A média dessa relação em quatro importantes capitais que praticam a coleta seletiva contratando empresas capitalistas é de apenas 3%²⁴.

Junto com o reconhecimento e o financiamento da coleta realizada por cooperativas e associações de catadores, apresenta-se também a reivindicação por estrutura de trabalho adequada. Uma pesquisa coordenada por Damásio (2006), em parceria com o MNCR, comprova a viabilidade econômica de uma política de fomento à organização dos catadores e afirma que a criação de um posto de trabalho teria um custo estatal de R\$ 5.000,00, valor ínfimo quando comparado ao custo de um posto de trabalho de, por exemplo, um metalúrgico, que é de R\$ 90.000,00. Tal estudo está amparado num diagnóstico sobre as condições de trabalho de 174 cooperativas e associações distribuídas por todo o Brasil, ligadas ao MNCR. O cálculo pressupõe o fortalecimento e ampliação das organizações já existentes, que têm experiência de organização e trabalho, em vez da criação desenfreada de novas cooperativas. Esse fortalecimento pressupõe o incremento da estrutura física, a construção de novas centrais de venda, a compra de maquinário e de equipamentos de proteção individual (EPI) e a compra de veículos, bem como o financiamento da incubação e capacitação. O projeto prevê a criação de 40.000 postos de trabalho para catadores com o valor total de R\$ 179 milhões e está em processo de trâmite no governo federal desde 2005²⁵.

Por meio de estudos e de experiências concretas, a categoria vem comprovando a possibilidade de combinar inclusão social e medidas ambientalmente mais favoráveis de manejo do lixo. Além das vantagens já descritas, a remuneração da coleta seletiva solidária por parte das prefeituras representa a possibilidade das associações e cooperativas possuírem uma fonte de renda fixa.

É preciso que as prefeituras comecem a contratar as cooperativas de catadores para realizar a coleta de recicláveis nas cidades, como já é feito em algumas cidades. Só remunerando o catador pelo trabalho que realiza será possível dar regularidade à coleta seletiva, e estabilidade econômica ao catador. (MNCR, 2009, pp. 57)

²⁴ Informações constantes no manual “Elementos para a organização da coleta seletiva e projeto dos galpões de triagem”, elaborada pelo MMA e MC. http://www.mnrc.org.br/box_3/publicacoes-online/Manual%20Coleta%20Seletiva.pdf.

²⁵ Informação obtida durante a oficina “Realidade dos catadores na América Latina, conquistas e desafios”, ocorrida durante o Fórum Social Mundial, janeiro de 2009, Belém/PA.

A implementação dessa forma representaria um avanço significativo para a sustentação econômica dessas organizações. Atualmente, a maioria delas se sustenta exclusivamente da venda de materiais recicláveis, o que significa que se encontram totalmente à mercê das oscilações do mercado de recicláveis.

3.4.2 O mercado de recicláveis

O trabalho realizado pelas associações de catadores e cooperativas, como a coleta e a triagem, é, em geral, absorvido pelos elos da cadeia produtiva posicionados acima dessas organizações. Após a separação por tipo (plásticos, papelão, papel, vidro, alumínio etc.), os materiais são vendidos para atravessadores e sucateiros, que são intermediários entre as organizações populares (ou catadores individuais) e as indústrias recicladoras. Os preços praticados obedecem a padrões internacionais e são “ditados pela Bolsa de Valores de Londres” (MNCR, 2009, p.55).

As commodities de materiais recicláveis (aparas de papel, sucata de ferro e plásticos) são classificadas como mercadorias primárias, ou matérias-primas, que têm seu preço cotado e negociado de forma global. Isto significa que os materiais coletados pelos catadores têm preços, são negociados em vários países e estão sujeitos às variações que as indústrias praticam ao redor do mundo, cotadas em dólar. (MNCR, 2009, p.55)

Quando ocorrem oscilações no mercado de recicláveis, estas são repassadas de forma descendente na cadeia produtiva da reciclagem e, conseqüentemente, afetam mais intensamente os atores localizados na sua ponta precária, como as cooperativas, associações e os catadores individuais.

A crise financeira mundial que teve início em novembro de 2008 evidenciou a correlação de forças desfavorável à qual está submetido o trabalho associado nesse segmento. Em decorrência dela, os preços dos materiais recicláveis despencaram a ponto de tornar o trabalho de catadores economicamente inviável.

O preço do quilo do plástico, por exemplo, caiu de R\$ 1,00 para R\$ 0,60, e o do plástico de garrafas *pet*, de R\$ 1,20 para R\$ 0,35. Entre setembro de

2008 e janeiro de 2009, o preço do quilo de papelão especial reduziu-se de R\$ 0,47 para R\$ 0,12; do papelão fino, de R\$ 0,37 para R\$ 0,10; do jornal, de R\$ 0,27 para R\$ 0,08; do papel misturado, de R\$ 0,15 para R\$ 0,01; e do papel branco, de R\$ 0,47 para R\$ 0,30. Em São Paulo, o ferro, que em setembro de 2008 custava R\$ 0,42 o quilo, em novembro do mesmo ano encontrava-se a R\$ 0,16 (MNCR, 2009, p.56).

Para combater essa situação, algumas prefeituras tomaram medidas emergenciais como a doação de cestas básicas às cooperativas e associações de catadores. Vislumbrando uma intervenção mais efetiva do Estado que possa futuramente evitar esse tipo de situação, o MNCR propôs ao Comitê Interministerial de Inclusão Econômica dos Catadores a criação de uma Câmara Técnica do Setor de Reciclagem para estudar mecanismos de regulação do mercado:

Uma ação é cobrar a regulação do mercado da reciclagem. Os catadores não podem pagar pela crise como está acontecendo. Deve haver mecanismos de defesa do mercado da reciclagem, assim como acontece no setor agrícola, entre outros. Do mesmo jeito que as empresas recebem incentivos fiscais e econômicos dos governos federal, estadual e municipal, nós também queremos ajuda. Até porque são as cooperativas as verdadeiras geradoras de emprego. (MNCR, 2009, p.57)

Outra maneira de interferir no mercado de recicláveis e de conseguir melhores preços – que já está sendo colocada em prática em várias regiões do país – é a constituição de centrais de venda e indústrias de processamento de materiais recicláveis administradas por cooperativas de segundo grau²⁶. Para tanto, é preciso criar formas participativas de gestão envolvendo todos os empreendimentos associados; desenvolver formas de gestão estratégica; ter logística para a comercialização coletiva; ter estrutura física para estocar e transportar a produção; e ter capital de giro.

Em algumas experiências, essas centrais são administradas por organizações parceiras com pouco envolvimento de cooperados/catadores. Em outras realiza-se uma cogestão entre cooperados/catadores e instituição parceira e, em outras ainda, a gestão é feita somente por catadores.

As centrais de venda consistem numa estratégia para conseguir melhores preços por meio da comercialização coletiva, anulando o papel do atravessador. As indústrias de processamento gerenciadas por cooperativas de segundo grau representam um nível

²⁶ Cooperativas de segundo grau são organizações cujos sócios são pessoas jurídicas, ou seja, são cooperativas de cooperativas.

posterior dessa mesma estratégia e consistem numa primeira etapa de transformação do material reciclável.

No Brasil, existe uma experiência pioneira nesse sentido, que surgiu como uma central de vendas de várias associações de catadores e posteriormente passou a operar também uma indústria de processamento de plásticos. Trata-se da Cataunidos, localizada em Belo Horizonte, que teve sua unidade industrial implantada em 2006, com recursos do BNDES e com o apoio de uma organização social, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), e de organizações de assessoria técnica (RUTKOWSKI, 2009; CURI FILHO et al, 2009).

Os trabalhos que analisam a experiência denotam a complexidade da gestão desse tipo de empreendimento e a ausência de referências em experiências parecidas. Trata-se de uma empresa criada com o objetivo de aumentar a renda dos catadores associados a nove associações. Isso significa que ela se opõe em essência a uma empresa tradicional, que objetiva a acumulação e concentração de capital. No entanto, a estrutura de gestão proposta pela assessoria técnica para a Cataunidos baseou-se na gestão empresarial tradicional e não incorporou mecanismos de autogestão (RUTKOWSKI, 2009, p. 298). Embora o presidente e os diretores da fábrica sejam catadores, eles interferem pouco na gestão e nas decisões operacionais da fábrica, que fica a cargo de assessorias técnicas (RUTKOWSKI, 2009, p. 301).

Além dos problemas de gestão, os estudos identificaram erros na implantação do projeto. Devido a projeções equivocadas e problemas na padronização do trabalho entre as organizações associadas, o fluxo produtivo ainda não é constante. Mesmo com todos esses percalços, Curi Filho aponta que a indústria interveio nos preços do plástico na região (CURI FILHO et al, 2009).

A coleta solidária, as cooperativas e associações de catadores, as centrais de venda e as indústrias de processamento são experiências muito recentes que visam melhorar as condições de trabalho e de rendimento dos trabalhadores associados na cadeia da reciclagem. Essas experiências são casos pontuais e buscam enfrentar a lógica mercantil precarizante presente nessa cadeia produtiva. Elas contribuem para a inclusão social dos que dela participam, bem como para evidenciar os desafios envolvidos na expansão do trabalho associado ao longo dessa cadeia produtiva. No caso da Cataunidos, os trabalhos

parecem indicar que a gestão para a inclusão social, em vez de contribuir para a acumulação de capital, se revelou uma questão pouco considerada no processo de implantação da indústria. Cabe aqui retomar o que discutimos no Capítulo 1 sobre a necessidade de readequação dos instrumentos de gestão e de produção segundo o princípio da autogestão, uma vez que os artefatos técnicos tradicionais estão carregados de valores que servem à extração da mais-valia, sendo um forte mecanismo de reprodução da desigualdade social.

3.5 As cooperativas de triagem de resíduos sólidos de Campinas

Em Campinas existem 14 cooperativas de triagem de resíduos sólidos reconhecidas pelo Programa Municipal de Geração de Trabalho e Renda. A maioria desses empreendimentos começou a se estruturar a partir de 2002, em decorrência do programa de cooperativas de desempregados criado pela Lei 10039 (CAMPINAS, 1999). O programa previa a formação dos trabalhadores em Economia Solidária e cooperativismo, capacitação técnica a ser realizada junto às incubadoras da cidade: a ITCP-UNICAMP, a organização não-governamental (ONG) Ecologia e Dignidade Humana (EDH) e o Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA) inicialmente ligado à Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas (CAMPINAS, 2003).

As três incubadoras reconhecidas pelo município possuem origens e concepções de incubação diferentes. A ONG EDH é constituída por pessoas do setor empresarial. Um traço marcante é a realização de parcerias privadas para viabilizar estrutura e apoio para as cooperativas que incuba. O CRCA é apoiado pela Petrobrás e possui uma atuação bastante focada na viabilidade econômica das cooperativas que incuba. A ITCP é composta por universitários extensionistas, tem sua incubação focada na autogestão e está comprometida com a formação integral do coletivo de trabalhadores nos temas relativos ao trabalho associado.

A legislação municipal previa também a estruturação física dos espaços de trabalho por meio de aluguel e construção de barracões financiados pela prefeitura, além da

estruturação de uma política de coleta seletiva no município, que seria realizada por uma empresa privada, mas de cuja fiscalização os empreendimentos participariam (CAMPINAS, 2003).

Assim, é possível afirmar que as cooperativas de triagem de resíduos sólidos de Campinas se organizam principalmente devido ao incentivo público. Embora algumas cooperativas tenham se originado em grupos de catadores, a identidade que prevalece não é a do catador, mas a do cooperado. A coleta seletiva é realizada apenas por duas cooperativas que dispõem de caminhão próprio. As demais recebem o material coletado pela empresa privada conveniada à prefeitura. Isso explica que a identidade de catador não seja a característica mais marcante, uma vez que os trabalhadores não recolhem material na rua.

Essa condição representa uma especificidade em relação ao contexto nacional do segmento dos catadores apresentado anteriormente. Conforme relatamos, a identidade que agregou e mobilizou nacionalmente esse segmento foi a do catador de material reciclável articulado inclusive à mobilização da população de rua. Embora existam semelhanças entre as reivindicações do MNCR e as das cooperativas de Campinas, as origens são divergentes. Enquanto, para o MNCR, a identidade e o reconhecimento histórico do trabalho do catador de rua é o elemento fundante para a articulação da categoria e para construir suas reivindicações, em Campinas o segmento das cooperativas de triagem de resíduos sólidos foi articulado pelo governo e por entidades de fomento com um caráter de inclusão social e de geração de trabalho e renda. Devido ao fato de esse programa municipal ter como foco os trabalhadores desempregados cadastrados na Secretaria de Assistência Social, esse processo incluiu alguns catadores, mas excluiu muitos outros.

A identidade de catador é negada pela maioria dos cooperados das cooperativas de triagem de resíduos sólidos de Campinas, que preferem enfatizar a diferença entre aqueles organizados em cooperativas e os que trabalham individualmente nas ruas a se considerar assemelhados aos trabalhadores que são socialmente mais excluídos do que eles próprios. Assim, a ausência de uma mobilização política mais combativa desse segmento talvez possa ter como um de seus elementos explicativos o fato de esses trabalhadores não estarem identificados enquanto categoria social. Apesar dessas diferenças, é preciso notar que existe

alguma organização e articulação entre essas cooperativas, conforme detalharemos posteriormente.

Além do fomento às cooperativas de triagem, o programa de geração de trabalho e renda prevê o fomento a outras cooperativas de produção na área de artesanato, costura e alimentação. No entanto, os marcos legais criados para amparar os empreendimentos favoreciam as cooperativas de triagem de resíduos sólidos que estão articuladas também à política municipal de gestão dos resíduos.

A permissão de uso de áreas institucionais para servir de espaços de trabalho privilegiou os grupos associativos da área de reciclagem, por um entendimento de que a área de reciclagem apresentava, além da perspectiva de inclusão social, o componente ambiental, pelo custo ambiental evitado no trabalho a ser desenvolvido pelos grupos associativos. (MARCONSIN, 2008, p. 207)

Essa priorização do poder público explica o fato de as cooperativas de resíduos serem, até hoje, o maior segmento da Economia Solidária de Campinas.

No que tange à estruturação de uma política municipal de coleta seletiva, destaca-se a criação do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos (GTRS), em 2001, por decreto do então prefeito Antônio da Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores (CAMPINAS, 2001). O GTRS é constituído por diversas secretarias, incluindo as de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Assistência Social, pelas 14 cooperativas de triagem de resíduos sólidos, pelo Departamento de Limpeza Urbana e pelas três incubadoras da cidade (CRCA, ITCP-UNICAMP e EDH). Nas palavras de Marconsin (2008):

O processo de construção da política pública de economia solidária na área de reciclagem deu-se nesse espaço, pois nele os sujeitos do poder público, da sociedade civil organizada, representada pelas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e dos empreendimentos solidários, debateram, propuseram, conflitaram, convergiram em inúmeras discussões sobre espaço de trabalho, equipamentos, qualidade e quantidade do material reciclado, vendas coletivas, áreas de coleta, campanhas de divulgação, etc... (MARCONSIN, 2008, p. 211)

O formato desse espaço é interessante no sentido de possibilitar e efetivar a cogestão de uma política pública, prática bastante difundida nas gestões municipais do Partido dos Trabalhadores; no entanto, ele está sujeito às oscilações do governo municipal. Ou seja, a cogestão funciona bem enquanto o poder público se empenha e respeita a participação desse espaço. Quando este muda de postura, porém, o espaço rapidamente

passa a ser um local de consulta, de informes ou ainda um balcão de negociação de interesses isolados dos empreendimentos.

No caso específico do GTRS, o grau de compartilhamento das informações relativas ao desempenho da empresa privada conveniada para a coleta de resíduos talvez possa ser tomado como um indicador do nível de participação dos empreendimentos desejado pela coordenação do programa. No início, a quantidade de material coletado e a quantidade de material recebido em cada empreendimento era uma informação presente em todas as reuniões do GTRS. Com o passar do tempo, essa pauta foi relegada a lugar secundário, até que sumiu.

Em 2005, esses empreendimentos constituíram a Associação das Cooperativas de Triagem e Manuseio de Resíduos Sólidos de Campinas e Região (ACOO), que tinha como objetivo de médio prazo a constituição de uma central de vendas que envolvesse todos os empreendimentos de triagem de Campinas. Para tanto, a associação e seus parceiros se empenharam na escrita de diversos editais que contribuíssem para isso. Até o presente momento esse objetivo não foi concretizado.

Outro objetivo da associação era o fortalecimento político. A necessidade de possuir um espaço de articulação autônoma e, portanto, independente do GTRS foi um dos fatores que motivaram a formalização de uma associação.

Em 2007, o CRCA constituiu uma rede virtual, a Reciclamp, com recursos provenientes da Petrobrás, que abrange somente as seis cooperativas incubadas por essa instituição. Essa incubadora, aparentemente cansada de esperar por uma oportunidade que significasse o fortalecimento de todos os EES da ACOOP, optou por fomentar uma organização coletiva de apenas parte dos empreendimentos. A ITCP-UNICAMP e a EDH se opuseram abertamente a esse projeto, pois previam a fragmentação e o consequente enfraquecimento da ACOOP. Em contrapartida propuseram a ampliação da central para as demais oito cooperativas da cidade e a possibilidade de alocação de recursos materiais e humanos para uma proposição de projeto ampliado. A proposta foi negada pelo CRCA, que deu continuidade à implantação da central paralela.

Posteriormente, o CRCA convidou outras cooperativas individualmente, em especial as mais bem estruturadas, para integrar a Reciclamp, mas a maioria das cooperativas declinou do convite.

Juliana (cooperativa B) explica por que a sua cooperativa optou por não entrar, pois foi uma rede criada para poucas; a sua cooperativa só entraria quando todas entrassem. (diário de campo, p.2)

O programa de geração de trabalho e renda no qual as cooperativas de triagem estão incluídas teve poucos avanços e alguns retrocessos desde a sua criação. Um dos principais entraves consiste na falta de prioridade política na constituição de um sistema eficiente de coleta seletiva, que fica submetido aos interesses privados, conforme discutido anteriormente. Outro problema consiste na morosidade do processo de concessão de áreas públicas e de fornecimento de estrutura adequada às cooperativas.

Na experiência de Campinas, a precariedade da coleta seletiva ao longo dos últimos cinco anos, condição fundamental para a sustentabilidade da maioria dos empreendimentos solidários fomentados, foi marcante, tanto em estrutura de coleta, como em divulgação e comunicação com a população sobre o programa, assim como a precariedade dos espaços de triagem. (MARCONSIN, 2008, p 253-254)

O público que constitui atualmente as cooperativas é composto por ex-desempregados ou trabalhadores de baixa renda, com baixa escolaridade e majoritariamente feminino. Segundo levantamento²⁷ feito em novembro de 2008, as catorze cooperativas de triagem de resíduos sólidos totalizam 270 trabalhadores, sendo 63 (23,33%) homens e 207 (76,66%) mulheres. Esses números convergem com a estimativa do MNCR, que acredita que as mulheres constituam 75% de seus integrantes. Já o percentual mapeado pelo SIES em 2007 apresenta os EES do segmento da reciclagem com uma composição de 59% de mulheres. Embora o percentual seja diferente em cada levantamento, as mulheres são maioria nas três estatísticas. Dessa forma é possível sinalizar para uma relação entre a precariedade das condições de trabalho desse segmento e a predominância da força de trabalho feminina.

²⁷ Levantamento feito no âmbito do Projeto Temático Fapesp “A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero”, coordenado pela Profa. Dra. Márcia de Paula Leite.

3.6 O processo de trabalho nas cooperativas de triagem de resíduos sólidos

Antes de detalhar o processo produtivo de cada uma das cooperativas estudadas, convém fazer um esclarecimento geral sobre os modelos de organização da produção vigentes nesses empreendimentos.

O objetivo de toda cooperativa de triagem de resíduos sólidos ou associação de catadores é coletar ou receber o material reciclável de forma misturada, separá-lo por tipos (vidro, papel, papelão, metal, diversos tipos de plástico etc.) e vendê-lo de forma separada.

A partir da venda desse material, os gastos com a produção são extraídos e a sobra constitui a retirada de cooperados e cooperadas. Conforme exposto anteriormente, já existe uma lei federal (BRASIL, 2007) que possibilita a contratação de cooperativas ou associações de catadores para a realização da coleta seletiva, o que representa a possibilidade concreta de uma forma adicional de remuneração para essas organizações. No entanto, essa prática não se verifica em Campinas.

A complexidade do processo de separação e de triagem do material reciclável varia de empreendimento para empreendimento e está em grande medida relacionada à demanda do comprador. Os compradores, em geral, determinam o preço do material e a maneira como este deve ser separado. Eles podem ser classificados em dois grupos: atravessadores e empresas recicladoras. Conforme o volume atingido pelo empreendimento, o material é vendido para um ou para outro.

O material pode ser vendido de forma apenas separada ou separada e prensada. Em Campinas, todas as cooperativas estão equipadas com prensa, o que permite a venda na forma de fardos prensados. Esse é, juntamente com o volume do material, um dos requisitos para comercializar diretamente com as empresas recicladoras.

Atingir um volume para comercializar diretamente com as empresas recicladoras é o objetivo de praticamente todos os empreendimentos. Em várias regiões do país observamos a criação de centrais de comercialização que agregam diversas cooperativas e associações para galgar mais um passo na cadeia produtiva da reciclagem. A partir do momento em que os empreendimentos atingem esse estágio, deixam de estar submetidos aos atravessadores. Tal processo representa um nível maior de complexidade para as organizações coletivas,

que passam a ser um Empreendimento Econômico Solidário de segundo grau, ou seja, um empreendimento de empreendimentos. Em Campinas, a ACOOP foi criada com esse objetivo, mas essa ainda não evoluiu para uma central de vendas. Isso significa que a maioria das cooperativas de Campinas vende seu material para atravessadores.

Quando olhamos para o processo de trabalho de uma cooperativa de triagem de resíduos sólidos ou de uma associação de catadores, a primeira pergunta que é preciso fazer é: como o material chega à cooperativa ou associação? Ou seja: o empreendimento realiza coleta própria ou recebe material proveniente da coleta seletiva municipal e de doações?

Em geral, as associações de catadores iniciam seu processo de trabalho com a coleta dos materiais recicláveis nas ruas. Tal condição possibilita uma pré-triagem do material no próprio ato da coleta e faz com que o processo no interior do empreendimento aconteça quase que exclusivamente com material reciclável, ou seja, sem lixo ou rejeito. Esse modelo é defendido pelo MNCR, pois, além das vantagens descritas anteriormente, ele possibilita o contato direto da população com o catador, que passa a ser também um agente de educação ambiental, capaz de incentivar e ensinar os cidadãos a separar o material reciclável corretamente. Além disso ele impede as práticas abusivas adotadas pelas empresas de coleta (como mistura do material reciclável com matéria orgânica), que penalizam não só os trabalhadores das cooperativas como o erário público.

Em Campinas, a realização da coleta própria não é o modelo predominante. Apenas alguns empreendimentos realizam a coleta própria, que na maioria dos casos acontece de forma complementar. Para 13 das 14 cooperativas de triagem de resíduos sólidos, as principais fontes de material são a coleta seletiva municipal, realizada por empresa privada, e os grandes geradores. Apenas uma cooperativa tem na coleta própria sua principal fonte de material reciclável.

Os grandes geradores são empresas ou grandes estabelecimentos comerciais que geram acima de 50kg/dia de resíduos e que não têm direito de usufruir do serviço público de coleta de lixo. Por isso, precisam contratar uma empresa particular para retirar os seus resíduos. Dessa forma, algumas empresas fazem a opção por doar o material reciclável gerado em seu interior para alguma cooperativa. As empresas de coleta de lixo contratadas individualmente pelos grandes geradores logo identificaram a oportunidade de lucro com o material reciclável. Assim, além de coletar o resíduo, essas empresas também passaram a se

dedicar à venda do material reciclável coletado. Esse fato fez com que o número de grandes geradores que antes doavam o seu material às cooperativas tenha diminuído. Mais uma vez, fica evidente que a questão do lixo é um nicho de mercado e os catadores e cooperados são mais uma categoria que disputa esse segmento.

O modelo vigente em Campinas, em que as cooperativas geralmente não realizam a coleta, traz algumas implicações para o processo de trabalho. Os empreendimentos têm pouco controle sobre a qualidade do material que recebem. Há uma quantidade grande de rejeito (matéria orgânica e outros materiais não-recicláveis) misturada ao material reciclável, e este muitas vezes chega de forma muito compactada, dificultando o trabalho da triagem.

Depois de compreender como o objeto de trabalho (o material reciclável) chega à cooperativa, podemos nos deter nas demais etapas de produção. Em Campinas, por meio da experiência de incubação da ITCP-UNICAMP, identificamos algumas etapas comumente observáveis no processo de trabalho dos empreendimentos de triagem: Pré-triagem, Triagem, Prensagem, Pesagem, Armazenamento, Venda.

Essas etapas serão detalhadas mais à frente nos dois estudos de caso; por ora vamos nos deter a nomeá-las a fim de facilitar a compreensão da descrição do processo produtivo de cada um dos casos.

Há ainda duas formas preponderantes de medição do trabalho praticadas pelas cooperativas e associações de catadores: por hora ou por produtividade (quantidade de material em peso). Essa questão também será exemplificada e aprofundada por meio dos estudos de caso.

Outra observação que parece ser uma tendência geral é a predominância de mulheres na etapa de triagem e a de homens nas etapas de prensagem e armazenamento. A divisão sexual do trabalho será o principal foco dos estudos de caso.

3.7 Considerações finais

Neste capítulo procuramos discutir o lugar das cooperativas de triagem de resíduos sólidos na cadeia produtiva da reciclagem, bem como detalhar as características desse segmento na cidade de Campinas.

Demonstramos que essa cadeia produtiva se ampara sob o trabalho precário realizado por catadores e catadoras organizados ou não em cooperativas. O MNCR surge nacionalmente como proposta de organização da categoria e de combate ao trabalho precário. A organização de catadores e catadoras por meio do trabalho associado, constituindo cooperativas ou associações, é apresentada como alternativa coerente e prioritária pelo movimento.

Em Campinas, entretanto, a organização de cooperativas desse segmento é menos oriunda da organização popular e mais do fomento por parte do poder público. Apesar dessa especificidade, as reivindicações em relação à coleta seletiva solidária, bem como por estruturação física e apoio comercial ao EES, apresentadas em âmbito nacional, são igualmente pertinentes para essa cidade, pois também em Campinas as cooperativas de triagem compõem a ponta precária da cadeia produtiva. A oscilação dos preços dos recicláveis e a falta de incentivo para a estruturação regional do setor fazem com que os trabalhadores se encontrem em constante instabilidade financeira, ainda que eles possuam algum incentivo público.

A partir do exame mais detalhado da realidade de Campinas foi possível constatar que a predominância feminina possui uma relação com a situação de precariedade na qual se encontram essas cooperativas. Assim como no mercado de trabalho como um todo, são as mulheres as mais submetidas a essas situações. Os estudos de caso, apresentados a seguir, demonstram que a necessidade de articulação entre as tarefas produtivas e reprodutivas, que recai quase que exclusivamente sobre as mulheres, é uma das chaves explicativas para a situação comparativamente mais precária de inserção ocupacional da mulher. Conforme discutimos anteriormente, a distribuição injusta das atividades reprodutivas entre os sexos possui relação com a desigualdade de gênero no mercado de trabalho (HIRATA e KERGOAT, 2003), e isso certamente também é válido para a

realidade aqui estudada. Além disso, os estudos de caso buscam evidenciar as relações de gênero no interior dos empreendimentos e os desafios apontados nessa direção para o trabalho associado.

Capítulo 4 - Cooperativa A: Um olhar sobre as relações sociais de poder e sexo

4.1 Histórico

Para compreender a formação da Cooperativa A é preciso considerar a trajetória de sua principal liderança e o seu envolvimento com a reciclagem em Campinas. Seu Jorge, o ator em questão, é um senhor negro, de 76 anos, de escrita simples, mas de retórica apurada, que trabalha há mais de 30 anos com material reciclável. Ele começou recolhendo e vendendo as embalagens provenientes de um mercado no qual trabalhava entre os anos de 1966 e 1968. Em seguida, foi trabalhar, com carteira assinada, como motorista de caminhão do Departamento de Limpeza Urbana (DLU) da prefeitura de Campinas, realizando a coleta de lixo da cidade. É preciso notar que naquela época, década de 1970, não existia programa de coleta seletiva e o tema da reciclagem também era pouco conhecido. Entretanto, já havia o início de um sistema de comercialização do material reciclável. Os garis, então chamados de batedores de lata, conforme relatado por Seu Jorge em entrevista, separavam o papelão recolhido durante a coleta de lixo e o vendiam para atravessadores ao final de seu expediente de trabalho. Assim, complementavam sua renda com essa atividade informal, aproveitando o próprio caminhão da prefeitura para levar a mercadoria até os seus compradores. Para evitar o gasto de combustível despendido com esse uso irregular dos veículos, a direção do DLU solicitou que o Seu Jorge organizasse o “comércio do reciclável no lixão”.

Você vai pôr sua balança lá [no lixão] por tempo indeterminado. Porque eu não quero mais que os caminhão fique procurando comprador, fica gastando gasolina. (Entrevista S. Jorge, p.5)

Pela forma como o entrevistado relata o que lhe foi solicitado, é possível perceber uma articulação entre formalidade e informalidade. Do ponto de vista do problema enfrentado pelo diretor do departamento, seria pouco eficaz proibir a venda dos materiais recicláveis pelos garis, uma vez que seu objetivo era a complementação de salário, diante da baixa remuneração auferida. Por isso, o superior de Seu Jorge solicitou que ele se

tornasse um intermediário informal entre os garis que vendiam o papelão e os aparistas²⁸ localizados em diversos pontos da cidade. Assim, a organização informal do comércio do material reciclável no próprio lixão resolveria um problema enfrentado no trabalho formal: o uso indevido dos veículos públicos. Seu Jorge conta que foi o motorista escolhido para essa tarefa pela experiência que já tinha adquirido no ramo, em seu trabalho anterior, quando recolhia o material reciclável no mercado. Provavelmente sua capacidade de liderança também deve ter contribuído para a escolha.

Seu Jorge começou então a conciliar o trabalho formal de motorista de caminhão de coleta de lixo com a atividade informal de comprador de material reciclável.

Após essa primeira experiência no lixão, Seu Jorge estendeu sua atividade de “comerciante intermediário”, ou atravessador, para o centro da cidade, onde organizou um grupo de catadores. Para estocar a mercadoria comprada, alugou um terreno. Posteriormente, ocupou uma área pública na qual instalou seu depósito. Depois de ter se aposentado por tempo de serviço, passou a se dedicar exclusivamente ao ramo do material reciclável.

O que é possível destacar, a partir desse breve recorte da trajetória ocupacional de Seu Jorge, é que, apesar da origem humilde e do baixo nível de escolaridade, ele se tornou um empreendedor do material reciclável. Nas atividades informais que exercia, tinha posição de liderança e, por que não dizer, de chefia. No entanto, em determinado momento tornou-se inviável manter um depósito de material reciclável de maneira informal. A alternativa que visualizou foi ingressar no Programa Municipal de Geração de Trabalho e Renda e transformar o seu depósito em cooperativa.

Essa alternativa lhe pareceu viável por ele ter mantido contato com servidores públicos ao longo de toda a sua trajetória ocupacional. Mesmo tendo deixado de ser funcionário público, a rede de relações que criou em função da comercialização do reciclável se mantém até os dias atuais. Dessa forma, Seu Jorge acompanhou ao longo dos anos as diferentes iniciativas públicas criadas para a coleta do material reciclável. O incentivo à formação de cooperativas populares é uma das mais recentes.

Em 2001, o grupo que então trabalhava com Seu Jorge foi incluído no Programa de Cooperativas de Desempregados no Município de Campinas, criado por meio da lei 10.039

²⁸ Aparista de papel é um atravessador que compra papel reciclável e revende para a indústria recicladora.

(CAMPINAS, 1999). O terreno público no qual o depósito estava instalado foi permissionado para a construção de um barracão. Essa decisão ocorreu no âmbito do Orçamento Participativo (O.P.), uma ferramenta de gestão democrática utilizada pela então administração do PT no governo municipal. Em 2004, o barracão estava construído e, em 2005, a cooperativa foi formalizada (MARCONSIN, 2008).

Além de Seu Jorge, apenas uma outra trabalhadora da cooperativa vivenciou o processo de fundação da cooperativa e consequentemente de transição entre o trabalho informal e o trabalho associado. Não por acaso, ela é a segunda liderança da cooperativa A. Sobre essa transição ela relata:

Quando era depósito era que nem emprego, né, trabalhava, pagava, mas todo mundo contente, todo mundo rindo, não tinha essa discussão. Depois que virou cooperativa que começou essa discussão, mas também por outro lado cresceu gigantesco; pra mim foi gigante, né. As pessoas trabalhando, o volume do material, os vendedores, o preço, tudo cresceu muito. Então pra mim tem vários pontos positivos. (...) Eu acho que assim como eu precisei.... Acho que os que estão aqui também precisam, porque não ia entrar no lixo porque não precisa. Mas, também tem os pontos negativos... Nossa! Que tem de discussão, uma não quer entender a outra. Acho que esse ponto é bem negativo. (Da. Cibeles, p.7)

Essa cooperativa é sem dúvida um grupo de origem popular e se enquadra nos critérios do programa de geração de trabalho e renda, mas, como também demonstraram as pesquisas de Kraychete (2007) e Coraggio (2007), a solidariedade ou a gestão democrática não são elementos automaticamente presentes nos setores da economia popular. O fato de essa cooperativa ter origem num empreendimento informal, com gestão notadamente hierarquizada, traz consequências para a gestão da cooperativa até os dias de hoje. A tensão entre as lideranças e o grupo de trabalhadores é evidente e atravessa uma série de temas que serão abordados durante o estudo de caso.

Para ingressar no Programa de Geração de Trabalho e Renda, segundo decreto municipal 14.265 (CAMPINAS, 2003), é necessário que a cooperativa aceite ser incubada. Sob essa prerrogativa, a ONG Ecologia e Dignidade Humana (EDH) fez o acompanhamento da cooperativa até meados de 2007. Uma das atribuições da incubadora é justamente fortalecer a gestão democrática no interior das cooperativas, tendo inclusive a função de emitir pareceres sobre essa questão perante o programa.

As questões mais presentes que podem levar a um parecer desfavorável da incubadora estão relacionadas com direções autoritárias e tendentes a se

perenizar na direção; divisão do grupo associativo em duas facções que tornam a gestão emperrada; grupo associativo que não ultrapassa a condição de trabalho comunitário, de relações pessoais predominantes na ação do grupo, caracterizado como um desvio de um dos princípios da economia solidária. (MARCONSIN, 2008, p. 208)

Em agosto de 2008 a Cooperativa A passou a ser incubada pela ITCP-UNICAMP.

Ela é composta por 20 cooperados, sendo 12 mulheres e 8 homens. No momento da entrevista, o presidente informou que, destes, 5 homens e 7 mulheres encontravam-se em atividade. Os trabalhadores são de diversas faixas etárias. Há um grupo de jovens com menos de 30 anos e um grupo com mais de 55 anos. A condição socioeconômica desses trabalhadores também não é homogênea. Vários deles se encontram em condição de grande vulnerabilidade social, dependendo exclusivamente da remuneração obtida na cooperativa, ao mesmo tempo em que há trabalhadores com condição econômica estável, que possuem outra fonte de renda, como aposentadoria.

A retirada média mensal durante o período da pesquisa foi de R\$ 550,00 por pessoa. O nível de escolaridade da maioria dos trabalhadores é ensino fundamental incompleto, mas há quatro trabalhadores com ensino médio completo ou incompleto. Vamos nos limitar a apresentar o perfil socioeconômico de forma genérica nesse momento, pois voltaremos a esses dados de forma mais detalhada no capítulo seguinte, em que as trajetórias ocupacionais serão examinadas.

No primeiro contato da incubadora com a cooperativa, foi observada uma forte tendência à hierarquização na gestão do empreendimento, além de uma divisão sexual do trabalho bastante marcada. Desde o início essas características se apresentaram como questões a serem trabalhadas durante o processo de incubação. Além desses, outros temas foram abordados durante o período de acompanhamento da incubadora. Conforme explicitado na introdução, a ITCP-UNICAMP estrutura seu trabalho a partir de sete frentes temáticas. Devido ao objetivo desta pesquisa, que consiste em analisar as relações de gênero no interior das cooperativas, enfocaremos apenas os temas e atividades de incubação que se relacionaram diretamente com essa questão.

A cooperativa pratica um sistema de retirada que pressiona fortemente o setor feminino de trabalho. Nesse caso, em que a divisão sexual do trabalho se apresenta como uma questão evidente, a pesquisa tentará responder às seguintes proposições: a Economia

Solidária oferece possibilidades concretas para uma divisão de trabalho mais equânime entre os sexos? A discussão sobre a divisão sexual do trabalho agrava os conflitos da autogestão ou pode ser parte da solução? Como homens e mulheres reagem à problematização dessa questão? Como a divisão sexual do trabalho se articula com a concepção do processo de produção, entendendo este enquanto tecnologia social?

4.2 Descrição do processo produtivo

A cooperativa A, como a maioria das cooperativas de triagem de resíduos sólidos da cidade de Campinas, recebe o material proveniente da coleta seletiva realizada pela empresa conveniada à prefeitura de Campinas e de grandes geradores.

A cooperativa possuía caminhão próprio, o qual utilizava para fazer a sua coleta de materiais recicláveis. Com esse caminhão a cooperativa buscava o material em grandes geradores, em residências do bairro e em órgãos públicos que, a partir do decreto presidencial 5.940 (BRASIL, 2006), ficaram obrigados a doar seu material às cooperativas e associações de catadores.

Na coleta feita no bairro, o caminhão ficava parado servindo como depósito, enquanto os cooperados recolham o material com os carrinhos. Essa atividade era feita majoritariamente por homens. Há relatos que indicam a participação de apenas uma mulher.

No início de 2009, a cooperativa optou por parar com esse serviço, pois os gastos com gasolina e manutenção do veículo, somados ao tempo de trabalho, eram superiores ao preço de venda do material coletado. Como vimos, a crise econômica que se iniciou em dezembro de 2008 afetou fortemente o preço do material reciclável. Isso fez com que a realização da coleta própria não valesse mais a pena. Dessa maneira, a gestão dos resíduos sólidos se apresenta como uma questão complexa, relacionada à política econômica internacional. Enquanto a economia cresce, o preço do material permanece estável ou tem oscilações sazonais; em época de recessão o preço do material cai drasticamente, inviabilizando inclusive a sua coleta. Fica evidente então que a gestão dos resíduos precisa

ser abordada como uma prioridade pública e não pode ser entregue às oscilações do mercado.

Mesmo deixando de fazer a coleta própria, o volume de material da cooperativa A aumentou, pois, em decorrência da queda do preço dos materiais, havia cooperativas da região dispensando caminhões da coleta seletiva municipal e, inclusive, fazendo doações de material reciclável coletados com caminhão próprio.

Essas doações eram provenientes da cooperativa Aliança. Após um forte trabalho de conscientização ambiental em alguns bairros, a Aliança obteve apoio da população, que passou a fazer uma boa separação do material em casa. Diante de um compromisso firmado com moradores de casas e síndicos de prédios, a cooperativa continuou realizando a coleta própria, mesmo que isso não fosse mais rentável para ela. Essa cooperativa assumiu o ônus de uma campanha ambiental na época de baixo preço do material e ainda doou parte do material a outras cooperativas. A cooperativa A foi uma das beneficiadas.

Diante da inviabilidade econômica da coleta própria, o trabalho da cooperativa A inicia-se quando o material reciclável chega à cooperativa. O expediente de trabalho começa às 7h30 e se encerra às 17h. O processo de trabalho acontece dentro de um barracão de alvenaria de cerca de 1000m².

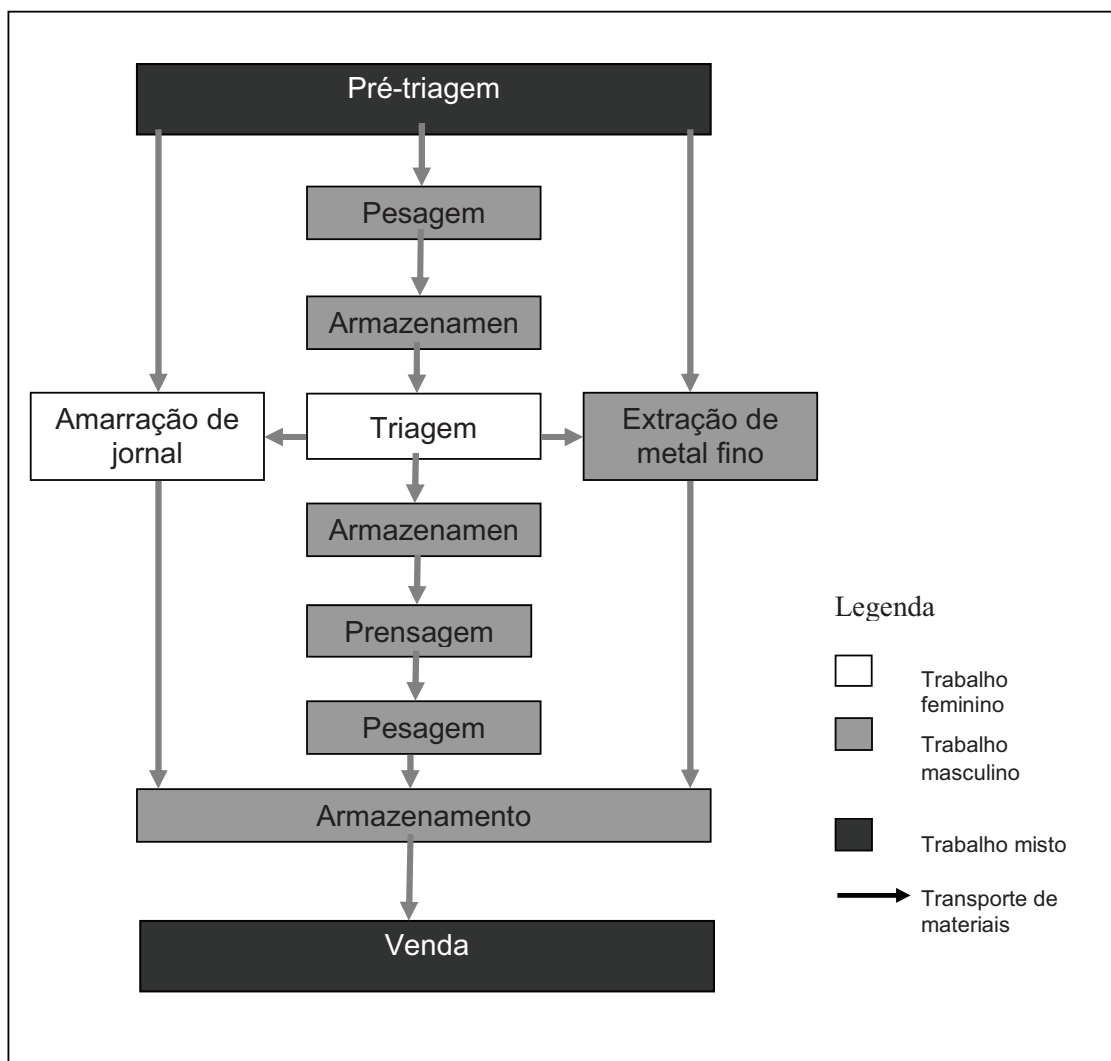


Figura 3 - Fluxograma de produção Cooperativa A

O fluxograma acima foi construído a partir de um instrumento utilizado pela engenharia para mostrar o “caminho da matéria-prima” durante a produção. Representa esquematicamente as etapas de produção e a interligação entre elas. Durante o processo de incubação, esse instrumento foi readequado e inseriu-se o trabalho humano. Em uma cooperativa ou empreendimento autogestionário não faz sentido pensar a organização da

produção sem ter o trabalho humano como elemento fundamental. Assim, o fluxograma explicita também a concentração do trabalho feminino na etapa da triagem, enquanto as atividades masculinas estão ligadas ao transporte do material (representado pelas setas), à prensagem e ao armazenamento, que demandam maior esforço físico concentrado. A seguir, cada uma das etapas será descrita detalhadamente.

1) Pré-triagem

Os caminhões despejam os sacos de material reciclável em um local próximo à entrada do barracão.



Nesse monte de material realiza-se a primeira etapa do processo de trabalho denominada de pré-triagem. Três cooperados trabalham nessa etapa, sendo dois homens e uma mulher. A atividade desses trabalhadores consiste em separar os materiais de grande volume que geralmente estão soltos, como papelão, vidro, sucata e jornal. Nessa fase, os sacos de lixos menores são depositados em bags²⁹.

2) Pesagem

Após a pré-triagem, os bags são pesados. Cada bag recebe uma etiqueta com o peso e é levado para trás da mesa de triagem por um cooperado que tem a função de *caixeiro*.

²⁹ Bags são grandes sacos, feitos de material sintético, com fundo circular ou quadrado.

3) Primeiro Armazenamento

Atrás das mesas de triagem encontra-se o primeiro estoque. Nele, os tipos de material reciclável ainda estão misturados, mas parte do rejeito já foi eliminada.

4) Triagem

A etapa seguinte é a da triagem. Essa atividade é realizada somente por mulheres, que têm a função de *triadeiras*. Cada bag é despejado por um *caixeiro* em cima de uma mesa de triagem.

Todo o percurso dos bags dentro do barracão é feito pelos caixeiros. Quando uma triadeira está livre, ela pede ao caixeiro para abrir um bag em sua mesa; quando dessa abertura a triadeira recebe um recibo com o peso do bag que no fim do dia deve ser entregue à responsável pela administração. (Diretora administrativa da cooperativa)

As mesas são confeccionadas com madeirite e tambores. Os sacos de lixo são abertos e o material é separado em 23 categorias, a saber: aparas brancas, aparas mistas, papel branco, papel misto, PET óleo, PET água, PET azul, PET verde, danone, manteiga, PP, PEAD branco, PEAD colorido, tampinha, copinho-PS, papelão, papelãozinho, sucata, alumínio, peças (cano, fio encapado), vidro, objetos reutilizáveis, potes de sorvete e o rejeito (matéria orgânica ou material que não é reciclável). A cooperativa adequou os nomes oficiais dos materiais às características externas criando essas categorias, que provavelmente facilitam a memorização das trabalhadoras.

As triadeiras ficam de pé durante todo o tempo de trabalho. Trabalham com mãos e braços. Utilizam bastante o tato para identificar o tipo de material, principalmente papel. Esse sentido fica prejudicado com as luvas. A mão apalpa, eventualmente amassa ou quebra o material. O braço deposita o material em um tonel ou lança o material para um tonel mais distante.

As mesas de triagem estão voltadas para a parede e estão separadas por tábuas de madeirite. Ou seja, a triadeira fica de pé, rodeada por tonéis e sacos grandes (nos quais os materiais são depositados separadamente), à sua frente está a mesa, a sua vista alcança somente uma parede e a triadeira ao lado fica parcialmente encoberta por uma tábua de madeirite. Às suas costas os caixeiros se movimentam, visitantes chegam, caminhões chegam para despejar mais material, trabalha o prensista e está um grande relógio de parede... de tudo isto, parece que o movimento dos ponteiros do relógio é o mais percebido pelas triadeiras, que se

concentram nos 23 tipos de material e na meta diária de 200kg. Triar contra o tempo. (transcrição de diário de campo, 09/04/2009)

Quando perguntada sobre as habilidades necessárias para fazer esse tipo de trabalho e sobre como aprenderam a identificar cada um dos tipos de material a ser separado, a coordenadora nos conta:

Daí fui eu e a Regina fazer. Fizemos estágio lá [em outra cooperativa] de quinze dias. Aprendemos o que é PP, o que é PS, o que é PEAD tudo esse tipo de plástico que nós vendemos. Tanto no tato como pela queima, queimando, pela fumaça você já sabe o que é, se é fumaça verde você já sabe que tipo de material é... e o cheiro. Aprendemos pelos três: pela fumaça, pelo fogo e pelo cheiro. (Da. Cibeles, p.29-30)

5) Armazenamento intermediário

Durante a triagem os *caixeiros* esvaziam os tonéis que circundam as *triadeiras* e os despejam em bags que ficam no estoque central da cooperativa. Esse estoque é intermediário entre a etapa de triagem e a etapa de prensagem. Nesse estoque o material já está separado por tipos.

6) Prensagem

Dois cooperados trabalham na prensa, um prensista e um ajudante. Nessa etapa há apenas homens. Eles arrastam um bag do estoque central para perto da prensa e despejam o material na prensa. A prensa é acionada. Para fazer um fardo, a prensa precisa ser acionada várias vezes, e gradativamente mais material é adicionado. Apenas alguns metais, vidros e jornais não são prensados.

7) Pesagem

Depois de prensados, os fardos são colocados num carrinho de transporte manual pelo prensista e por seu ajudante e empurrados até a balança por um *caixeiro*. O peso médio dos fardos é de 150kg. O peso também é anotado por um *caixeiro*.

8) Armazenamento final

Em seguida os fardos são empurrados com um carrinho até o estoque final. Lá os fardos são manualmente empilhados por três caixeiros. Ali os fardos permanecem até serem vendidos.

9) Metal e jornal

A maior parte do material segue esse percurso. Somente o jornal e o material fino (cobre branco e amarelo, alumínio, ferro) são manuseados separadamente. O jornal é amarrado por uma trabalhadora e o material fino é extraído de peças maiores por um trabalhador. O metal é armazenado em uma caçamba.

10) Venda

O processo de trabalho se encerra com a venda dos materiais. Os fardos são vendidos a diversos compradores de acordo com o tipo de material. Há um comprador específico para plásticos, outro para papel etc.

4.3 A compreensão do processo produtivo por parte dos trabalhadores

O processo de trabalho foi observado pela equipe de incubação e pela pesquisadora e discutido nos grupos de estudo da incubadora.

A incubadora pressupõe que a compreensão do processo de trabalho por parte de cada cooperado é fundamental para possibilitar a decisão coletiva sobre o processo. Essa compreensão não ocorre automaticamente em uma cooperativa. Apesar da posse coletiva dos meios de produção e da possibilidade de participação democrática, grande parte dos trabalhadores não domina o processo produtivo de seu empreendimento e, sendo assim, está sujeito a ser dominado por ele.

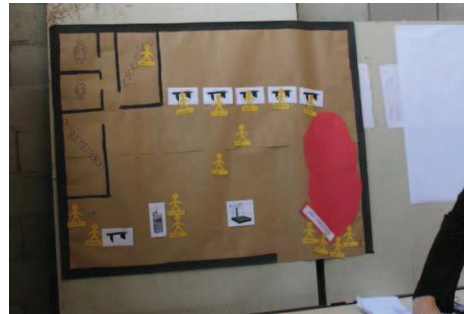
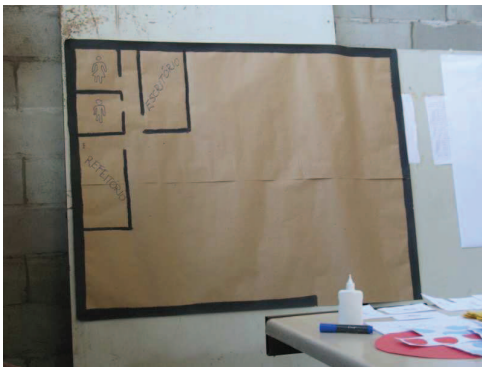
Segundo Novaes (2007), a posse coletiva dos meios de produção consiste na primeira fase do processo de adequação sociotécnica. A partir dessa condição, é preciso avançar para intervenções dos trabalhadores nos meios de produção e para a seleção e

construção de tecnologias apropriadas a fim de transformar aquele processo de trabalho numa forma condizente com a autogestão (NOVAES, 2007, p. 186).

As mudanças cognitivas dos trabalhadores frente ao processo de trabalho se relacionam fortemente com aquilo que chamamos de desalienação do trabalhador (ITCP, 2009). A alienação do trabalhador foi construída historicamente durante décadas e séculos, desde a 1ª Revolução Industrial. A reversão desse processo certamente não acontecerá por meio de uma intervenção pontual; no entanto, um processo de incubação que se proponha a contribuir para a construção de uma alternativa emancipadora de trabalho não pode se furtar a pensar sua atuação pedagógica de forma coerente com esse horizonte.

Após realizado um primeiro diagnóstico do processo produtivo, a equipe de incubação planejou uma atividade para devolver as informações observadas ao coletivo de trabalhadores. Mais do que uma devolução, esse momento deveria ser uma aprendizagem coletiva desse processo, onde as informações apreendidas pela equipe também fossem submetidas à opinião dos trabalhadores.

Dessa forma, a finalização do diagnóstico foi realizada conjuntamente com a cooperativa, e o layout de produção foi elaborado coletivamente.



Fotos da oficina de incubação sobre processo produtivo, arquivo ITCP/UNICAMP

A seguir observa-se o resultado final das etapas de trabalho anteriormente descritas, agora respeitando sua disposição no espaço.



4.4 Mulheres na triagem, homens na prensa

O fluxograma apresentado evidencia a divisão sexual do trabalho, o que também pode ser percebido na fotografia do layout: o trabalho na etapa de triagem é realizado exclusivamente por mulheres, enquanto o transporte e a prensagem dos materiais são realizados exclusivamente por homens.

A abordagem dessa questão em reunião e nas entrevistas indica que ela não é percebida como um problema pela cooperativa. A triagem é concebida como trabalho feminino, o que é justificado pelo fato da mulher ter habilidades mais finas para reconhecer as características do material, bem como por ser mais caprichosa. O transporte e a prensagem do material são concebidos como trabalho masculino, o que é justificado pela demanda de maior força física.

Curiosamente, as mulheres se pronunciaram mais claramente sobre essa questão. Os homens entrevistados tenderam a negar ou menosprezar a divisão sexual do trabalho presente na cooperativa.

Na minha opinião mulher tem mais sensibilidade pra triar, tem mais... sei lá. Acho que homem é meio brusco pra triar, não grava direito. Eu imagino isso. Eu acho que mulher é mais... Sensível, aprende mais rápido. Eu acho que homem é mais difícil, na minha opinião. (Da. Cíbele, p.31-32)

Porque eles acham que o serviço da prensa, coisa assim, é o serviço mais pesado, né? Pra fazer, porque depois que faz o fardo, o fardo fica pesado, né? Mas aí eles dividiram, mulher tem mais agilidade na produção, né? Escolhe o material melhor do que os homens. (Rose, p.11)

Ah, porque mulher é mais detalhista, né? (Amanda, p.4)

Chegou um conceito assim, por conta de mulher ser assim mais atenciosa, porque tem bastante separação de material, né? Então eu acho que por ser mulher elas têm uma visão melhor, um modo de trabalhar que saia tudo com perfeição; porque tem que separar o material bem separadinho para ser prensado, não pode ter mistura, né? (Da. Sílvia, p.5)

As justificativas utilizadas denotam uma combinação entre características entendidas como femininas e habilidades de trabalho. A sensibilidade, a atenção, o “ser detalhista” e o “ser caprichosa” são compreendidas como características intrinsecamente femininas, que foram transladadas pelas entrevistadas ao universo do trabalho. Ocorre

assim um mecanismo de naturalização das habilidades de trabalho das mulheres, que está muito presente no mercado de trabalho como um todo. A lógica dominante atua como se as características femininas fossem determinadas pelo sexo biológico, em vez de construídas socialmente.

Conforme explicitam vários trabalhos sobre o tema, como existe uma naturalização dessas qualidades, elas não são reconhecidas como qualificações, o que é um dos elementos utilizados para justificar a remuneração inferior das mulheres (KERGOAT, 2002; HIRATA, 2007; SOUZA-LOBO, 1991). A compreensão da força de trabalho feminina com habilidades intrínsecas fundamenta decisões de diretores e gerentes de fábricas, conforme já demonstrado por várias pesquisas na área da sociologia do trabalho (TODARO et al, 2002). Assim, a divisão sexual do trabalho é utilizada em prol do aumento da produtividade e do barateamento da força de trabalho.

A naturalização das habilidades femininas no mundo do trabalho, enquanto mecanismo presente na sociedade de maneira geral, também apareceu nas falas das cooperadas entrevistadas.

Dessa forma, as representações de gênero presentes na sociedade se expressam dentro do empreendimento por uma clara divisão sexual do trabalho. Conforme exposto anteriormente, compreendemos a incubação como um lugar profícuo para problematizar essas desigualdades. Portanto, essa constatação constitui um dos pontos de partida do trabalho da incubadora.

4.5 A inversão de papéis no processo de trabalho como um exercício pedagógico

A partir da atividade de diagnóstico coletivo sobre a organização da produção, desdobraram-se diversas oficinas. Uma delas enfocou especificamente a questão da divisão sexual do trabalho. Durante essa oficina³⁰ os cooperados assistiram ao filme “Acorda, Raimundo, acorda” (ALVES, 1990). O curta-metragem retrata um casal que acorda em

³⁰ A descrição metodológica desta oficina pode ser encontrada em ITCP-UNICAMP, **Caderno Empírica – Metodologia de incubação**, Ed. Instituto de Economia/UNICAMP, 2009, p. 125. Disponível on-line em: www.itcp.unicamp.br/empirica.

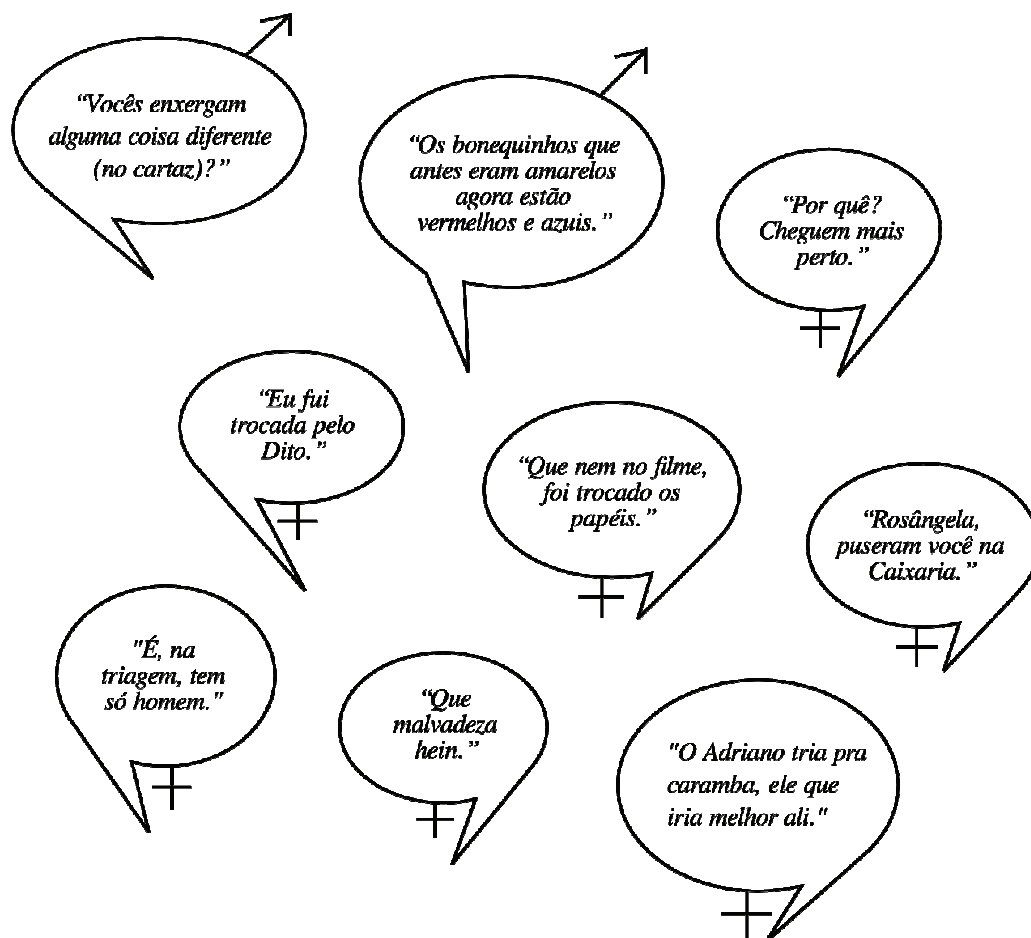
uma sociedade, na década de 1970, com os tradicionais papéis sociais de homens e mulheres invertidos. O homem é responsável pelos afazeres domésticos e a mulher é a provedora do lar. Também as situações de opressão aparecem de forma invertida.

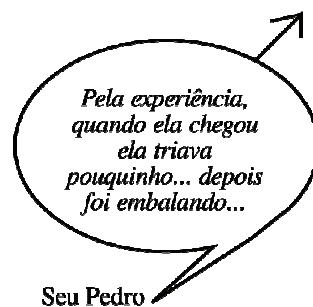
O filme provocou debate sobre a origem dos papéis sociais de gênero e sobre a divisão sexual do trabalho. Na segunda parte da oficina, transladamos o que havia ocorrido no filme para o espaço de trabalho e apresentamos o fluxograma de produção com as funções de homens e mulheres invertidas, conforme imagem abaixo.



Figura 4 - Fluxograma de produção, homens e mulheres com funções invertidas

Essa provocação gerou estranhamento no grupo. Segue abaixo a transcrição de algumas falas ocorridas no momento da oficina:





Após perguntarmos se a cooperativa poderia hipoteticamente funcionar com as funções femininas e masculinas invertidas ouvimos o seguinte:

As mulheres foram pra prensa e pra caixaria e os homens foram pra bancada. Elas foram pro serviço pesado. Elas vão fazer o serviço, mas não vão fazer completo devido à força, aí vai ter que parar a triagem pra ajudar.

Seu Pedro

Como eu estou na prensa... O serviço da prensa é pesado, tirar o fardo.

D. Sílvia

É só juntar duas mulheres pra erguer e colocar no carrinho.

D. Cibele

Vai parar o serviço de 3, 4 porque a mulher não dá conta?

Seu Pedro

Tô dizendo que as duas conseguem. Quando o homem faz, ele também chama os outros. Você não desloca os meninos pra fazer? Consegue fazer, é só ter prática e na prática vai pegando tudo. Quando vocês entraram aqui, vocês não sabiam nada, a mesma coisa, é só trocar e pegar a prática de novo.

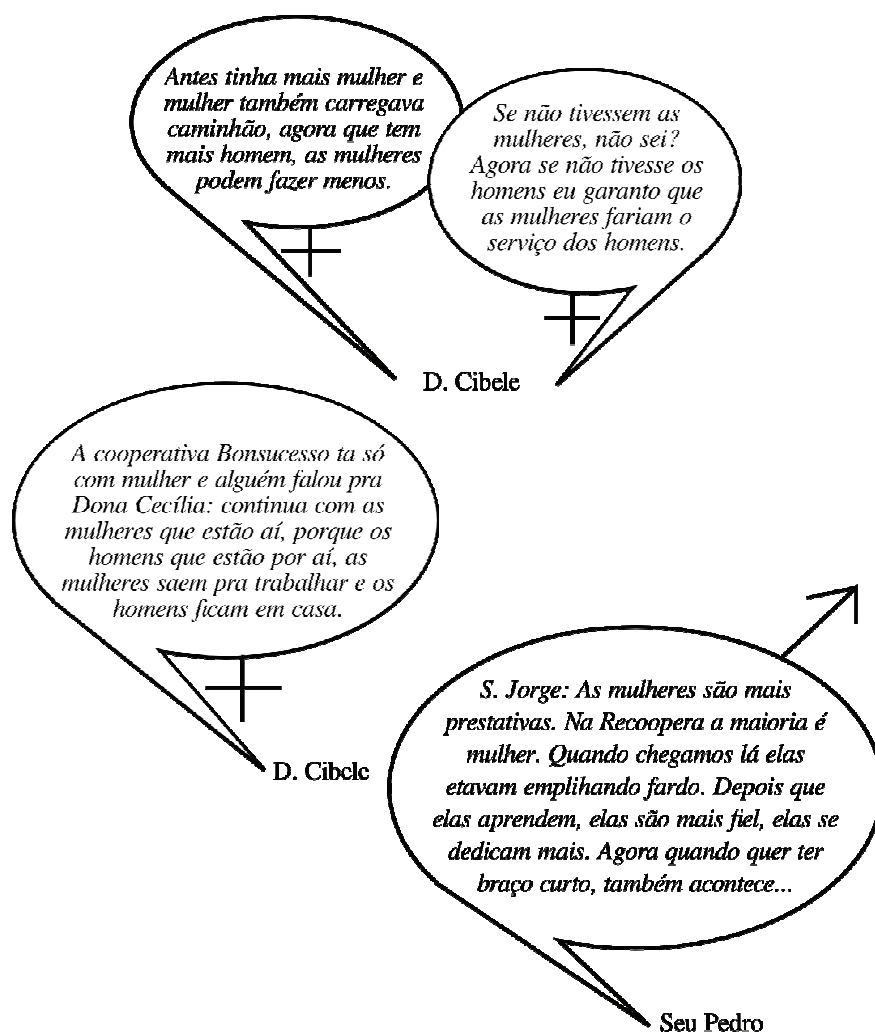
D. Cibele

Os homens na triagem não dá certo.

João

As mulheres até poderiam trabalhar na prensa, mas não poderiam fazer os fardos do tamanho que os homens fazem.

D. Margarida



As falas iniciais denotam um estranhamento em relação à nova configuração proposta. Mas logo começam a surgir sugestões que contribuem também para a desnaturalização das habilidades femininas. Uma das falas deixa bem claro que a triagem foi aprendida pelas mulheres e portanto poderia ser aprendida também pelos homens. Em relação ao limite da força física para o trabalho com os fardos também aparecem sugestões para que este possa ser realizado pelas mulheres, como a de carregar o peso em dupla ou em grupo. Percebe-se ainda um certo poder feminino, com a interpretação de que as mulheres seriam capazes de tocar o empreendimento sozinhas. Isso pode ser visto como

positivo, da mesma forma em que é um discurso atualmente muito presente na mídia e que não necessariamente contribui para evidenciar a construção social dos gêneros.

4.6 As consequências da divisão sexual do trabalho e a reação do grupo das mulheres

O que foi percebido como problema por um grupo de cooperadas não foi a divisão sexual do trabalho em si, mas um fato que entendemos como decorrente da divisão sexual do trabalho: o tipo de pressão que se exerce sobre o setor exclusivamente feminino, a triagem.

A triagem é o único setor da produção que é remunerado por produtividade. A meta diária de cada *triadeira* é de 200kg. As demais funções são medidas por hora de trabalho. Tal fato já foi abordado em várias reuniões da cooperativa e espaços de formação da incubadora.

A extensa jornada de trabalho, das 7h30min às 17h, juntamente com a pressão por maior produtividade, eram as principais queixas das *triadeiras*. No início do processo de incubação essa reclamação não era colocada verbalmente. O primeiro sintoma dessa insatisfação percebido pela equipe de incubação e pela pesquisadora foi a resistência das *triadeiras* em participar do espaço de incubação. Elas argumentavam não poderem deixar de trabalhar, pois isso afetaria suas retiradas.

Durante a primeira reunião entre a ITCP-UNICAMP e a cooperativa A, as mulheres, com exceção de uma, se mostraram impacientes e não contribuíam com intervenções, mesmo após insistência do presidente da cooperativa. O grupo (os homens que falavam) se mostrou receptivo ao trabalho da ITCP. No final da reunião, quatro ou cinco mulheres voltaram imediatamente a seus postos de triagem e retornaram ao trabalho em ritmo acelerado. Os homens ainda conversavam com pessoas da ITCP ou entre si. Fui até as mesas de triagem dizer às mulheres que a reunião havia demorado mais que o previsto. Uma logo disse: “Nós trabalhamos por produção.” “Mas agora a gente recupera”, disse outra. Falei que teríamos que conversar como ficaria esta questão durante a incubação, que elas não poderiam ser prejudicadas. (transcrição de diário de campo, 21/08/2008)

Tal resistência era legítima, pois elas eram as únicas que estavam sendo penalizadas por participarem de um espaço “não-produtivo”. Os demais cooperados, remunerados por hora, não teriam sua retirada diretamente diminuída. Conforme o trecho acima, esse limite foi percebido logo na primeira reunião. No entanto, ainda não havíamos nos familiarizado com a maneira como a produção estava organizada e tampouco com o modo como a retirada era calculada, motivo pelo qual o problema foi apenas levantado.

Em relação a essa questão, foi sugerido, por parte da administração da cooperativa, que durante o tempo de incubação não fosse contabilizada a hora de nenhum trabalhador, portanto todos “estariam perdendo”. Essa solução pareceu viável num primeiro momento, mas as *triadeiras* logo perceberam que, apesar de nenhum dos trabalhadores estar produzindo durante a formação, elas eram penalizadas por terem que alcançar a meta diária mesmo nos dias em que duas horas eram destinadas à formação.

Apesar desse descontentamento, elas passaram a participar mais das oficinas e a expor alguns questionamentos verbalmente. Paralelamente, a equipe de incubação observou uma ação articulada dessas trabalhadoras que pode ser considerada uma “operação-padrão”³¹. Havia uma disparidade de produção entre elas. Algumas *triadeiras* sempre superavam a meta e outras custavam a alcançá-la. A disparidade da produtividade entre elas servia para pressionar todas a alcançar a meta mínima de 200kg. A partir de uma ação combinada, todas elas passaram a produzir somente a meta e a alcançar os 200kg exatamente no final do expediente. Dessa forma anularam um mecanismo de pressão: a competição entre elas.

Essa situação coincidiu com a queda dos preços dos materiais recicláveis, que estava preocupando o conselho administrativo, pois isso afetaria fortemente as retiradas. Diante do quadro, o presidente da cooperativa passou a exercer ainda mais pressão sobre as trabalhadoras e sugeriu a elevação da meta.

Em uma das oficinas de incubação, uma das *triadeiras* falou claramente que não estava satisfeita com a pressão exercida por parte do presidente para que cumprissem uma meta superior aos 200kg. Disse que, antes de pressionar, este deveria colocar a mão na massa e mostrar ele próprio uma maior produtividade.

³¹ Operação-padrão é um tipo de greve que consiste em seguir rigorosamente todas as normas da atividade, em reduzir o trabalho real ao trabalho prescrito. Isso acarreta a diminuição do ritmo e andamento do trabalho.

Tal fato evidencia uma peculiaridade desta pesquisa, que é o seu desenvolvimento concomitantemente ao processo de incubação. Um dos objetivos da incubação é incentivar a participação de todos os cooperados na gestão do empreendimento; nesse sentido o espaço de formação, que aborda os temas relativos ao trabalho associado, como a autogestão, acaba favorecendo essa participação no próprio espaço de formação. A postura da incubadora tem sido de incentivar essas participações e, ao mesmo tempo, de incentivar a cooperativa a realizar assembléias de forma autônoma para, de fato, deliberar sobre os problemas que emergiram durante o espaço de formação e encaminhar sua resolução. Com a questão das *triadeiras* aconteceu dessa forma: o problema apareceu primeiro de maneira latente, depois verbalmente durante a oficina de incubação e finalmente foi encaminhado para uma reunião da cooperativa.

Nessa reunião, as *triadeiras*, que são as únicas que trabalham por produção, reivindicaram outra jornada de trabalho. Defenderam que, se cumprissem a meta diária de 200kg até as 16h, teriam o direito de sair mais cedo, visto que são as únicas que precisam cumprir uma meta. Em reunião, o coletivo de trabalhadores acatou a proposta das *triadeiras*.

Agora, tá bom, né? A gente tá saindo às quatro, mas antes não, para mim era demais, ficava muito cansada. Aí a gente fez uma reunião, resolveu e agora a gente tá até as quatro. Das sete e meia as quatro, antes era das sete e meia às cinco, cinco e meia. (Amanda, triadeira)

Nesse relato é possível identificar alguns limites e algumas possibilidades do trabalho associado no segmento da triagem de materiais recicláveis. Ao mesmo tempo em que a gestão democrática do empreendimento permite uma adequação da rotina de trabalho às reivindicações de um grupo de trabalhadoras, ela não é capaz de mudar o caráter penoso, árduo e precário da atividade de triagem, bem como sua remuneração oscilante. Essas características são, em grande medida, decorrentes da ausência de políticas que favoreçam esse segmento, conforme exposto no capítulo anterior. As mulheres mostraram resistência a uma forma de controle, o que foi suficiente apenas para aliviar temporariamente a carga de trabalho, e não para modificar a divisão sexual do trabalho no interior da cooperativa.

Mesmo depois de instituída uma jornada diferenciada para as *triadeiras*, os debates em torno do sistema de retirada e do trabalho por produtividade continuaram sendo feitos

com a cooperativa A. Havia por parte da equipe de incubação um incentivo grande para a alteração desse sistema de retirada.

4.7 O sistema de retirada

O sistema de retirada foi implantado pela ONG EDH, que assessorava esse empreendimento até 2007. Segundo alguns relatos de trabalhadores, ele foi inspirado no modelo de remuneração utilizado numa indústria de bebidas.

Tal sistema se pauta por dois tipos de trabalho, um medido por produtividade e outro medido por hora. O trabalho por produtividade é exclusivamente feminino, realizado em mesas de triagem, enquanto o trabalho por hora é majoritariamente masculino. O raciocínio que embasa tal sistema de retirada compreende o setor da triagem como o “coração” da produção. A partir da produtividade das mulheres e da sobra acumulada em um mês com a venda dos materiais, estipula-se um coeficiente a ser aplicado aos demais tipos de trabalho. A produtividade da mulher que mais tria determina o valor da hora do trabalho administrativo. A produtividade média das mulheres determina o valor da hora dos demais trabalhos.

Dessa forma, a hierarquização das funções administrativas e produtivas está diretamente relacionada aos diferentes desempenhos produtivos das mulheres. Ou seja, as diferenças produtivas entre as mulheres produzem a desigualdade na remuneração da cooperativa.

Em consequência, temos o seguinte:

O principal determinante para a retirada de cada uma das triadeiras é a sua produtividade individual.

Os principais determinantes da retirada dos trabalhadores administrativos são a produtividade da mulher que mais tria e a quantidade de horas trabalhadas.

Os principais determinantes da retirada dos trabalhadores por hora são a produtividade média mensal do coletivo de triadeiras e a quantidade de horas trabalhadas.

Para garantir o cumprimento da meta mensal pelas mulheres havia o pagamento de um bônus. O bônus era resultante do rateio da venda do material fino (cobre e alumínio, entre outros) entre todos trabalhadores da cooperativa. Esse é o material reciclável de maior valor, mas de menor quantidade. As *triadeiras* que não alcançassem a meta mensal não tinham direito a participar do rateio do dinheiro proveniente da venda desse material. Para os trabalhadores por hora não havia nenhum condicionante para participar do rateio. Nesse sentido, o que era denominado de bônus pela cooperativa significava uma penalidade para as mulheres que não cumpriam a meta.

A partir da compreensão da lógica de funcionamento desse sistema de retirada, a “operação-padrão” realizada pelas *triadeiras*, mencionada no item anterior, se mostra uma estratégia que ataca o cerne desse sistema. Conforme já demonstrado, a produtividade mais alta entre as *triadeiras* determina o valor da hora do trabalho administrativo, e a produtividade média de todas as *triadeiras* determina o valor da hora dos demais trabalhos da produção. Assim, a “operação-padrão”, que consistiu na equalização da produtividade das *triadeiras*, anulou o mecanismo que acentua a desigualdade entre as retiradas.

Não foi possível constatar se as *triadeiras* tinham consciência dessa estratégia. Durante as entrevistas elas não mencionaram esse fato. O que está claro é que elas perceberam em determinado momento, talvez intuitivamente, que o seu trabalho tinha um papel central na lógica do sistema e decidiram fazer uma ação articulada. Talvez essa tenha sido mais uma reação à pressão sofrida do que uma ação com um objetivo claro.

Os pressupostos que embasam esse sistema de cálculo, como a hierarquia entre trabalho administrativo e produtivo, vão no sentido contrário ao da democracia interna. Mais grave do que isso, a escolha por tal sistema de retirada não foi feita de forma esclarecida pelo conjunto dos trabalhadores. Nenhum trabalhador maneja com autonomia as planilhas de Excel que contêm tal modelo, necessitando sempre do auxílio técnico do formador de planejamento econômico da ITCP.

Por sua complexidade, que praticamente inviabiliza a apropriação coletiva de tal sistema, e por seus pressupostos subjacentes, a equipe de incubação passou a realizar uma série de oficinas visando a discutir, esclarecer e superar esse modelo de remuneração.

Mesmo com essa complexidade, a apreensão parcial da lógica de seu funcionamento foi possível para alguns cooperados, porque o sistema está diretamente relacionado à

realidade concreta do trabalho. A sua compreensão matemática, porém, exige um nível da abstração quase inalcançável para trabalhadores com baixo nível de escolaridade. No entanto, a percepção cotidiana da lógica de seu funcionamento – que se revela nas marcações de pesos e de produtividades e nos valores das retiradas – forneceu elementos para que os trabalhadores tivessem condições de interagir com a explanação feita durante as oficinas.

Foi possível perceber que, a partir dos diálogos envolvendo as repercussões concretas do sistema, ocorreu aprendizagem. A partir desse processo foram geradas algumas opiniões, como a que se segue, de uma das *triadeiras*:

A gente fica capacho da produção, a gente tem que dar conta do material pra cooperativa inteira e eles ficam ali, a maioria fica sem fazer nada, fica só andando. Quando tem material, muito material, eles vão pensar, quando não tem eles não tão nem aí. [...] A gente é obrigado a fazer o material pra cooperativa inteira, né? A gente tem a obrigação de fazer a triagem pra cooperativa inteira. (Rose, p.12)

Outro questionamento foi levantado por um trabalhador e diz respeito à hierarquia entre trabalhadores administrativos e os da produção.

Eles não pensa como cooperativa, né? Eles são pessoas que agem como patrão. Então às vezes estressa, porque a gente sabe que isso aqui é uma cooperativa, que tem que trabalhar o grupo junto, pra produzir pra ter salário, mas o comando nosso não pensa dessa forma. Eles pensam que tem que entrar dinheiro e tem que produzir. [...] Porque o desejado de uma cooperativa é que seja produzido pra ser dividido em partes iguais, não é? Uma cooperativa, só que nessa cooperativa não são divididos em partes iguais, em partes diferentes. Então por isso que eu falo, se você tem um lugar que é uma cooperativa você divide a renda do trabalho de produzir em partes diferentes, você não tá trabalhando como uma cooperativa, você tá estipulando um salário pras pessoas. Então eu acho que essas partes não tá sendo dividido [...], tinha um tipo de porcentagem sobre produção. A cooperada que triava mais tinha uma porcentagem. E essa porcentagem a diretoria, presidente, coordenador, tinha uma outra porcentagem diferenciada, em cima dessa primeira triadeira. Quer dizer, se você for analisar o que foi arrecadado, em cima dessas porcentagens, você pode pôr de trinta a quarenta por cento fica na mão desses três, e o resto, com sessenta por cento vai dividir com o resto. Então eu acho que isso não é um sistema de cooperativa, porque não tá sendo dividido. (Pedro, p.13, p.18)

A estratégia da equipe de incubação foi de proporcionar momentos de reflexão e de crítica sobre o sistema de remuneração então vigente a fim de que um maior número de trabalhadores compreendesse o sistema e para que aqueles que já o compreendiam

pudessem se expressar perante o grupo. Dessa forma esperava-se que os trabalhadores apontassem outros rumos para a gestão financeira da cooperativa, em vez de a incubadora tomar a iniciativa de apresentar um modelo de gestão diferenciado.

Esse esclarecimento é importante, pois existem diferentes concepções de incubação. Muitas incubadoras assumem a responsabilidade administrativa do empreendimento durante o período de incubação. Essa não é a concepção adotada pela ITCP-UNICAMP, que a compreende essencialmente como um processo de formação, em que a autonomia do coletivo de trabalhadores sob a gestão do empreendimento deve ser fortalecida.

4.8 Um homem na triagem e o fim da remuneração por produção

Em julho de 2009, a equipe de incubação percebeu uma alteração material na organização da produção, que confirmava o término daquele sistema de retirada. As mesas de triagem foram fundidas numa única bancada de triagem. As metas individuais de produção foram substituídas por uma meta coletiva, e a remuneração de todos os trabalhadores passou a ser por hora. A jornada de trabalho diferenciada para as mulheres foi extinta, e um homem começou a trabalhar entre as *triadeiras*.

O homem que encontramos trabalhando com as *triadeiras* era o prensista da cooperativa. Posteriormente esse trabalhador foi entrevistado e explicou o seguinte:

Houve uma defasagem aí de pessoas pra trabalhar e eu não tinha material pra prensar, né? Aí peguei e falei, ah, vou ajudar a separar esse material, também pra gente ter material pra vender. E no que eu fui pra mesa, as outras pessoas que foram, os companheiro que foram, não conseguiram triar, eu não sei se não conseguiu ou não quis, né? Aí pra mim trabalho é trabalho, aí peguei, desenvolvi, né? Acho que fui até bem e fiquei. Mas, eu falei, assim que melhorar, aí eu volto pra prensa, mas aí a nossa, nossa coordenadora achou que eu não devia voltar mais pra prensa, ficar na mesa. Então eu tô lá na mesa. (...) O trabalho da mesa é um trabalho mais leve, né? Na prensa é um trabalho mais pesado, devido aos fardos que você tem que pesar, carregar eles, erguer eles do chão, então na mesa é um serviço mais leve. (Pedro, p.16)

Diante da saída de algumas cooperadas, o setor feminino ficou bastante defasado, o que forçou alguns homens a ocuparem esses postos. Conforme o relato acima, somente um

dos homens conseguiu se adaptar e ficar na função de triagem. Apesar dessa mudança, permanece a compreensão de que esse é um trabalho feminino. O fato de haver um homem trabalhando ali é compreendido pela cooperativa como uma situação emergencial.

Acho que essa coisa do Pedro, ele só tá lá, como é que fala, só tá lá pra ajudar as pessoas, até entrar gente pra poder trabalhar. (Celso, p.26)

Essa idéia é reforçada pela coordenadora de produção da cooperativa, que qualifica um homem em uma função feminina como um desperdício, apesar de admitir que ele conseguiu trabalhar bem:

É, agora eu acho que ele pegou bem a triagem... Tria bem. Mas, ao mesmo tempo acho que é um desperdício porque ele poderia tá fazendo força em outro lugar porque ele é homem, né? Então homem, né? Mulher não vai pegar um fardo... Ajudar a pegar um fardo. Eu mesmo não aguento. As menina... Acho que também não aguenta. Eu acho que ele já era pra tá ajudando fazer serviço mais pesado, eu imagino. Eu acho que é assim: Mulher na mesa e homem no serviço mais brutal, mais pesado. (Da. Cibele, p.32)

A possibilidade de alocação de homens nos postos de trabalho definidos como femininos, em vez da admissão de novas mulheres, talvez tenha sido estimulada pelos debates de gênero promovidos pela incubadora. No entanto, esse exemplo mostra como uma alteração concreta da disposição de homens e mulheres no processo de trabalho ainda não é suficiente para alterar as representações sociais que os trabalhadores têm sobre os lugares dos gêneros no trabalho. O próprio trabalhador em questão reconhece que poderia estar fazendo um trabalho mais pesado; no entanto, para ele, “trabalho é trabalho”, por isso se esforçou para adquirir as habilidades necessárias para desempenhar bem a nova atividade. A fala dele parece indicar que outros “companheiros” não se sujeitariam a essa mudança de função.

4.9 Considerações finais

Este estudo de caso, que abordou as relações de poder e sexo no interior de uma cooperativa incubada, procurou abordar a questão a partir da descrição do processo de trabalho e do sistema de retirada na cooperativa e das intervenções realizadas pela incubadora. A descrição procurou seguir a cronologia dos acontecimentos e demonstrar como essa problemática foi se desvelando no decorrer do processo de incubação. O primeiro indício foi o fato de as mulheres não quererem parar para a formação e os homens não terem objeção quanto a isso. Investigando, descobrimos um sistema de remuneração que pressiona as mulheres e incita-as à competição, a partir do que se fortalece a hierarquia entre o trabalho administrativo e o da produção. Tal sistema não foi inventado pelos trabalhadores, mas implantado por uma assessoria, provavelmente tomado por esta última como um instrumento de contabilidade neutro.

Os trabalhadores estavam ao mesmo tempo alheios e fiéis a esse sistema, mas alguns já davam indícios de sua insatisfação, como as *triadeiras*, que empreenderam a “operação-padrão”. Os debates sobre o sistema de retirada proporcionados pela incubadora geraram tensões e conflitos, mas também aprendizagem. À medida que o mecanismo da hierarquização dos trabalhadores a partir da divisão sexual do trabalho foi se desocultando, a fórmula contábil foi se tornando inviável. Por fim, o sistema caiu, o preço do material caiu, a produção caiu e a retirada também caiu.... E os trabalhadores, além de assumir o ônus da crise mundial, pagaram ainda o preço da experimentação de uma gestão mais democrática.

Isso mostra, conforme discutimos no Capítulo 1, que as cooperativas populares que se propõem a ser espaços de gestão democrática, em direção à autogestão, estão necessariamente em tensão com a lógica mercantil.

A mudança no sistema de remuneração, estimulada pelas atividades de incubação, acarretou uma queda de produtividade, a saída de uma trabalhadora que possuía alta produtividade e a insatisfação de alguns membros do grupo. De outro lado, contribuiu para a mobilidade de trabalhadores na organização da produção e pôs fim à pressão específica exercida sobre a triagem, o setor que até então era exclusivamente feminino.

A trabalhadora que saiu da cooperativa, aparentemente devido à insatisfação com a mudança no sistema de retirada, foi trabalhar como faxineira numa grande loja de departamentos. Após um mês, a equipe de incubação encontrou-a trabalhando em outra cooperativa de triagem, também incubada pela ITCP-UNICAMP. Esse pode ser um indício de que, se de um lado ela teve perda econômica na experiência anterior de trabalho associado, de outro essa alternativa possui algum sentido positivo para essa trabalhadora, uma vez que ela decidiu retornar para o trabalho cooperativo.

Em suma, este relato descreveu o processo produtivo da cooperativa A; enfocou a alocação de homens e mulheres nas diferentes etapas de produção; mostrou algumas implicações para o trabalho feminino; descortinou o sistema de remuneração, que estava amparado sobre a divisão sexual do trabalho; e descreveu o trabalho da incubadora sobre essa questão, além de ter apontado alguns indícios de mudança na divisão sexual do trabalho. A discussão aprofundada sobre os aspectos apresentados em relação à cooperativa A será apresentada na sessão “Análise comparativa”.

Capítulo 5 - Cooperativa B: as nuances da divisão sexual do trabalho

5.1 Histórico

A cooperativa B iniciou suas atividades no final de 2001. O grupo foi formado a partir do Programa de Cooperativas de Desempregados no Município de Campinas, criado por meio da Lei 10.039 (CAMPINAS, 1999). Os trabalhadores desempregados cadastrados junto à secretaria de assistência social foram encaminhados para um curso de cooperativismo ministrado pela ITCP-UNICAMP, a partir do qual se formaram os grupos associados.

O primeiro local de trabalho dessa cooperativa de triagem de resíduos sólidos foi um terreno alugado pelo próprio grupo, com uma estrutura precária e provisória. O grupo tomou a iniciativa de alugar um espaço por conta própria porque o processo para a liberação de uma área pública, conforme previa o programa municipal, estava demorando muito tempo e os trabalhadores tinham pressa em iniciar as atividades. Segundo o relato de uma das lideranças, a cooperativa entrou em acordo com a prefeitura para se instalar provisoriamente e passar a receber o material reciclável proveniente da coleta seletiva.

Posteriormente, a cooperativa mudou-se para um barracão alugado pela prefeitura. Esse local, no entanto, não é permanente. O programa previa a instalação das cooperativas em áreas públicas definitivas. Mas, até o presente momento, o empreendimento não tem previsão para a liberação de uma área definitiva. Depois de instalado no barracão alugado pela prefeitura, o empreendimento optou por alugar o terreno ao lado, por conta própria, a fim de expandir sua capacidade de trabalho.

Além do apoio da prefeitura e da ITCP-UNICAMP, voluntários ligados às pastorais católicas e a um projeto social também apoiaram a iniciativa. A cooperada que atualmente preside o empreendimento era originalmente uma voluntária. Ela relata que decidiu se associar para contribuir mais efetivamente com a gestão democrática da cooperativa, pois observava um desvio de função do então presidente.

As cooperativas viviam sob o domínio de, sabe, de chicote. Sabe aquele chicote, daquela coisa assim meio coronel, né? Então aí foi quando surgiu essa imposição da prefeitura que chega e fala, olha, assim não dá. Foi logo no início, porque quando assim, tava surgindo a ITCP, como eles falavam, a cooperativa foi a primeira, né, a surgir sob esse projeto, então foi (...) exatamente porque tava acontecendo algumas coisas aqui que tavam fora do meu alcance, que eu não tava conseguindo resolver. (Fernanda, p.3)

Assim como no estudo de caso anterior, a tendência à concentração de poder numa das lideranças e a parcial incompreensão do grupo sobre cooperativismo marcaram o início do empreendimento.

A cooperativa foi incubada pela ITCP-UNICAMP de 2002 a 2006, processo durante o qual temas referentes a gestão coletiva, cooperativismo e organização da produção foram abordados de forma teórica e prática.

De 2002 até 2004 essa cooperativa foi incubada pela ITCP-UNICAMP no âmbito do Projeto Campinas, financiado pela prefeitura. A incubação era uma das frentes do Programa de Geração de Trabalho e Renda para Trabalhadores Desempregados, ao qual já nos referimos anteriormente, implementado no então governo do prefeito Antonio da Costa Santos (PT). Mas o prefeito foi assassinado antes do início concreto do programa. Por essa razão houve trocas na equipe do governo e ocorreram alguns problemas na execução da política. Devido ao atraso no repasse de recursos para a ITCP-UNICAMP e à falta de apoio mais efetivo por parte do poder público aos grupos, a incubadora interrompeu o processo de incubação. Na ocasião, os grupos foram esclarecidos do posicionamento da incubadora por meio de carta.

Em 2005 a ITCP-UNICAMP retomou o processo de incubação da cooperativa B no âmbito do Programa Nacional de Incubação (PRONINC), financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nesse período a pesquisadora integrou a equipe de incubação.

Em fevereiro de 2006, a ITCP-UNICAMP interrompeu o processo de incubação dessa cooperativa – não por julgá-la pronta para ser desincubada, mas por incompatibilidade entre a metodologia de formação da incubadora e as expectativas que o conselho administrativo da cooperativa passou a depositar em nosso acompanhamento. Essa ruptura ocorreu numa conjuntura de queda progressiva dos preços dos materiais recicláveis e consequentemente da retirada dos trabalhadores. Diante dessa situação os

cooperados se viram obrigados a aumentar a produção em detrimento dos horários reservados para a formação. Paralelamente, o conselho administrativo cobrava da incubadora uma solução para a crise. A incubadora estava disposta a buscar conjuntamente alternativas e parcerias, como a doação de cestas básicas que pudessem amenizar a situação e estabilizar minimamente o empreendimento, para então recobrar a perspectiva da formação. No entanto, diante da grave situação financeira da cooperativa e da impossibilidade de ação concreta e imediata por parte da incubadora, os atritos entre o conselho administrativo da cooperativa e a equipe de incubação da ITCP se tornaram constantes e terminaram por impossibilitar a continuidade da incubação. A incubadora recomendou então o empreendimento à ONG EDH, que passou a realizar um acompanhamento.

Apesar de ter deixado de incubar a cooperativa, a ITCP-UNICAMP continuou mantendo uma relação com esse empreendimento, mesmo que mais distanciada.

Em 2007, por exemplo, a ITCP-UNICAMP realizou uma ação pontual que estava prevista desde antes da interrupção da incubação. Tratava-se de um projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³², o qual tinha como finalidade a promoção da melhoria das condições de trabalho de catadores de materiais recicláveis. Por meio dele, a cooperativa adquiriu uma empilhadeira hidráulica, uma prensa vertical e diversos equipamentos de proteção individual. Além disso, o projeto previa a construção de uma mesa de triagem. Ela foi projetada de forma colaborativa entre formadores engenheiros da incubadora e trabalhadores de duas cooperativas de Campinas segundo os princípios da Tecnologia Social (FRAGA et al, 2010).

A apresentação que se segue refere-se aos dados colhidos durante a incubação de 2005, bem como à situação atual da cooperativa. Para tanto, recorreu-se aos relatórios de incubação, a artigos e a uma monografia sobre essa experiência.

Em 2005 observou-se uma divisão sexual do trabalho, que pôde ser problematizada junto aos trabalhadores. Essa experiência foi relatada por nós em um artigo (WIRTH et al, 2007). O presente estudo de caso visa retomar os dados colhidos em 2005 e compará-los com a realidade atual do empreendimento. As novas máquinas adquiridas pelo

³² Esse projeto foi elaborado como resposta ao edital CT-Agro/CT-Hidro/MCT CNPq nº 018/2005, que, por sua vez foi uma conquista do MNCR.

empreendimento interferiram na organização produtiva de forma a alterar a divisão sexual do trabalho? Continua sendo possível observar diferenciação na retirada de trabalhadores segundo o sexo?

Quando iniciamos essa pesquisa em 2008, essa cooperativa era composta por 19 cooperados, sendo 15 mulheres e 4 homens. A média etária dos trabalhadores era de 36 anos, sendo que três têm entre 18 e 25 anos de idade, seis têm entre 30 e 40 anos e dez possuem idade superior a 40 anos. As retiradas variam entre R\$ 200 e R\$ 900. O nível de escolaridade da maioria dos trabalhadores é ensino fundamental incompleto. Detalharemos os dados sócio-econômicos na análise comparativa, quando analisaremos as trajetórias ocupacionais dos sujeitos entrevistados.

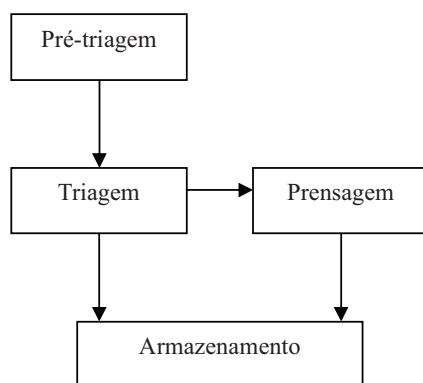
5.2 Descrição do processo produtivo de 2005

Em 2005, enquanto a cooperativa estava sendo incubada pela ITCP-UNICAMP, foi elaborado um diagnóstico do processo produtivo.

A cooperativa B recebe o material reciclável proveniente da coleta seletiva municipal, de grandes geradores e de algumas pessoas que levam o lixo reciclável produzido em suas residências para o barracão. O empreendimento possui um veículo com caçamba, que utiliza para buscar material em alguns grande geradores.

Em 2005 a cooperativa trabalhava conforme o fluxograma abaixo, de forma bastante parecida com a cooperativa A.

Fluxograma de produção da Cooperativa B do ano de 2005



Para descrever esse processo, recorreremos aos relatos de incubação produzidos na época. Esse fluxograma e sua descrição são resultantes de uma observação prévia feita pela equipe de incubação e de uma oficina junto à cooperativa, na qual novas informações foram acrescentadas. Essa oficina sobre a produção, assim como no estudo de caso anterior, tinha o objetivo de coletivizar as informações sobre o processo produtivo entre todos os trabalhadores.

1) Pré-triagem

A Pré-triagem é realizada em um monte no pátio, onde o caminhão da coleta seletiva despeja o material. Nesta etapa retira-se a maior parte do rejeito e apenas alguns tipos de materiais são separados (vidros inteiros, papelão, jornais, revistas, plásticos grandes que não são prensados e sucatas maiores). Diferentemente do que foi descrito no caso anterior, a Pré-triagem é realizada por todos os cooperados, todos os dias, em dois períodos diferentes (das 7h às 9h e das 15h às 17h). O material, após a primeira triagem, é colocado em bags³³.

³³ Bags são grandes sacos, feitos de material sintético, com fundo circular ou quadrado.

2) Alimentação das mesas

Essa etapa é representada pelas flechas entre a Pré-triagem e a Triagem e entre a Triagem e a Prensagem. Consiste no transporte do material pré-triado para as mesas e na retirada do material que já foi separado. Os que realizam essa atividade são chamados de *bomboneiros*³⁴, por transportarem o material dentro de bombonas, que são tonéis de plástico ou de papelão. Geralmente são homens que cumprem essa função.

3) Triagem

Na mesa acontece a segunda Triagem do material que já passou por uma primeira no pátio. Existem duas mesas de Triagem, cada uma com espaço para oito cooperadas. Nessa etapa observou-se apenas mulheres trabalhando. As mesas são alimentadas por dois *bomboneiros*. A alimentação consiste em trazer bags cheios e despejar o material na mesa quando esta estiver vazia. Cada material triado é acondicionado em latões, bombonas ou sacos. O *bomboneiro*, além de alimentar as mesas, retira os sacos cheios e esvazia as bombonas e os latões.

4) Prensagem

A etapa da prensa consiste em pegar os materiais triados e prensá-los com uma prensa vertical. A tarefa é feita por dois *prensistas*. Observamos somente homens trabalhando nesta etapa. Primeiro o *prensista* joga o material que estava armazenado em bags no chão na frente da prensa. Com uma placa de madeira o material é colocado dentro da prensa. Depois de prensado, o fardo é amarrado.

5) Armazenamento

O Armazenamento de todos os materiais ocorre na parte coberta da cooperativa. Nesse espaço, bags (materiais que ainda serão prensados e materiais que serão vendidos sem prensar) e fardos ficam misturados. Os *bomboneiros* têm a função de levar os materiais já separados para o armazenamento, assim como organizar todos os materiais e limpar o

³⁴ A função de *bomboneiro* equivale à função de *caixeiro* descrita para o caso anterior. Também na cooperativa B esta aparentou ser uma função masculina.

espaço. Quando o caminhão de algum comprador chega, são os *bomboneiros* que carregam os materiais para o caminhão.

Nessa etapa, os cooperados dizem que o tempo utilizado “*vai da força e da coragem de quem estiver prensando*”, pois é dessas pessoas que depende o peso dos fardos. São necessários 4 homens para carregar o caminhão e 2 para carregar os fardos.

5.3 Oficina de gênero

Dentre os problemas levantados em 2005, após concluído o diagnóstico sobre o processo produtivo dessa cooperativa, as cooperadas apontaram a diferença de empenho entre os cooperados para a realização do trabalho e a “falta de homens”. Nas palavras de uma cooperada:

o problema desta cooperativa é o problema dos homens. Eles estão desanimados. Vocês [da ITCP] precisam fazer alguma coisa, precisam conversar com eles, eles estão prejudicando toda a cooperativa.

Em 2005, havia 5 homens e 13 mulheres na cooperativa B.

Motivada por essa fala, a equipe passou a analisar o processo produtivo sob a perspectiva de gênero, chegando ao seguinte fluxograma:

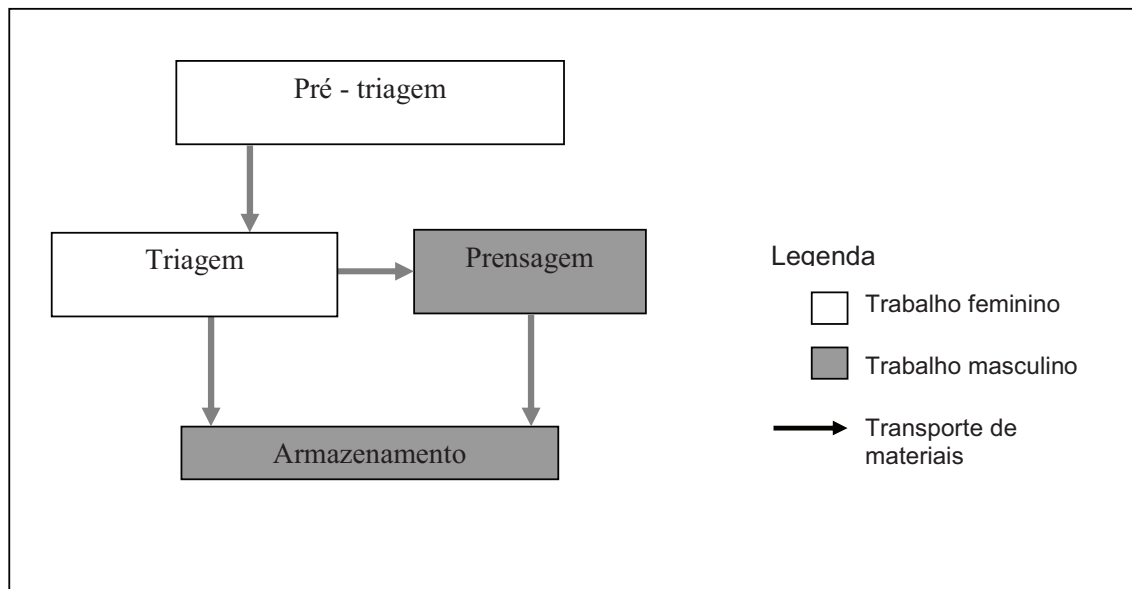


Figura 5 - Fluxograma de produção, Cooperativa B

A partir deste novo fluxograma foi levantada a hipótese de que os homens determinariam, em alguma medida, o ritmo do trabalho de toda a cooperativa, já que circulam por todas as etapas, enquanto as mulheres concentram-se em algumas etapas (Pré-triagem e Triagem) e têm pouco contato com outras.

A equipe propôs então uma oficina para discutir a divisão sexual do trabalho – debate que foi muito bem recebido pela cooperativa – e a estruturação de um novo plano de remuneração.

Apesar do intenso debate sobre a divisão sexual do trabalho no interior da cooperativa, o grupo de cooperados optou por aprovar um plano de remuneração que valorizasse os trabalhos administrativos e o trabalho dos *bomboneiros* e dos *prensistas* em detrimento do trabalho de Triagem, realizado exclusivamente por mulheres. A justificativa para tal opção era que a cooperativa tinha poucos integrantes homens e a valorização do trabalho masculino contribuiria para que estes não abandonassem o empreendimento. Mesmo com a decisão consciente de valorizar os trabalhos masculinos, algumas mulheres começaram a vislumbrar a possibilidade de assumir alguns trabalhos “pesados”, caso fossem realizadas algumas modificações.

5.4 Oficinas sobre um novo sistema de retirada: remuneração por pontos (2005)

O único critério para a divisão do resultado mensal era a quantidade de horas trabalhadas de cada um dos associados. Na tentativa de solucionar o problema da “diferença de empenho” entre os trabalhadores, a cooperativa demandou que a incubadora propusesse um plano de remuneração pautado pela produtividade individual. Num primeiro momento, a incubadora questionou tal demanda argumentando tratar-se de um critério concorrencial e não condizente com a gestão democrática. Diante da insistência dos trabalhadores, a alternativa encontrada foi um sistema de pontos que combinava a quantidade de horas trabalhadas e a produtividade individual, quando era possível auferi-la. O trabalho administrativo e o dos *bomboneiros* eram medidos exclusivamente por pontuação atribuída às horas trabalhadas. Estes últimos possuíam pontuação relativamente superior aos trabalhos de Triagem e Limpeza. Os trabalhadores justificaram essa escolha por ninguém se dispor a realizar os trabalhos administrativos e por considerar o trabalho masculino mais pesado (CALIXTRE, 2006, p.49).

Nesse caso, diferentemente do que ocorreu no estudo de caso anterior, o sistema de remuneração³⁵ foi elaborado por demanda dos trabalhadores e segundo critérios discutidos e aprovados em assembleia.

Para Calixtre (2006), que na ocasião integrava a equipe de incubação, a inclusão do critério de remuneração por produtividade, ao contrário do que a equipe de incubação tinha imaginado, contribuiu para aproximar as produtividades individuais. Esse exemplo mostra que não existe um critério justo *a priori*. Assim, aquele que para a equipe aparecia, num primeiro momento, como um critério contrário à gestão democrática foi resignificado pela construção coletiva e acabou por fortalecê-la. Chegamos a essa constatação apesar dessa escolha não ter representado um avanço em relação a uma distribuição de trabalho mais compatível com uma possível equidade de gênero no interior da cooperativa.

No entanto, devido à crise financeira que se abateu sobre a cooperativa, conforme explicitamos no item Histórico, esse plano teve que ser abandonado. A sua continuidade

³⁵ O plano de remuneração da cooperativa B foi objeto de uma monografia de conclusão de curso de CALIXTRE (2006).

demandava que alguns cooperados se dedicassem à marcação detalhada dos pontos e a cooperativa preferiu diminuir os esforços administrativos e empenhar todas as forças no aumento da produtividade. Decidiu então retornar ao sistema de remuneração mais simples, pautado apenas pela quantidade de horas trabalhadas (CALIXTRE, 2006, p.52).

5.5 Alterações nos sistemas de retirada (2006 – 2009)

Quando a pesquisadora retomou as visitas a essa cooperativa para a realização deste trabalho, ficou evidente que a alteração no sistema de retirada empreendida em 2005, durante a incubação da ITCP-UNICAMP, havia sido a primeira de muitas. A constante variação na forma de calcular a retirada foi o aspecto que mais chamou a atenção durante a pesquisa de campo realizada em 2008 e 2009.

Durante as visitas não foram observadas alterações no processo de trabalho no que concerne às etapas de produção anteriormente descritas. Todas as etapas (Pré-triagem, Triagem, Prensagem e Armazenamento) foram conservadas. Observamos mudanças na dinâmica da produção decorrentes principalmente dos três diferentes sistemas de remuneração adotados. Por isso, passaremos a detalhar os diferentes sistemas de remuneração observados ou relatados por trabalhadores durante as entrevistas. O ano relacionado a cada um dos sistemas de remuneração é apenas uma data de referência. Não foi possível auferir a duração de cada um dos sistemas, pois os registros formais da cooperativa não possuem esse nível de detalhamento. Também não é possível afirmar que estes foram os únicos sistemas adotados ao longo do período. É possível que tenham sido implementados sistemas intermediários. No entanto, julgamos importante a descrição de cada um dos sistemas relatados para uma análise comparativa entre eles, da implicação de cada um deles na divisão sexual do trabalho e dos motivos de tamanha variação. No primeiro item, descrevemos o contexto e as motivações que levaram à mudança para cada um dos sistemas de remuneração. No segundo, nos concentramos em suas lógicas de funcionamento, e no terceiro item elaboramos um quadro comparativo sobre as implicações de cada sistema para a divisão sexual do trabalho.

5.5.1 Remuneração por hora e por produção paralela (2006)

Devido ao excesso de material no final do ano de 2006, a cooperativa resolveu implementar um sistema paralelo de produção. Antigos cooperados, familiares ou conhecidos dos trabalhadores foram convidados a trabalhar diretamente no monte de material reciclável, sem precisar se associar à cooperativa. Os diferentes materiais triados eram pesados separadamente e vendidos à cooperativa conforme preço de tabela. Cada trabalhador vendia os seus materiais e cada material possuía um preço diferente. O preço praticado era igual ao dos sucateiros da região. Posteriormente, a cooperativa vendia esse material pelo preço de mercado. Esse sistema reproduz a relação entre catadores individuais e atravessadores. Nesse caso, a cooperativa cumpria o papel de atravessadora.

Enquanto isso, os cooperados continuavam no sistema tradicional de remuneração por hora: *triadeiras* na mesa; *bomboneiros* no transporte; e os *prensistas*. Os cooperados também podiam trabalhar no monte após o horário do expediente para ganhar um “extra”.

5.5.2 Remuneração por produção individual ou por equipes de trabalho (2008)

A experiência da produção paralela representou a transição para um novo formato de produção, que é a remuneração por produção individual ou por equipes de trabalho. Observamos cerca de 10 mesas de triagem, com telhado próprio, espalhadas pelo terreno da cooperativa. Cada mesa é um posto de trabalho da Triagem de uma pessoa ou de uma equipe. No entanto, são raros os momentos em que todos os postos são ocupados. Pelo menos durante metade do expediente as mulheres (e às vezes também alguns homens) estão no monte.

No monte é feita uma Pré-triagem. Cada *triadeira* enche os seus bags e, quando quiser, vai para a sua mesa para triar. O material é pesado somente após a Triagem da mesa. A produtividade é medida segundo o peso do material triado e não existe distinção de valor por tipo de material. O trabalho no monte e na mesa é predominantemente feminino e é

remunerado por produção. Apesar de não termos feito essa observação durante as visitas da pesquisa, os trabalhadores afirmaram que os homens também realizam a Triagem em alguns momentos.

Tem homem também, cada um vai fazer os seus bag, cada um que trabalha tem seus bag, puxa o bag de todos, puxa tudo, mas eles têm o material deles de produção. Na hora que eles não tão puxando lixo, puxando as outras coisas, eles tão lá fazendo os bag deles. A produção deles. (Da. Ana, p.5)

Paralelamente, também existem outros trabalhos contabilizados por hora: o administrativo, a limpeza, a cozinha, a separação de materiais que chegam à cooperativa “pré-triados”, a arrumação de pátio, a prensagem, o carregamento de caminhão e a estocagem.

Neles há uma clara separação entre trabalhos femininos e masculinos. Os trabalhos administrativo, de limpeza, na cozinha e de separação de materiais que chegam à cooperativa “pré-triados” são todos femininos. Os trabalhos de arrumação de pátio, de prensagem, de carregamento de caminhão e de estocagem são masculinos.

É possível que quem trabalhe por produção seja solicitado a realizar alguma tarefa específica por hora; também é possível que aqueles que trabalham mais por hora se desloquem para o trabalho no monte ou nas mesas. Portanto, não existe uma separação fixa entre os trabalhadores que trabalham por hora e aqueles que trabalham por produção. O que estava definido é que a Triagem é remunerada por produção e os demais trabalhos são remunerados por hora. A princípio, todos os trabalhadores podem ser solicitados para realizar um ou outro. Dessa forma, a gestão flexível dos tipos de trabalho fica bastante concentrada na diretora administrativa, que goza de grande legitimidade perante o grupo. Em conversa informal, ela afirmou que vai experimentando pessoas novatas ou menos produtivas em diversos tipos de trabalho por hora até encontrar um trabalho em que essa pessoa “dê certo”. Afirmou também não ser possível simplesmente desprezar (ou despedir) uma pessoa menos produtiva, pois isso seria incoerente com o que deve ser uma cooperativa.

5.5.3 Remuneração de todos os trabalhos por hora (2009)

Durante o período da pesquisa, observamos uma negociação para uma nova mudança no sistema de remuneração. Pelos relatos informais e pelas entrevistas, a iniciativa partiu da ONG EDH, que incubia a cooperativa atualmente. A proposta apresentada pela ONG consistia em diminuição do expediente de trabalho de 8 para 6 horas diárias, no aumento da produtividade individual e no fim dos intervalos para café e cigarro. Previa também o aumento do rigor das punições em caso de faltas e atrasos por meio da aplicação de multas. Essa proposta foi bastante criticada durante as entrevistas; no entanto, alguns trabalhadores não permitiram que essa parte fosse gravada. Os trabalhadores não tinham interesse em diminuir o expediente de trabalho para torná-lo mais intenso. Também não aceitavam as punições por faltas e atrasos, alegando que as pessoas não faltavam por não estarem comprometidas com a cooperativa, mas por necessidades de saúde ou por questões familiares³⁶.

Já tentamos implantar esse negócio das 6 horas aí, mas 6 horas tinha que entrar, e começar. E eles não quiseram. (...) Não compensa, porque não dá. Porque pra fazer isso, você tem que mudar um monte de coisa, inclusive o que é o ritmo. Então tem 8 anos que tá no ritmo. É bem complicado. A não ser que você faça por imposição, tá? Mas eu não, não tenho muita disposição para imposição não.” (Fernanda, p.10, presidente da cooperativa)

Os trabalhadores não aceitaram a proposta apresentada pela ONG e deliberaram pelo retorno do sistema de remuneração por hora.

Na produção a gente faz assim, a gente enchia bag, enchia um monte de bag, quatro ou cinco bag, aí nós mesmo triava, né? Por produção. Agora mudou, do mês passado pra cá, é trabalhando por hora. Porque por produção tava saindo muito pouco, né? Agora vê se trabalha por hora, pra vê se aumenta mais um pouquinho. (Cleonice, p.13)

³⁶ Aprofundaremos a questão sobre o significado do trabalho associado frente à possibilidade de conciliação entre as necessidade produtivas e reprodutivas no capítulo seguinte.

5.6 Diferentes sistemas de remuneração, diferentes lógicas de funcionamento

Retomaremos brevemente a lógica de funcionamento de cada um dos sistemas de remuneração a fim de facilitar a compreensão do quadro apresentado posteriormente.

2004 - Sistema de remuneração por hora

Mulheres trabalham na Triagem e na Administração. Homens trabalham como *bomboneiros* e *prensistas*. Todos os trabalhadores são remunerados proporcionalmente à quantidade de horas trabalhadas.

2005 - Sistema de remuneração por pontos

O sistema combinava a produtividade individual com a quantidade de horas trabalhadas. A divisão sexual do trabalho permaneceu igual e o grupo decidiu conscientemente atribuir maior pontuação aos trabalhos masculinos e administrativos.

2006 - Sistema de remuneração por hora e por produção paralela

Remuneração de todos os trabalhos da cooperativa por hora (mulheres trabalham na Triagem e na Administração, homens são *bomboneiros* e trabalham na Prensagem). Além disso, existe produção paralela, direta no monte de material, remunerada por produção e realizada por não-cooperados ou, após o horário de expediente, também por cooperados para a complementação da retirada.

2008 - Sistema de remuneração por produção individual ou por equipes de trabalho

Sistema pautado na produção individual ou na produção de equipes de trabalho. Função de *bomboneiro* passa a ser feita também por mulheres, pois os homens não estão mais disponíveis para ela, já que estão integrados nas equipes de trabalho. A Prensagem e o trabalho administrativo são remunerados por hora.

2009 - Sistema de remuneração por hora

Remuneração de todos os trabalhos por hora. Mulheres na Triagem e na Administração; homens na Prensa e no trabalho de *bomboneiros*.


































		2004	2005	2006	2008	2009
Sistema de remuneração		por hora	por pontos	por hora complementado por produção paralela	por produção individual ou por equipes de trabalho	por hora
Divisão sexual do trabalho	Trabalho administrativo					
	Pré-triagem			 durante o expediente, homens e mulheres após o expediente.		
	Alimentação das mesas					
	Triagem			 durante o expediente, homens e mulheres após o expediente.		
	Prensagem				 , as vezes mulheres	
	Armazenamento				 , as vezes mulheres	
<p>Legenda:</p>  somente homens  somente mulheres  homens e mulheres						

Figura 6 - Quadro comparativo sobre a alteração dos sistemas de remuneração na Cooperativa B entre 2004-2009 e as implicações para a divisão sexual do trabalho

Quando perguntada sobre o motivo da constante variabilidade do sistema de remuneração, a presidente explica:

É, tá por hora. Tá sempre mudando. Por quê? Foi uma técnica que nós usamos que, quando eles começa a enjoar, começa a não produzir por hora, a gente volta a produção. Aí eles aceleram. Aí quando eles começam assim. A gente tá sempre mudando. A gente faz por grupo. (Fernanda, p.8)

5.7 As nuances da divisão sexual do trabalho

Em todos os sistemas de remuneração observou-se uma divisão sexual do trabalho. Abaixo apresentaremos diferentes justificativas para a divisão do trabalho relatadas durante as entrevistas.

Marcela, quando perguntada sobre o motivo de determinados trabalhos serem masculinos, responde:

Acho que é porque é mais pesado. É o mais pesado assim, né, pra puxar assim mesmo é mais pesado e pra tá na prensa também, que tem que mexer com os fardos pesados, é mais eles também, né, e pra carregar caixote... (Marcela, p.11)

É, [de mulher] acho que é fazer a limpeza, né... É ajudar nas coisa de limpeza... E de homem é carregar caminhão, ir pegando as coisa aí, que a gente não guenta muito, muito pesado. (Carolina, p.11)

No entanto, sob um caráter de exceção, as mulheres também carregam peso:

Os homem que tem aqui, eles não é sempre que eles querem ajudar a gente. Então a gente tem que carregar peso, tem que fazer o que a gente não quer fazer, né? Eles demora pra fazer, aí como a gente não gosta de esperar a gente faz no lugar deles. É um pouco pesado, né? (Cleonice, p.6)

Nesse caso, diferentemente do estudo de caso anterior, a justificativa para a existência de um trabalho masculino foi mais enfatizado e o trabalho da Triagem não foi definido como exclusivamente feminino. Apenas o trabalho de limpeza da cooperativa foi relacionado exclusivamente com as mulheres.

Parece-nos que neste estudo de caso, ao contrário do que foi observado no anterior, o sistema de remuneração por hora tende a marcar mais a divisão sexual do trabalho, pois cada um estaria concentrado na atividade em que rende mais. É o que evidenciam os depoimentos abaixo, que se referem à última mudança ocorrida no sistema de retirada:

É... Não, agora, agora nesse período não vai... É difícil homem na mesa agora, porque o homem vai ter que fazer esse processo, abastecer a mesa e esvaziar a mesa. Tamo em quatro aqui, quando não tem ninguém na prensa, tá todo mundo aqui fora, mas quando tem alguém na prensa, tem que ter mais ou menos dois na prensa. Então dois fica aqui, abastecendo e tirando, esvaziando a mesa. Então agora, as mulher que ficam mais na mesa que os homem, os homem agora vão fazer outras coisa, como abastecer a mesa e tirar [esvaziar a mesa]. (José, p.22).

Ah, porque acho que é melhor, né? Porque eles enchendo bag e a gente ficando na mesa, acho que o trabalho rende mais. A gente só sai da mesa pra almoçar, pra tomar café. Aí assim, pra mim rende mais. (Cleonice, p.14)

Essa análise ao longo do período 2004-2009 mostra que existe alguma variabilidade: homens já chegaram a trabalhar na triagem e mulheres trabalharam de forma mais autônoma, sem depender da alimentação das mesas realizadas pelos homens. Embora a presidente tenha afirmado que todas as mudanças de sistema objetivam o aumento da retirada, a fala abaixo revela a divisão sexual do trabalho mais marcada a serviço do aumento de produtividade:

Ah, porque, eu acho porque elas gostam, porque, não vou dizer que elas não sabem fazer as outras coisas, elas fazem, mas é que agora, nesse momento, pra elas ficando na mesa, acho que é muito melhor do que elas irem fazer esse serviço que nós vai fazer, que é abastecer a mesa. Que elas na mesa, acho que elas trabalham, eu acho que elas trabalham mais na mesa do que... Porque elas não vão parar. Enquanto tiver material na mesa, elas tão lá. Se a mesa tiver vazia, o erro é nosso, que nós não abastecemos. Aí, aí, aí... Aí elas pode chegar e falar: ó, minha mesa tá vazia. Chega lá e reclama: ó, não tem material lá e a mesa tá vazia. Então a culpa vem em nós, não nelas, que elas tão na mesa pra triar e nós tamo pra abastecer. (José, p.22)

As mulheres sabem fazer outra coisa e os homens sabem triar, diferentemente do que foi observado no caso anterior, em que o único homem que passou a triar teve que aprender a atividade.

Os equipamentos adquiridos pelo convênio com o CNPq – prensa hidráulica e empilhadeira – contribuem consideravelmente para aliviar a carga do trabalho mais pesado,

que é o manejo dos fardos, e poderiam facilitar a realização dessa tarefa pelas mulheres. Sobre o seu manejo, a coordenadora de produção informou que as mulheres foram estimuladas a aprender e que há duas mulheres que os operam com frequência.

Capítulo 6 - Análise comparativa

A análise comparativa será dividida em duas partes. Na primeira, retomaremos alguns aspectos dos dois estudos de caso e enfatizaremos a divisão sexual do trabalho que se expressa no processo produtivo e nos sistemas de retirada. A análise comparativa compreenderá então a realidade da cooperativa A em relação à realidade da cooperativa B. Na segunda, pretendemos captar a divisão sexual do trabalho a partir da realidade extratrabalho. Buscaremos compreender o que significa o trabalho associado para homens e mulheres do ponto de vista das responsabilidades que possuem com a família. Nessa segunda parte, a análise comparativa compreenderá os homens entrevistados *vis-à-vis* às mulheres entrevistadas. Decidimos fazer a divisão por gênero e não a divisão pela cooperativa, pois os aspectos trajetórias ocupacionais passíveis de comparação estão mais atrelados à condição de gênero do que ao pertencimento a uma ou outra cooperativa.

6.1 Cooperativa A & cooperativa B

Entre as duas cooperativas analisadas há uma série de aspectos em comum, a começar pelo histórico. Ambas foram criadas em 2001 a partir de uma iniciativa da prefeitura de Campinas: o Programa Municipal de Geração de Trabalho e Renda para Trabalhadores Desempregados. A primeira surgiu a partir de uma liderança que já tinha larga experiência no ramo da reciclagem e, na ocasião, dirigia um depósito informal; a segunda foi formada a partir de um curso de cooperativismo para trabalhadores desempregados. Embora a segunda tenha sido uma agregação de pessoas em torno da proposta cooperativa, o seu início também foi marcado por uma forma de gestão pouco condizente com os princípios cooperativistas. Assim, para trabalhadores das duas cooperativas, a gestão democrática em direção à autogestão representa uma forma de organização não só totalmente nova, mas contrária à disciplina de trabalho subordinado ao qual estavam habituados ou que percebem como norma.

A possibilidade da gestão democrática não nasce a partir de uma luta ou uma reivindicação organizada por parte dos trabalhadores desempregados, mas surge como uma condição para cada grupo que desejar ser atendido pelo programa. Ao mesmo tempo em que a gestão democrática é imposta pelo órgão gestor da prefeitura, ela é, em muitos momentos, negligenciada pela forma pouco democrática com que esse órgão modifica os rumos dessa mesma política.

Diante de um público heterogêneo, sem identidade coletiva proveniente da organização política ou comunitária, com pouca ou nenhuma familiaridade com os princípios da Economia Solidária, em que o único elemento agregador era a situação de desemprego, a existência de processos de incubação tornou-se um elemento-chave para a execução dessa política pública. As duas cooperativas investigadas cumprem o requisito municipal de serem incubadas. Coincidentemente, os dois empreendimentos estudados tiveram ou têm contato com as mesmas incubadoras, quais sejam, a ITCP-UNICAMP e a ONG EDH. A cooperativa analisada no primeiro estudo de caso foi inicialmente incubada pela EDH e posteriormente pela ITCP-UNICAMP. Na cooperativa analisada no segundo estudo de caso, a ordem é inversa.

Embora esse não tenha sido o foco da pesquisa, a partir dos estudos de caso fica nítido que a concepção de incubação das duas incubadoras é divergente. Enquanto a incubadora universitária foca sua atuação na formação do coletivo de trabalhadores, a ONG possui uma atuação mais focada no aumento da produtividade do empreendimento, privilegiando assessorias pontuais com o conselho administrativo de cada cooperativa em detrimento de oficinas com todos os cooperados. Enquanto a primeira concebe esse processo como potencialmente emancipatório, embora inserido num projeto político que envolve uma correlação de forças desfavorável aos trabalhadores associados, a segunda aposta em parcerias público-privadas e no engendramento de uma disciplina adequada à eficiência produtiva das cooperativas. É importante destacar essas diferenças, pois ela aparece refletida nas cooperativas.

6.1.1 Divisão sexual do trabalho

Nas duas cooperativas existe uma nítida divisão sexual do trabalho. Os trabalhos considerados pesados, que demandam grande força física concentrada e nos quais se utiliza maquinário, como a alimentação das mesas de triagem, a prensagem, o manejo dos fardos no estoque e o carregamento de caminhão, são considerados masculinos nos dois empreendimentos. O trabalho da triagem, descrito como uma função que demanda atenção, capricho, habilidades manuais finas como tato e agilidade é, e sempre foi, majoritariamente feminino nas duas cooperativas.

Embora as duas cooperativas tenham apresentado algumas nuances em relação a essa divisão, constata-se que a organização do trabalho das cooperativas reflete, à primeira vista, as representações presentes em nossa sociedade acerca do trabalho feminino e masculino.

Conforme descrito para os dois estudos de caso, as cooperativas de triagem possuem um processo de trabalho preponderantemente manual. Ele requer uso intenso da força de trabalho e conta apenas com algumas máquinas, manejadas predominantemente por homens. Embora a maioria dos trabalhadores tenha baixo nível de instrução e pouca qualificação profissional específica, os homens se apresentam como os trabalhadores mais indicados para manejar esses equipamentos. A justificativa mais comum apresentada durante as entrevistas relaciona-se a essa atividade demandar maior força física.

Embora o elemento da diferença física entre homens e mulheres não seja totalmente anulável, é preciso insistir que essa representação também está fortemente calcada numa construção social. Os homens são, desde a infância, mais estimulados a se desenvolver fisicamente comparativamente às mulheres. Kergoat (2002), ao discutir a noção de qualificação, afirma que desde os processos de aprendizagem informais se estabelece uma hierarquia entre os sexos. A força física masculina e a habilidade e o capricho feminino são antes características adquiridas num processo de socialização diferenciada segundo o sexo, a partir do qual já se estabelecem valores diferentes para essas habilidades (KERGOAT, 2002, p. 52-54).

Ao mesmo tempo, segundo Wacjman (1998), o imaginário sobre o padrão masculino de trabalho manual está presente no processo de projeção da tecnologia.

O equipamento mecânico geralmente é produzido e montado de um modo que o torna muito grande e pesado para ser utilizado pela mulher “comum”. Isto não precisa ser um processo consciente ou uma conspiração. Trata-se do resultado de um padrão de poder preexistente.” (WAJCMAN, 1998, p. 255)

Dessa forma, a relação com a técnica, com a máquina, que remete ao trabalho industrial, está fortemente associada ao trabalho masculino, o que deve contribuir para que os homens sejam automaticamente designados a manejar as máquinas nas cooperativas.

Essa tendência se assemelha ao que Cockburn (1998) e Wacjman (1998) observaram em diferentes espaços de trabalho industrial. Em relação a isso as autoras afirmam que o domínio da técnica pelos homens é historicamente um dos elementos que sustenta o seu poder sobre as mulheres (COCKBURN, 1998; WAJCMAN, 1998).

Embora nas cooperativas exista uma configuração clara de divisão do trabalho entre homens e mulheres, observamos algumas nuances. Conforme propõe Kergoat (2002), esses deslocamentos no interior da divisão sexual do trabalho serão analisados buscando compreender em que medida eles questionam a própria divisão.

Na cooperativa A, durante o período da pesquisa (2008-2009), nenhuma mulher realizou os trabalhos considerados masculinos. Na cooperativa B, durante um período de observação maior (2005-2009), constatamos que algumas mulheres chegaram a realizar funções consideradas masculinas, como a alimentação das mesas de triagem e o manejo da prensa e da empilhadeira. Quando isso aconteceu, algumas mulheres atribuíram a essa situação um caráter de exceção, realizando o serviço masculino por não haver homens disponíveis para fazê-lo.

De outro lado, existe um nítido incentivo por parte da coordenadora de produção para que as mulheres se apropriem de todas as etapas do processo produtivo. Ela contou que incentivou mulheres a aprender a manejar a empilhadeira hidráulica e a prensa quando estas foram adquiridas, em 2007. Portanto, observou-se nesse caso um esforço claro e consciente de proporcionar às mulheres uma qualificação que normalmente lhes é negada.

Se nas duas cooperativas foi observada uma definição precisa e semelhante para o que seriam os trabalhos masculinos, o mesmo não ocorreu para com os trabalhos femininos, que tiveram definições diferentes em cada empreendimento.

Na cooperativa A o trabalho da triagem foi definido como exclusivamente feminino. As habilidades necessárias para esse tipo de trabalho, como percepção visual, tato e olfato apurados, atenção e capricho, foram consideradas pelas entrevistadas como tipicamente femininas. Segundo essa concepção, os homens não sabiam e tampouco teriam habilidade para realizar a triagem. Percebe-se nesse caso a reivindicação por parte das mulheres pelo reconhecimento de suas qualificações. Isso foi dito explicitamente por algumas mulheres durante a oficina sobre divisão sexual do trabalho: *“Se não tivessem as mulheres, não sei. Agora, se não tivesse os homens eu garanto que as mulheres fariam o serviço dos homens.”* (Da. Cibeles, cooperativa A)

Dessa maneira fica implícito que o limite físico para que as mulheres assumam o trabalho dos homens pode ser transposto. Já o contrário, ou seja, os homens realizarem o trabalho feminino, parecia improvável naquele momento.

A noção de qualificação do trabalho feminino também esteve presente, mesmo que de maneira implícita, quando as *triadeiras* fizeram a “operação-padrão” para reivindicar outra jornada de trabalho. A partir dessa ação, elas demonstram que têm consciência da importância de um trabalho que é especificamente feminino para o funcionamento de todo o processo de trabalho.

Embora os trabalhadores da cooperativa A tivessem definido o trabalho feminino de forma bastante rígida, foi possível observar, durante o período da pesquisa, a migração de um homem que trabalhava na prensa para o setor de triagem. Esse exemplo mostrou ao coletivo de trabalhadores que as habilidades exigidas para esse tipo de função eram passíveis de ser aprendidas. É preciso notar que essa alteração foi motivada pela possibilidade de mudança do sistema de remuneração, considerado injusto pela maioria dos trabalhadores. De outro lado, não se observou nenhuma mulher assumindo alguma função considerada masculina.

Na cooperativa B, o trabalho da Triagem sempre foi definido como passível de ser realizado por todos os trabalhadores, embora seja majoritariamente realizado por mulheres.

As funções identificadas como tipicamente femininas nessa cooperativa foram a limpeza, a cozinha e a administração do empreendimento.

6.1.2 Sistemas de retirada

Na cooperativa A, a divisão sexual do trabalho se apresentou como uma categoria de análise importante para compreender e desocultar o sistema de remuneração praticado no empreendimento durante o primeiro ano da pesquisa.

No primeiro estudo de caso descrevemos um sistema de retirada que tinha as seguintes características: 1) um critério de remuneração para trabalhos femininos (por produção) e outro para trabalhos masculinos ou mistos (por hora); 2) estímulo à competição no setor feminino, por meio da premiação das trabalhadoras mais produtivas e punição das trabalhadoras que não alcançavam a meta (os critérios de premiação e punição eram aplicados somente ao setor feminino de trabalho, a triagem); 3) as diferenças produtivas originadas a partir do trabalho feminino na mesa de triagem se irradiavam para a cooperativa à medida que determinavam a desigualdade entre a retirada dos trabalhadores administrativos e a dos trabalhadores da produção.

Portanto, esse sistema de retirada articulava divisão sexual do trabalho e hierarquização entre funções administrativas e produtivas para atender ao aumento constante da produtividade. Nesse exemplo encontramos as desigualdades de sexo e poder nitidamente imbricadas. A desigualdade de sexo está bastante evidente a partir da pressão e do tipo de punições aplicadas ao setor exclusivamente feminino. A desigualdade de poder consiste na diferenciação entre os trabalhadores administrativos e os da produção ou entre dirigentes e dirigidos. Essa tendência à hierarquização existe desde o início da cooperativa, que, conforme relatamos em seu Histórico, provém de uma organização informal com chefe e subordinados. O sistema de retirada implantado, em vez de motivar uma gestão mais democrática, o que seria desejável a partir dos critérios instituídos para o Programa Municipal de Geração de Trabalho e Renda (CAMPINAS, 2003), contribuiu para fortalecer ou talvez até aprofundar a ordem antiga.

A acentuação das desigualdades e consequentemente da hierarquia gerou um mecanismo de pressão constante por mais produtividade. No mês de novembro de 2008, em que se constatou uma queda drástica no preço do material reciclável, a cooperativa conseguiu dobrar suas vendas. Dessa forma, os trabalhadores dobraram sua intensidade de trabalho para que as retiradas se mantivessem estáveis (isso ocorreu somente no primeiro mês após a queda do preço). O que esse sistema não conseguiu calcular é a repercussão de tal medida para a vida dos trabalhadores associados, como o cansaço físico, o stress etc.

Assim, o foco na eficiência produtiva, inclusive calcada sobre a divisão sexual do trabalho, ficou bastante nítido no primeiro estudo de caso. Ao longo do período da pesquisa ocorreram modificações na divisão sexual do trabalho, e o sistema de retiradas também foi modificado. Essas mudanças foram em alguma medida estimuladas pelo processo de incubação.

No capítulo dedicado à segunda cooperativa estudada, que compreendeu um período de observação maior, descrevemos diversos sistemas de retirada adotados de 2004 até 2009. Em comparação, nenhum dos sistemas da cooperativa B possui uma estrutura tão rígida e tão direcionada ao aumento constante de produtividade como os da cooperativa A. Nenhum dos sistemas desenvolveu uma forma de pressão específica sobre o setor de trabalho feminino como no primeiro caso. No entanto, a divisão sexual do trabalho, embora não seja tão marcada quanto no primeiro caso, coexiste ao longo de todos os sistemas. Parece-nos que a constante mudança nos sistemas, feita sempre em acordo com o coletivo de trabalhadores, permitiu a experimentação de trabalhos diferentes por homens e mulheres. No entanto, essas trocas não chegaram a interferir no trabalho de limpeza e de cozinha, que se manteve feminino ao longo do tempo (e que representa a barreira mais difícil de ser transposta em termos da divisão sexual do trabalho: o compartilhamento das tarefas ligadas ao trabalho doméstico) e tampouco nos trabalhos administrativos, que têm duas mulheres à frente desde o início da cooperativa. Essa questão está mais atrelada à tendência de perpetuação das lideranças nas cooperativas, que será discutida posteriormente.

A extrema variabilidade entre os sistemas de retirada chamou a atenção nesse estudo de caso. O depoimento da presidente em relação a essa questão foi esclarecedor. Segundo ela, a mudança constante, que sempre é feita de comum acordo com o grupo, serve para estimular a produtividade dos trabalhadores.

Embora nas duas cooperativas tenhamos observado variações nas formas de remuneração – em direção a sistemas mais legítimos e acordados pelo conjunto dos trabalhadores –, o aumento da produtividade se coloca constantemente como uma necessidade imperativa. Essa necessidade estava fortemente presente no sistema de retirada da cooperativa A, assim como nas constantes mudanças promovidas na cooperativa B.

A necessidade de atender a uma demanda e a um ritmo de produção ditados pelo mercado é um dos grandes entraves para a gestão democrática em direção à autogestão. Para o segmento da reciclagem, conforme descrevemos no Capítulo 3, essa dependência fica muito evidente, uma vez que as cooperativas de triagem e as associações de catadores encontram-se totalmente expostas às oscilações de preço do material reciclável. Embora exista alguma variabilidade nos trabalhos femininos e masculinos observados nas duas cooperativas, que talvez representem avanços em direção à mudança da divisão sexual do trabalho, muitas vezes esta também esbarra no imperativo do aumento da produtividade, conforme observado na cooperativa B.

Na cooperativa B, observada por um período de tempo maior, foi possível constatar alguns ciclos de mudança no sistema de retirada, certamente atrelados à necessidade do aumento de produtividade, mas que também possibilitaram experimentações que buscam confrontar a divisão sexual do trabalho.

Na cooperativa A, observada por cerca de 18 meses, percebeu-se apenas um desses movimentos, que foi no sentido de negar o aumento da produtividade a qualquer custo, imposta pelo sistema de retirada antigo, arriscando-se a experimentação de um sistema de retirada acordado pelos próprios trabalhadores. Isso significou certamente um avanço em relação à rigidez da divisão sexual do trabalho até então praticada.

6.1.3 Lideranças

Nos dois estudos de caso foi observada uma tendência à perpetuação de alguns membros nos cargos administrativos. Nas duas cooperativas foi observada a presença de dois tipos de liderança: uma com legitimidade interna perante o coletivo de trabalhadores e outra com representatividade externa.

Na cooperativa A, a liderança externa é o Seu Jorge, presidente e sócio-fundador da cooperativa. A liderança interna é a Da. Cíbele, também sócia-fundadora e coordenadora da produção. A antiguidade é assim um elemento importante na construção dessas lideranças. Sob a perspectiva de gênero, trata-se de uma administração mista: um homem e uma mulher. O homem faz o papel da figura pública, enquanto a mulher administra o empreendimento internamente. Foi possível observar alguns conflitos nessa gestão compartilhada, principalmente em relação à rigidez com a qual o presidente intervinha também nas questões produtivas internas ao empreendimento. Por meio do sistema de retirada analisado, ficou claro que essa forma de administração se sustentou por muito tempo com base numa hierarquia econômica.

“Isso enquanto eles for os presidente e os diretor vai continuar sendo assim. Ninguém tira esse cargo deles, ninguém tira esse dinheiro deles ganhar mais do que a gente.” (Rose, Cooperativa A, p.19)

Conforme relatado no estudo de caso, o sistema de retirada que fortalecia essa desigualdade acabou por ser modificado pelos trabalhadores.

Na cooperativa B, a liderança externa é a Fernanda, presidente da cooperativa. Conforme relatamos no estudo de caso, essa cooperada ingressou no primeiro ano do empreendimento. Ela era originalmente uma voluntária que apoiava a iniciativa, mas, diante de uma situação de corrupção do então presidente, decidiu associar-se para poder intervir mais efetivamente. Dessa forma, acabou por se tornar uma de suas principais lideranças.

É importante destacar que a sua origem social é diferente daquela dos demais trabalhadores. A liderança interna é a Juliana, coordenadora da produção. Ela também participa desde os primeiros anos do empreendimento e se consolidou como uma voz

ouvida, respeitada e representativa para os trabalhadores. Nesse caso, trata-se de uma administração feminina. A presidente, que faz o papel da figura pública, é branca e originária da classe média. Nesse caso, uma análise possível seria que a hierarquia não é sustentada pela diferença entre as retiradas, mas por uma subordinação cultural à presidente.

Nos dois casos a divisão de papéis entre os tipos de liderança é bastante nítida. Existe por parte das lideranças internas um certo bloqueio para assumirem também alguns papéis de representação externa. As duas lideranças internas são mulheres e aparentemente sentem receio de ocupar os espaços públicos – como reuniões com a prefeitura, com representantes de outras cooperativas etc. Elas deixam essas funções para as lideranças externas, que são um homem, no caso da cooperativa A, e uma mulher de classe média no caso da cooperativa B. Essas pessoas, por sua vez, intervêm também na gestão interna do empreendimento. Ser homem ou mulher de outra classe social parece ser um atributo que lhes confere maior legitimidade perante os interlocutores externos e os torna mais elegíveis pelas cooperativas, que preferem ser representadas por quem “fala melhor”.

Um outro aspecto importante para a compreensão da construção e da perpetuação dessas lideranças é a presença de laços familiares. Nas duas cooperativas há núcleos familiares. Na cooperativa A há dois núcleos, com três membros cada. Na cooperativa B há um núcleo com seis membros de uma mesma família. As famílias, juntamente com alguns outros cooperados, constituem nos dois casos o que poderíamos chamar de “núcleo duro”. Para a cooperativa B, acompanhada há cinco anos, é possível afirmar que esse núcleo é composto por trabalhadores de uma mesma família (além de alguns agregados) que se associaram no início do empreendimento e se mantêm firmes, mesmo nos momentos de queda da retirada. Além do núcleo duro, foi possível observar, nos dois casos, cooperados que permaneceram por pouco tempo no empreendimento. São trabalhadores que experimentam o trabalho associado por alguns meses e deixam o empreendimento diante de uma oportunidade de emprego; a esses poderíamos chamar de grupo flutuante.

Aí o que acontece é o seguinte. Aqui, a cooperativa é muito prejudicada porque todos os barracões aqui são empresas, e eles pegam gente o tempo inteiro. E o que essas pessoas fazem? Elas vão lá, trabalham 6 meses, e entram com auxílio-desemprego. Então eles fazem exatamente isso. E a gente tá sempre precisando de gente aqui. De pessoas que tenham fidelidade, que venham mesmo, que tenha compromisso. Então

fica 2 meses, vai embora. Abaixou um pouquinho a retirada, tão caindo fora. (Fernanda, presidente da cooperativa B, p.9)

A existência de famílias pode ser uma das explicações para a sobrevivência econômica das cooperativas apesar das precárias condições de trabalho e das oscilações de mercado. Para a cooperativa B, acompanhada por um período de tempo maior, essa hipótese é bastante pertinente.

Na verdade o que segura a cooperativa é a família. Por exemplo, o que segura mesmo a cooperativa é a família de Da Lourdes. Tá aqui, a qualquer hora, porque realmente veste a camisa. Os outros não. Sai. (Fernanda, presidente da cooperativa B, p.9)

É o núcleo familiar, juntamente com outros membros antigos, que suporta as crises financeiras. Nos momentos de queda das retiradas, o grupo flutuante deixa de existir. Como há vários membros de uma mesma família se sustentando por meio do trabalho associado, desistir dele, num momento de crise financeira, deixa de ser uma escolha individual, pois isso poderá contribuir para o fim de qualquer remuneração para todo o grupo familiar.

Num meio de alta vulnerabilidade social em que as pessoas se auto-organizam com algum apoio do governo municipal para saírem da condição de desemprego e onde a maior parte dos trabalhadores tem baixa escolaridade, os critérios da meritocracia não fazem muito sentido. Em seu lugar aparecem os laços familiares, de proximidade, o desempenho e o envolvimento de cada um. Assim, nos dois casos, existe uma relação entre os núcleos familiares e os membros do conselho administrativo. No caso da cooperativa A, cada membro do conselho administrativo é ligado a um dos núcleos familiares. Na cooperativa B, um membro é ligado ao núcleo familiar. O estatuto das cooperativas não permite que haja relação de parentesco entre os membros eleitos para o conselho administrativo. Essa condição é respeitada por ambas.

De um lado, as relações de poder dentro do empreendimento são em alguma medida determinadas por esses laços familiares. Os entrevistados que pertencem aos núcleos familiares contam que já se sentiram questionados quanto a essa situação e como passaram a lidar com ela.

Porque você vai conviver [no cotidiano do trabalho] com a pessoa que tá lá presidente e é da família, vão pegar: ah, tá puxando o saco. (...) Então, eu prefiro conviver com uma pessoa que não é da família, que não mora por aqui também, do que com uma pessoa da família, pra não ter esse, esse pressentimento que tá acontecendo alguma coisa entre família aqui dentro.

Que às vezes nego pensa isso, né? (...) Então eu prefiro conviver com uma pessoa que eu sei que não é da família, e não tem a ver, pra não ter essa, essa conversa. (José, cooperativa B, p.15)

*...quando a gente começa em qualquer tipo de serviço, eu acho que a pessoa que pelo menos tem que pegar uma experiência, pra depois vir a cobrança. E no começo comigo foi diferente, primeiro veio a cobrança, pra depois vir a experiência. **Eu via bem as pessoa falando que não é porque o seu pai é presidente da cooperativa que com você vai ser diferente.** Chorei muito aqui, não por conta do serviço... Agora no dia a dia, no tempo, faz dois anos que eu tô aqui, aí a gente vai conhecendo as pessoas, o modo de cada um. Aí vai pegando mais confiança no que a gente tá fazendo. Agora eu consigo conciliar assim o serviço, o ambiente, as falas, as cobranças, equilibrar. (Da. Silvia, cooperativa A, p.1)*

De outro lado, nos depoimentos daqueles que não têm relação de parentesco dentro da cooperativa, esse questionamento não apareceu.

Nos dois casos existe então algum tipo de hierarquia. Esta não é estruturada pela desigualdade de classes, como aquela ocorrida entre patrão e empregados, mas segundo outros elementos, como a desigualdade de gênero, a desigualdade na origem social, a antiguidade no empreendimento e o parentesco. Os depoimentos mostram que o poder estruturado sob esses elementos é passível e legítimo de ser questionado no processo da gestão democrática.

No primeiro estudo de caso, esse poder foi contestado por alguns trabalhadores em diversos momentos e de formas distintas (“operação-padrão”, contestação verbal) e culminou em mudanças na forma de gestão. No segundo caso, a contestação não apareceu direcionada ao conselho administrativo durante as entrevistas, mas à incubadora EDH, que objetivava a implantação de uma jornada de trabalho mais curta e mais intensa. A contestação dos trabalhadores foi acatada pelo conselho administrativo, que rejeitou a proposta da assessoria.

De forma geral, é possível dizer que, apesar de algumas divergências, é depositada uma confiança nas lideranças. À medida que o grupo mantém o voto nos mesmos representantes, reconhece a persistência com a qual esses líderes se mantêm à frente do empreendimento. Ao mesmo tempo, esse fato também revela que poucos cooperados se sentem encorajados a assumir tal posição.

Por exemplo, a maioria das cooperativas, principalmente aqui em Campinas, as pessoas não têm. Vence o cargo de diretoria, e ninguém quer assumir. (Fernanda, presidente da cooperativa B, p.9)

Teve reunião pra decidir o presidente, tudo, e ninguém quer! Uma não pode porque tem o nome restrito e o CPF tem que estar em ordem, os outros porque não quer. Daí uns fala: gente, já que tá nesse porte, deixa Seu Jorge mesmo, deixa Cibele mesmo, sempre foi eles, quando todo mundo chegou encontrou eles aqui. Então deixa eles mesmo. (Da. Cibele, coordenadora da cooperativa A, p.14)

Mesmo Rose que, dentre os entrevistados da cooperativa A, expressou uma das visões mais críticas em relação ao conselho administrativo, manifestou um sentimento contraditório quanto à sua mudança:

Que aqui, tudo que a gente fala, eles [o presidente e a coordenadora] acha que porque a gente fala, caça meio de tirar eles e quer o lugar deles, porque eu acho que eu não quero o lugar deles, mas eu preferia que eles continuassem, mas que eles achassem uma situação pra gente, né? (Rose, cooperativa A, p.22)

Apesar de algumas situações indicarem o sentido da horizontalização das relações de trabalho, a predominância social de um modelo hierárquico, a dificuldade de romper com a condição de subordinação, o baixo nível de escolaridade e o receio em ocupar os espaços públicos na condição de representante são barreiras enfrentados por esses trabalhadores que contribuem para explicar a tendência à perpetuação das lideranças.

6.2 Mulheres entrevistadas & Homens entrevistados

Para aprofundar o olhar sobre os sujeitos que constituem as cooperativas, daremos continuidade à análise comparativa a partir da trajetória ocupacional dos entrevistados. Nesta segunda parte, em lugar de fazer a comparação entre as cooperativas, analisaremos as trajetórias masculinas e femininas. O primeiro tópico se destina às mulheres entrevistadas pertencentes aos dois empreendimentos. O segundo, aos homens entrevistados – estes em menor número, pois há menos homens do que mulheres nos empreendimentos.

Essa abordagem nos possibilitará um olhar sobre as relações de gênero ocorridas no âmbito reprodutivo, que são fundantes da divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2002).

Na primeira parte da análise comparativa, nos concentramos sobre os postos de trabalho masculinos e femininos no interior das cooperativas e sobre a variabilidade dessas configurações. Procuramos entender essa configuração dentro das outras relações de poder que se estabelecem no interior das cooperativas. Nessa segunda parte, pretendemos verificar como a divisão sexual do trabalho se estrutura a partir da relação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico. Por isso buscaremos captá-la a partir das trajetórias ocupacionais. Nesse sentido, buscamos reestabelecer, tal como propõe Hirata (2002), a separação artificial entre a esfera produtiva e reprodutiva:

A abordagem que trata da divisão sexual do trabalho deverá permitir acabar com as categorias tradicionais da sociologia industrial e com uma das concepções marxistas da clivagem, extremamente simplista, entre a esfera produtiva (produção de valor) e a esfera reprodutiva (produção de valores de uso não-mercantis), para partir para a elaboração de novos conceitos que, por um lado, ultrapassem a universalidade apenas aparente das categorias da economia política, muitas vezes baseadas em um modelo masculino e, por outro, quebrem a compartimentação rígida das disciplinas que caracteriza as ciências humanas hoje. (HIRATA, 2002, p.134)

6.2.1 As mulheres entrevistadas

A tabela apresentada resume alguns dados da trajetória ocupacional das mulheres entrevistadas.

Tabela 1: Mulheres entrevistadas - resumo da trajetória ocupacional

Nome	Raça/ cor/ etnia	Estado civil	Escolaridade	Ocupação anterior	Anos de CLT
Rose	morena	solteira	E.M incompleto	catadora de material	0
Amanda	negra	união estável	E.M incompleto	revendedora Avon	0
Sílvia	negra	casada	E.M completo	20 anos dona de casa	11
Da. Cibele	negra	viúva	4a. série	doméstica	5
Da. Carolina	negra	casada	4a. série	15 anos dona de casa	0
Marcela	morena	viúva	3a. série	catadora de material	0
Cleonice	branca	solteira	4a. série	6 anos dona de casa	10
Da. Lourdes	morena	casada	1a. série	catadora de material	20
Fernanda	branca	casada	Superior incompleto	18 anos dona de casa	6

As mulheres entrevistadas, pertencentes às duas cooperativas estudadas, se declararam majoritariamente morenas ou negras e possuem baixa escolaridade (sendo que apenas uma possui ensino superior incompleto e as duas mais jovens, ensino médio incompleto). Quatro das nove entrevistadas nunca tiveram carteira assinada. Três tiveram vínculo trabalhista superior ou igual a dez anos, destas, duas possuem idade acima de 50 anos.

Todas as nove entrevistadas, ao decidirem ingressar na cooperativa, encontravam-se excluídas do mercado formal de trabalho. Em relação à ocupação que precedeu a entrada no empreendimento, uma era empregada doméstica, 4 eram donas de casa e 4 realizavam trabalhos informais, destas, duas eram catadoras de material reciclável. Considerando a trajetória ocupacional completa das entrevistadas, cinco foram domésticas em algum momento de suas vidas.

Tabela 2: Mulheres entrevistadas - situação socioeconômica atual

Nome	Coop.	Idade	Retirada média (R\$)	Família possui outra renda?	É a renda principal da família?	Filhos que precisam de atenção especial	Quant. de dependentes
Rose	A	26	450	Bolsa-família	sim	não	5
Amanda	A	28	600	às vezes	sim	sim	3
Sílvia	A	52	500	sim	não	não	4
Da. Cibele	A	53	550	pensão marido	sim (somadas)	sim	2 ou mais
Da. Carolina	B	57	400	às vezes	Sim	sim	5
Marcela	B	42	450	às vezes	Sim	sim	2
Cleonice	B	38	200	benefício filho	sim (somadas)	sim	2
Da. Lourdes	B	62	175	sim	não	não	0
Fernanda	B	49	N/R	sim	não	não	3

A retirada média das mulheres entrevistadas varia entre R\$ 175,00 e R\$ 600,00. Duas mulheres declararam receber retiradas extremamente baixas (R\$ 175,00 e R\$ 200,00). A média de retirada do grupo das mulheres é de R\$ 415,00. Seis delas recebem a principal renda da família. Em três casos a renda proveniente do trabalho na cooperativa é complementado por benefício social ou pensão.

Uma questão que chamou a atenção é que cinco mulheres relataram ter filhos que necessitam de atenção especial. As mulheres que estão nesta situação são todas chefes de família.

A quantidade significativa de mulheres chefes de família é condizente com as estatísticas mais recentes. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), de 1993 a 2007 a proporção de famílias chefiadas por mulheres aumentou no país. Em 1993, essa proporção era de 22,3%. Em 2007, passou a ser de 33%. A concentração é maior entre as famílias pobres. Apesar dessas evidências, a representação social da renda feminina com caráter de complementaridade ainda está muito presente e contribui para sustentar a desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho de maneira geral (HIRATA, 2007, p.105).

6.2.2 Conciliação de atividades produtivas e reprodutivas

A partir das entrevistas fica evidente que a participação das mulheres nas cooperativas investigadas está fortemente relacionada à possibilidade de conciliação das atividades produtivas e reprodutivas.

Das entrevistadas, há um grupo de 5 mulheres com idade entre 38 e 57 anos que já tiveram atividade remunerada registrada ou não e que ficaram afastadas do mercado de trabalho devido aos ao casamento, à maternidade e à outras atividades de cuidado.

Daí... eu fiquei grávida de um menino e eu fiquei doente. E nessa doença aí, eu, ele também ficou doente. Daí teve que ficar em tratamento, né? Daí ele tinha que ter bastante cuidado médico assim, então toda hora eu tinha que levar ele na UNICAMP... Dar remédio na hora certa, não podia deixar com outra pessoa, né? Aí eu fiquei 15 anos sem trabalhar. (Da. Carolina, 57 anos, cooperativa B, p.5)

É porque ele teve... Teve paralisia cerebral. Aí ele tem uma, uma deficiência na perna esquerda. Aí ele andou com seis anos. Aí esses tempos eu num fui trabalhar, né? Tava fazendo tratamento direto, aí eu tive que ficar em casa com ele. (Cleonice, 38 anos, cooperativa B, p.3)

Então é o seguinte: aí casei, né, e parei de trabalhar, pra qual foi minha surpresa, né, porque eu era meio boba, sempre fui meio boba, né? (...) só sei que ele [o marido] ficou sete ano direto preso. Foi quando eu já tinha as crianças (...). Até então eu e minha sogra, aí eu e minha sogra convencendo ele pra deixar eu trabalhar, porque só minha sogra! Não é mole, né?! - Deixa ela ir! Daí ele deixou eu ir trabalhar de doméstica numa casa de uma pessoa que era crente porque eu também era evangélica. (Da. Cibele, 53 anos, cooperativa A, p.3-4)

Daí entrei numa clínica de patologia, ali na Moraes Salles, ali eu trabalhei 3 anos e meio e ali foi o último emprego assim. Porque depois eu casei e aí eu fiquei 20 anos em casa. (...) Eu fiz trabalhos, mas voluntários. Não, nada registrado. Porque quando tá em casa, sempre alguma coisinha a gente faz, agora registrado não. (Da. Sílvia, 52 anos, cooperativa A, p.1)

Eu vim pra cá [Campinas] em 84. Aí fiquei sem trabalhar até... Aí nasceu os meninos, nasceu os filhos, foram, foram, foram. Até...Eu casei e vim pra cá. Meu marido é estudante, é, é estudante, fazia mestrado na UNICAMP. Na área da física. Aí eu vim pra cá. Aí eu fiquei fazendo mais trabalho voluntário, trabalho de igreja, pra cá, pra lá, fazendo alguma coisa.(Fernanda, 49 anos, cooperativa B, p.2)

Diante da dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho com carteira assinada, devido à idade, a cooperativa surge para essas mulheres como possibilidade de voltar a ter uma ocupação remunerada.

Apesar do grupo de mulheres acima de 38 anos de idade ser majoritário, é preciso notar há também jovens, entre 24 e 28 anos, com ensino médio incompleto e que nunca tiveram Carteira de Trabalho. Dentro da sua trajetória ocupacional, o trabalho na cooperativa representa a atividade ocupacional de maior duração e remuneração. A ocupação anterior de uma delas era revendedora da Avon, cuja remuneração correspondia apenas à comissão de 20% das vendas que realizava. Outra trabalhadora jovem catava material reciclável na rua e contribuía informalmente com os serviços administrativos de um depósito de material reciclável. Apesar da experiência na cooperativa ser significativa na trajetória dessas jovens, está longe daquilo que elas sonham para si. Todas afirmam que trocariam a cooperativa por um trabalho com carteira assinada e remuneração equivalente. Em relação a isso, uma trabalhadora explica:

Se eu sair hoje daqui eu não tenho nada; vou sair como eu entrei, com nada! Com uma mão na frente, outra atrás. Pelo menos no serviço registrado eu tenho meus direito, né? São poucos, mas tenho. (Amanda, 28 anos, cooperativa A, p.9)

A partir de um corte geracional no grupo das mulheres, constata-se a inserção ocupacional das jovens por meio do trabalho associado, diante da baixa oportunidade de emprego. Nota-se também a reinserção ocupacional das mulheres de mais idade após um longo período de afastamento do mercado de trabalho devido ao trabalho doméstico, à maternidade ou ao cuidado de pessoas doentes ou idosas na família. A possibilidade de inserção ou reinserção por meio do trabalho associado é uma primeira constatação possível a partir da perspectiva analítica de gênero, que combina os universos produtivo e reprodutivo.

Esse enfoque é importante porque contesta as análises sobre o mercado de trabalho que se pretendem neutras em relação ao gênero. Tal como defendem inúmeros estudos sobre sociologia do trabalho e gênero abordados no capítulo 2: O fato das mulheres serem socialmente responsabilizadas pelo trabalho de cuidados, por terem de se ausentar do mercado de trabalho para se dedicar a essas tarefas, é determinante para definir o lugar que ocupam no âmbito produtivo.

As entrevistas indicam que, além de permitir a entrada de mulheres excluídas do mercado de trabalho devido a uma maior margem de conciliação entre os papéis produtivo e reprodutivo, os acordos “flexíveis” estabelecidos durante o trabalho associado possibilita a permanência delas no empreendimento. Para várias mulheres, devido à dimensão dos problemas que enfrentam no âmbito “privado”, o trabalho associado significa, às vezes, a única possibilidade de conjugar as atividades produtivas com suas responsabilidades reprodutivas.

Não porque eu vim aqui, né? E conversei com o, porque todo serviço que eu arrumava, que eu falava assim, do meu menino que tinha problema, que eu falava que eu tinha que faltar na segunda e na quarta que ele faz fisioterapia, né? Ninguém aceitava, né? Aí eu vim aqui, conversei com a Fernanda, aí ela aceitou, aí eu fiquei. Porque nenhum serviço concordava, né? Aí só aqui mesmo, aí fiquei até hoje. (Cleonice, 38 anos, cooperativa B, p.5)

Muitas precisam se ausentar com frequência do trabalho para acompanhar o tratamento médico dos filhos:

Ela [a cooperativa] é mais compreensiva nessa parte é, né? Porque se você precisar sair pra levar um filho no médico, tipo alguém liga pra dizer que tem algum filho seu doente. Eles não reclama de você sair. Mas já sabendo que você não vai ganhar aquela hora que você sai mais cedo ou aquele dia que você não vem. (Rose, 26 anos, cooperativa A, p. 17)

Outras faltam ao trabalho para comparecer ao Juizado da Infância e da Juventude:

Hoje mesmo eu cheguei... aqui hoje, porque eu estava... das criança... do negócio do juiz lá, porque meus menino não quer estudar, porque eles tão ficando até mais tarde na rua e tava mexendo com droga, então eu tive que ficar em casa, eu tive que ficar hoje em casa, e agora eu vou ter que faltar de quinze em quinze dias, vou ter que faltar, né, porque eu vou ter que ir lá. (Marcela 42 anos, cooperativa B, p.12)

Outras necessitam conciliar sua atividade na cooperativa com os constantes conflitos em família, como Da. Cibele, que muitas vezes deixou o empreendimento para resolver brigas em sua casa:

E eu quando descia pro depósito: Ah, Cibele corre aqui que eles estão se matando. Toda hora isso, chegou um mês que foi um mês inteiro desse jeito. (Da. Cibele, 53 anos, cooperativa A, p.21)

Para outras, como Amanda, que tem que fazer um tratamento periódico com sua filha, a possibilidade de conciliação é o único motivo pelo qual ainda não deixou a cooperativa.

Por isso que é difícil pra mim... Eu arrumar outro... Por isso que eu não saí daqui até hoje, pra falar a verdade! Se eu entrar num emprego hoje não sei como vou conciliar isto... Das minhas faltas... Numa empresa é diferente, né... Não sei... Por isso que até hoje eu não saí daqui... E porque também nunca tive uma proposta diferente daqui... (Amanda, 28 anos, cooperativa A)

A conciliação entre os papéis produtivo e reprodutivo possibilitada pelo trabalho associado é um tema fortemente presente nos depoimentos de todas as cooperadas. Em relação a essa questão, o grupo de mulheres é uniforme. Conforme os trechos de depoimento acima evidenciam, os tipos de problemas enfrentados por estas mulheres são de diversas ordens: saúde, educação, drogadição por parte dos filhos, problemas de relacionamento entre os membros da família etc. Eles refletem a situação de vulnerabilidade social à qual parte dessas mulheres estão submetidas e a cujo combate se sentem fortemente implicadas.

Nesse sentido, cabe retomar o que expusemos no capítulo 2 referente a uma visão sexuada do desenvolvimento econômico. As crises econômicas e sociais incidem fortemente sobre as mulheres, que se vêem obrigadas a remediar no universo micro os problemas decorrentes de políticas estruturais (BENERÍA, 2004). Essa condição certamente se aplica aos sujeitos investigados por essa pesquisa.

Todas afirmam que a cooperativa é mais compreensiva em relação às faltas dos trabalhadores em comparação a uma empresa comum. Como a maioria passa por problemas familiares e sociais, existe compreensão pela ausência de companheiros no trabalho. No entanto, o prejuízo decorrente da ausência é sempre individual. Esse é um acordo tácito.

Já faltei muitas vezes. Tinha vez que é doente, uma criança.... Tem que ir atrás, né? Às vezes é o marido, é aquela coisa. (...) Ah, às vezes eles não querem que a gente falta, né, que é, prejudica a cooperativa também, né? Que aí falta um dia, já é um dia que a gente ficou sem produzir. A produção abaixa, né? Então a gente tem que vir outro dia pra repor aquilo que a gente faltou. Não é que eles são ruim, é que eles não pode (mesmo?), né? Não pode faltar. E a gente sabe que não pode, mas as coisa não é igual a gente quer, né? Por a gente, a gente nunca faltava, tá aí toda hora. Mas a gente, problema aparece, não tem como não faltar. (Da. Carolina, 57 anos, cooperativa B, p.10-11)

Os problemas dessa ordem não são explicitados ou coletivizados no âmbito da cooperativa. Não são criadas regras ou acordos explícitos contemplando essas situações. Mas, na falta – e talvez na impossibilidade – de uma gestão coletiva que contemple os problemas e conflitos administrados por cada uma das mulheres, há exemplos de esquemas individuais que permitem a melhor conciliação. Conforme exposto no Capítulo 3, existem duas formas de remuneração nas cooperativas de triagem de resíduos sólidos: por hora trabalhada ou por produção. Amanda, uma trabalhadora jovem, prefere ser remunerada por sua produção, pois precisa faltar muito para acompanhar o tratamento de sua filha. Ela explica:

Pra mim, que tenho minha filha que faz tratamento lá na UNICAMP. Eu sempre falto, não falto? Ai dá tempo pra eu fazer minha produção e correr atrás. Por hora eu não tenho como correr atrás, eu perco. E por produção eu falto, mas eu corro e chego na minha meta e por hora não tem jeito. Perdeu o dia, perdeu o dinheiro. (Amanda, 28 anos, cooperativa A, p.4)

Essa trabalhadora administra a sua produtividade conforme a necessidade de se ausentar. Ela possui uma produtividade média e uma meta semanal. Quando precisa faltar algum dia, compensa a produção trabalhando mais nos outros dias da semana. Intensificando seu ritmo de trabalho quando necessário, conseguia trabalhar e acompanhar o tratamento da filha, mantendo sempre a mesma retirada. Esse é um exemplo de uma disciplina individualmente criada e adaptada ao sistema de remuneração até então existente na cooperativa.

Para outra trabalhadora, já idosa, essa não seria uma alternativa. Ela tem problemas na visão e não consegue produzir muito; em contrapartida, trabalha bastante na limpeza e na cozinha do empreendimento. Para ela, não pode existir rigidez na cobrança das faltas, pois a remuneração já é tão baixa que não justifica um possível desconto por motivo de falta ou atraso. Haveria sim como introduzir esta regra se a remuneração fosse fixa e estável, tal como nos contratos via CLT.

Eu acho ela severa por um motivo. Eu acho que ela não pode ser assim porque ela não tem o salário completo pra dar pra gente. Então se chegasse no dia, o dinheirinho, igual na firma, fosse certinho, eu achava certo. Mas não, a firma tem a lei, mas ela também tem o pagamento certo, e aqui não, então não pode também ser assim, isso eu acho contra. Você fica, fica, trabalhando aqui, não falta nenhum dia, se você chega uma hora atrasado tem desconto, mas você já não vai ter nada, tem às vezes o mês

não vai dar nada, você vai receber R\$ 200,00, R\$ 150,00, ainda tem que descontar aqueles minutos que você chegou atrasado! A firma não, eu acho mais severo, aí você vai trabalhar o mês todo, mas você não vai receber tudo o que eu trabalhei. Aqui você falta ou não falta e é aquele tiquinho mesmo que você vai receber. Na firma, você não falta, mas você sabe que o seu salário tá completo. (Da. Lourdes, 62 anos, Cooperativa B, p.7)

A remuneração variável e em grande medida dependente da produtividade individual justifica a possibilidade de falta das trabalhadoras, o que lhes permite conciliar as atividades reprodutivas com o trabalho. Por outro lado, essa instabilidade na frequência ao trabalho também contribui para a instabilidade na remuneração, e essa não é uma relação apenas individual: 3 ou 4 faltas no mesmo grupo podem prejudicar a produtividade de quem veio. Dessa forma se estabelece um círculo vicioso: a remuneração instável justifica faltas que possibilitam a conciliação das atividades produtivas e reprodutivas. De outro lado, as faltas contribuem para maior instabilidade na remuneração, não só dessas trabalhadoras, mas do grupo de maneira geral.

Essas situações analisadas nos permitem afirmar que existe uma forte relação entre a precariedade das condições de trabalho observadas nas duas cooperativas e a predominância de mulheres nos dois empreendimentos. A gestão flexível dos tempos de trabalho produtivo e reprodutivo, vista como positiva pelas mulheres entrevistadas, é um dos elos de ligação entre gênero e precariedade. As mulheres precisam de tempo para dar conta das questões de âmbito reprodutivo. A gestão da cooperativa é compreensiva com essa situação, mas assume o ônus financeiro dessa condição. Nesse sentido, a cooperativa acaba por produzir um mecanismo que combina a gestão do empreendimento com a gestão da condição de pobreza à qual seus trabalhadores estão submetidos.

6.2.3 Os homens entrevistados

Tabela 3: Homens entrevistados - resumo da trajetória ocupacional

Nome	Raça/ cor/ etnia	Estado civil	Escolaridade	Ocupação anterior	Anos de CLT
Pedro	negro	casado	E.M. completo	metalúrgico	30
Seu Jorge	negro	viúvo	2ª série	catador e comprador de material reciclável	35
José	moreno	solteiro	5ª série	pedreiro	2
Celso	moreno claro	união estável	6ª série	zelador	16
Fernando	moreno	solteiro	Sem instrução	servente de pedreiro	0
Cristiano	branco	união estável	Sem instrução	servente de pedreiro	0

Dos homens entrevistados, dois se declaram negros, três morenos e dois brancos. Em relação ao nível de escolaridade, apenas um concluiu o Ensino Médio, três possuem Ensino Fundamental incompleto e dois são analfabetos. Não há diferenças significativas em relação ao nível de escolaridade do grupo feminino.

Diferentemente das mulheres entrevistadas, a ocupação de todos os homens anterior ao ingresso na cooperativa era remunerada. Ao longo de suas trajetórias ocupacionais, quatro homens tiveram carteira assinada, sendo que em três casos o vínculo empregatício foi superior a 15 anos. A duração do vínculo empregatício é proporcional à idade do entrevistado (ver idade na tabela abaixo).

Tabela 4: Homens entrevistados - situação socioeconômica atual

Nome	Coop.	Idade	Retirada média (R\$)	Família possui outra renda?	É a renda principal da família?	Recebe aposentadoria?	Quant. de dependentes
Pedro	A	54	400,00	sim	sim	sim	4
Seu Jorge	A	76	1000,00	sim	sim	sim	1
José	B	32	450,00	sim	não	não	0
Celso	A	49	500,00	sim	sim	não	1
Fernando	B	38	500,00	sim	NS	não	7
Cristiano	A	35	400,00	não	sim	não	3

A retirada média dos entrevistados varia de R\$ 400,00 a R\$ 1000,00. Enquanto no grupo das mulheres encontramos dois casos em que as retiradas são extremamente baixas, no grupo masculino a retirada de um dos homens chama a atenção por ser muito superior a dos demais. A retirada média do grupo dos homens entrevistados é de R\$ 475,00. Isto representa uma média em 15% superior a obtida no grupo feminino.

Cinco dos seis entrevistados informaram que a família possui outra renda. Para quatro entrevistados a sua renda representa a renda principal da família. Dois entrevistados recebem aposentadoria.

Diferentemente do que ocorreu nas trajetórias femininas, os homens não relacionaram a sua trajetória profissional com o casamento ou o nascimento dos filhos, o que corresponde ao imaginário social vigente de que estas seriam preocupações primordialmente das mulheres. Comparativamente às experiências das mulheres entrevistadas, os homens passaram por mais experiências de trabalho ou por experiências de maior duração. Entre as trajetórias ocupacionais dos seis homens entrevistados há poucas características comuns. Para dois deles, que tiveram um longo período de trabalho registrado, o trabalho associado é uma complementação da aposentadoria.

Para outros dois, que nunca tiveram carteira assinada, o trabalho associado é um tipo de “porto seguro” frente aos problemas de ordem social ou familiar que enfrentam.

Para outros dois, que já tiveram contratos de trabalho, o significado do trabalho associado é distinto. Para um, representa uma piora em relação às experiências de trabalho anteriores. Para outro, o trabalho associado é tão instável e inseguro quanto as experiências que teve anteriormente. José diz que, diante da precariedade das relações de trabalho dentro e fora da cooperativa, prefere permanecer no empreendimento.

Enquanto para o grupo das mulheres entrevistadas foi possível identificar um sentido comum para o trabalho associado, que para elas representa a possibilidade de inserção, reinserção ou permanência em uma atividade remunerada; as experiências dos homens entrevistados estão marcadas por uma maior heterogeneidade.

Conclusão

A questão central desta pesquisa consistiu em analisar em que medida as experiências de trabalho associado modificam as relações sociais de sexo.

O segmento investigado foi o das cooperativas de triagem de resíduos sólidos urbanos. Procuramos verificar essa questão a partir do processo de trabalho e de gestão de duas cooperativas de Campinas, realizando um estudo comparativo, e a partir de trajetórias ocupacionais de homens e mulheres. Ao mesmo tempo, buscamos inserir essa análise no contexto mais amplo da reconfiguração do mundo do trabalho. Assim, a pesquisa não ficou restrita às experiências de cada cooperativa, mas buscou contemplá-las dentro da cadeia produtiva da reciclagem.

De outro lado, a perspectiva analítica de gênero demandou a ampliação do contexto do trabalho produtivo, perguntando pelo sentido do trabalho associado face às responsabilidades reprodutivas tradicionalmente designadas às mulheres. A pesquisa então indagou as mulheres entrevistadas do ponto de vista da função que exercem dentro do empreendimento e das funções sociais que desempenham como mães e/ou esposas, analisando essas condições comparativamente aos trabalhos masculinos.

Para situar essa forma de ocupação no contexto das transformações do mundo do trabalho, é necessário pontuar que o reconhecimento estatal da atividade das cooperativas de triagem de resíduos sólidos e das associações de catadores é relativamente recente. No Brasil, essa atividade foi incluída no Código de Ocupações apenas em 2002. Até há poucos anos essa era uma atividade marginal, informal e invisível para os estudos sobre o trabalho e para as políticas públicas. A possibilidade de reconhecimento dessa forma de trabalho surge num contexto de flexibilização dos direitos trabalhistas. Ela é, portanto, uma das atividades até então consideradas atípicas e que, quando passa a ter algum status de reconhecimento, já nasce como um trabalho precário.

Tomando a precarização em sua dimensão relacional, é preciso afirmar que, do ponto de vista da trajetória ocupacional da maioria dos trabalhadores que praticam a catação e a triagem de resíduos sólidos, não se observa uma precarização das suas condições de trabalho, uma vez que eles encontravam-se absolutamente excluídos de qualquer tipo de proteção social como catadores informais. Com o incentivo público para a

organização da categoria em associações e cooperativas, esses trabalhadores passam a ter acesso a alguma condição de trabalho. Em relação à exclusão total na qual se encontravam os catadores, uma semi-inclusão representa um avanço.

Em Campinas, conforme explicitamos nos estudos de caso, os trabalhadores das cooperativas de triagem de resíduos sólidos não são majoritariamente catadores de rua. Nas cooperativas analisadas, identificamos desempregados, subempregados e aposentados, ou ainda pessoas excluídas do mercado de trabalho pela idade avançada ou por questões familiares de saúde. Em Campinas, portanto, as cooperativas reúnem trabalhadores que nunca estiveram incluídos na sociedade salarial, bem como trabalhadores que já tiveram longo vínculo empregatício.

A partir da distinção entre precarização e trabalho precário discutida no Capítulo 1 é possível afirmar que a catação e a triagem configuram trabalhos precários, embora não representem uma piora das condições de trabalho do ponto de vista de quem as pratica, se considerarmos que originalmente essa atividade era realizada em lixões a céu aberto.

Das dimensões de trabalho precário definidas por Rodgers (1989, p.3 apud LEITE, 2009, p. 73-74), abordadas no Capítulo 1, destacam-se: o pouco controle dos trabalhadores sobre o rendimento mensal; a baixa proteção social desse tipo de trabalho, uma vez que os trabalhadores não possuem direito a férias e a décimo-terceiro salário, e a sobra mensal não é suficiente para arrecadar fundos para substituir esses direitos; e o rendimento oscilante associado ao trabalho, sem garantia de salário mínimo.

Do ponto de vista das cadeias produtivas pelas quais esse trabalho é utilizado, como a do alumínio, do vidro, do papel e do plástico, a catação e a triagem constituem a sua ponta precária.

Conforme demonstramos, a atividade de triagem de resíduos sólidos é intensiva em força de trabalho e funciona com pouco investimento em tecnologia. Ao mesmo tempo, ela está inserida numa cadeia produtiva em franca expansão. A inserção de materiais reciclados para substituir a matéria-prima original é a tendência mais atual nos diferentes ramos industriais, por ser ambientalmente correta e economicamente viável. No entanto, essa viabilidade ocorre às custas da precariedade na ponta da cadeia produtiva, conforme afirmam Bosi (2008) e Lima (2009).

Durante os estudos de caso, relatamos diferentes momentos em que a queda dos preços dos materiais recicláveis repercutiu fortemente no processo organizativo das cooperativas. Apesar dos abalos, as cooperativas não se desmancharam. Elas perderam alguns membros (mas permaneceram aqueles presos por outros laços, como os familiares), abriram mão dos processos de formação e aumentaram sua produtividade. Assim, quando o preço cai, as cooperativas realizam uma compensação aumentando sua capacidade de produção e, conseqüentemente, a quantidade de material disponível para a reciclagem. Para lograr essa compensação, intensificam seu processo de trabalho, aumentam a jornada e criam formas paralelas de produção (a exemplo da estratégia criada pela cooperativa B) para amenizar a diminuição das retiradas.

É importante lembrar que os baixos preços são determinados pelos atravessadores e pelas empresas recicladoras, que se utilizam desse mecanismo para se apropriar de uma fatia maior da riqueza produzida por trabalhadores de cooperativas ou catadores autônomos.

Dessa forma, ainda que não possamos falar de uma apropriação da mais-valia, fica evidente uma relação de subordinação e exploração desses trabalhadores pelo grande capital concentrado nas empresas de reciclagem.

Para lograr essa exploração não há necessidade da propriedade privada dos meios de produção ou da existência de um patrão ou chefe para impor o aumento da jornada de trabalho ou a intensificação de seu ritmo. Às vezes a figura do gerente é personificada por alguma das lideranças (a exemplo da cooperativa A), mas, independentemente de ser uma liderança ou o coletivo de trabalhadores quem delibera sobre essa questão, o aumento da intensidade do trabalho é determinada por um mecanismo exploratório abstrato, um capitalista não-materializado, mas presente em espírito: pela lógica do mercado. Essa questão repõe o debate clássico sobre a funcionalidade das cooperativas no capitalismo (LUXEMBURGO, 1970), à qual no referimos no Capítulo 1.

Assim, as cooperativas de triagem de resíduos sólidos representam, ao lado dos processos industriais de reciclagem, a hibridização dos sistemas de exploração, nos quais formas novas e arcaicas convivem no contexto da acumulação flexível, conforme discutimos com base nas ideias de Harvey (2006), no Capítulo 1.

Descrevemos, para o caso de Campinas, uma política pública municipal que organiza esses trabalhadores, mesmo que precariamente. Ela surge como um programa de geração de trabalho e renda para trabalhadores desempregados – mas, ao longo de oito anos de existência, não conseguiu ir além do fornecimento de espaço físico e da estruturação mínima de uma coleta seletiva municipal. Ressalte-se que essa modalidade de coleta ocupa um espaço ínfimo no contrato do lixo, uma das maiores licitações municipais. À medida que essa política é residual e não consegue interferir na lógica perversa à qual as cooperativas estão submetidas, ela é no mínimo conivente com o aumento gradativo da exploração desses trabalhadores.

A pesquisa contribuiu para mostrar que essa exploração, que se processa na cadeia produtiva da reciclagem, é sexuada. Nos dois estudos de caso encontramos a predominância da força de trabalho feminina (na cooperativa A, 60% são mulheres; na cooperativa B, 75% são mulheres) e a alocação das mulheres numa função específica do processo produtivo: a triagem.

A atividade de triagem consiste na seleção criteriosa dos mais de 30 tipos de material reciclável. Trabalhando de pé, em bancadas ou mesas de triagem, as mulheres separam os materiais utilizando visão e tato, e por vezes submetendo alguns materiais ao teste de fogo e cor da fumaça, analisando sua flexibilidade e densidade. Esse processo é realizado com agilidade, quase que ininterruptamente, ao longo do expediente.

Os homens, com algumas exceções, não realizam a triagem. Eles transportam o material dentro da cooperativa, alimentam as mesas de triagem, prensam o material separado, manejam os fardos e carregam o caminhão. Essas atividades demandam maior esforço físico concentrado e estão relacionadas à utilização de maquinário como prensa e empilhadeira.

A partir dessa clara divisão sexual do trabalho, analisamos as variações realizadas em cada cooperativa, em alguma medida estimuladas pelo processo de incubação, e a valoração atribuída aos diferentes trabalhos.

Observamos momentos de questionamento e de relaxamento dessa divisão, que consistiram em situações ricas de aprendizagem e de reflexão e, no caso da cooperativa B, resultaram numa postura de incentivo às mulheres por parte da coordenadora de produção para que elas se apropriassem do manejo do maquinário. Na cooperativa A observamos a

alteração de um sistema de retirada que pressionava fortemente o setor feminino para um sistema que atribui os mesmos critérios de remuneração para homens e mulheres. Observamos ainda a migração de um homem para a atividade de triagem. Esses exemplos mostram que o trabalho associado é um terreno fértil para a introdução de algumas modificações no que se refere às relações de gênero no ambiente do trabalho. Os trabalhadores estão dispostos a discutir e alterar algumas configurações. No entanto, ao mesmo tempo em que os empreendimentos se arriscam a realizar novas experiências e adotar novas formas de organização, diante de uma maior pressão do mercado eles se veem obrigados a regredir ao formato antigo, em que a eficiência produtiva e a condição de sexo estão atreladas.

Nesse sentido é preciso lembrar que a divisão sexual do trabalho não é apenas uma construção particular de cada cooperativa, mas uma organização social estruturante que se impõe a cada empreendimento. O caso da cooperativa B mostrou que, toda vez que é preciso intensificar o processo de trabalho, a divisão sexual do trabalho se recoloca de forma mais nítida. Assim, essa divisão, observada nas duas cooperativas, está a serviço da lógica de aumento constante de produtividade imposta pelo mercado.

Isso mostra que a perspectiva de relações de gênero mais igualitárias não é uma questão à parte, mas precisa estar atrelada ao enfrentamento dos problemas mais gerais da cooperativa. Conforme discutimos no Capítulo 2, a perspectiva da modificação cotidiana das relações de gênero precisa estar articulada ao horizonte da transformação social.

Ao ampliarmos o olhar da divisão sexual do trabalho para as responsabilidades reprodutivas, foi possível constatar uma diferença significativa entre os sentidos do trabalho associado para os homens e para as mulheres. Para as mulheres entrevistadas, o trabalho associado representa uma ocupação de grande duração e com remuneração significativa em suas trajetórias ocupacionais, além da possibilidade de conciliar melhor as atividades produtivas e reprodutivas. O grupo dos homens entrevistados é bastante heterogêneo, e nele não foi possível estabelecer um sentido comum a respeito do trabalho associado. Para alguns, representa uma melhora em relação às ocupações anteriores; para outros uma piora; e para outros ainda uma complementação à aposentadoria.

Para as mulheres, a perspectiva da conciliação entre a atividade produtiva e as inúmeras responsabilidades reprodutivas que possuem, devido à situação de vulnerabilidade

social em que se encontram, é uma característica marcante em quase todos os depoimentos. As mulheres ausentam-se periodicamente para acompanhar o tratamento médico de filhos e para amparar conflitos familiares, entre outros motivos. Para algumas, a cooperativa é o único espaço possível que compreende e tolera a necessidade de ausência para atender os diversos problemas enfrentados no plano familiar.

Essa inconstância da vida cotidiana, determinada pela gravidade dos problemas que se antepõem à responsabilidade do trabalho produtivo, se combina com os imperativos da acumulação flexível. A ausência das mulheres é compreendida, mas não é amparada financeiramente pela cooperativa. Elas podem faltar, mas receberão menos ou terão que repor a produção. Nesse caso, flexibilidade é menos sinônimo de mobilidade ou liberdade, e mais de precariedade, instabilidade e conciliação entre o enfrentamento dos problemas familiares e a possibilidade de alguma sustentação financeira. Assim, tanto a flexibilidade das relações de trabalho quanto a responsabilidade pelo enfrentamento dos problemas sociais em nível micro recaem mais fortemente sobre as mulheres, confirmando a perspectiva postulada pela economia feminista, discutida no Capítulo 2, de que as mulheres possuem um importante papel na gestão invisível das crises econômicas e sociais. Gestão que é, segundo essa perspectiva, um dos pilares ocultos sob o qual o sistema econômico se sustenta (BENERÍA, 2004; CARRASCO, 2006).

Dessa forma, a predominância da força de trabalho feminina nesse segmento, a divisão sexual do trabalho interna às cooperativas e a possibilidade de conciliação das atividades produtivas e reprodutivas por parte das mulheres são três dimensões de gênero que se revelaram entrelaçadas e configuram uma condição de exploração específica dessa mulher trabalhadora.

Nesse sentido, esta pesquisa se soma a uma série de estudos que procuraram detectar as repercussões das novas formas de organização do capital sobre a classe trabalhadora, em especial sobre a centralidade do trabalho feminino e precário nessas novas (ou velhas) configurações (HARVEY, 2006; ARAÚJO et al, 2004; ABRAMO, 1998; HIRATA, 2007).

Ao mesmo tempo, esta pesquisa não assume que essa é uma tendência inexorável, mas demonstra que existe espaço e possibilidade para a construção de resistência a esse cenário. Procuramos evidenciar a organização do Movimento Nacional dos Catadores de

Materiais Recicláveis, que se posiciona de forma crítica quanto a essa situação e está construindo uma série de alternativas para a categoria. Conforme relatamos no Capítulo 3, o movimento pressiona por apoio público na construção de centrais de venda e no fomento às indústrias de processamento articuladas às cooperativas e às associações de catadores. Também é válido ressaltar que o MNCR já conquistou uma lei que possibilita que as prefeituras remunerem associações e cooperativas de catadores pelo serviço de coleta (BRASIL, 2007). Dessa forma, já existe a possibilidade concreta de que esses trabalhadores tenham uma remuneração fixa pelo serviço que prestam, independentemente da venda dos materiais no mercado.

O processo de incubação pelo qual as cooperativas analisadas passaram também se situa numa perspectiva de formação crítica em relação a esse contexto. Ao executar e refletir sobre a autogestão interna, os trabalhadores deparam conscientemente com os limites aos quais estão submetidos. Na ação cotidiana, esses trabalhadores constroem formas de resistência e experimentam novas formas de organização e gestão do trabalho, inclusive com respeito ao gênero. Esse processo educativo, evidentemente, não é suficiente para solucionar a problemática à qual esses trabalhadores estão submetidos, mas é fundamental para a construção de alternativas. Assim, mesmo que a situação atual se apresente como extremamente complexa e difícil, as iniciativas apontadas representam um avanço na organização de trabalhadores do material reciclável.

Esta pesquisa contribui para destacar que a questão da divisão sexual do trabalho e da desigualdade de gênero também é um tema que precisa ser cada vez mais observado nesse processo.

A partir das necessidades reveladas pelos estudos de caso, apresentamos a seguir alguns apontamentos que podem contribuir para o fortalecimento de cooperativas de triagem de resíduos sólidos, abarcando a perspectiva da alteração das relações de gênero.

A pesquisa aponta a necessidade de um olhar de gênero tanto para dentro do processo produtivo quanto para as condições extratrabalho. Esse olhar precisa ser contemplado na elaboração de políticas públicas que contribuam com a estruturação do segmento.

No que diz respeito às condições de trabalho internas aos empreendimentos, destaca-se a necessidade de fomentar o desenvolvimento de tecnologias adequadas tanto ao

princípio da gestão democrática quanto à condição de gênero. Nesse sentido, destacamos como positiva a aquisição de empilhadeira hidráulica, observada na cooperativa B, que possibilitou a realização da atividade de manejo dos fardos por mulheres. Da mesma forma, outros e mais adequados equipamentos de produção e de segurança podem ser desenvolvidos de maneira colaborativa com os trabalhadores, visando a melhoria das condições de trabalho de homens e mulheres. A construção participativa, segundo os princípios da adequação sociotécnica e da tecnologia social, permite a introdução de novos valores e critérios no desenvolvimento e reprojeto de máquinas e equipamentos. Assim seria possível alterar a imagem e o padrão masculinos associados aos aparatos técnicos, conforme discutimos no Capítulo 6, segundo as idéias de Wacjman (1998). Para tanto, são necessárias linhas específicas de financiamento público de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. É importante que essas inovações venham acompanhadas de processos de formação, inclusive em relação à questão do gênero, para que a incorporação das novas máquinas contribua com a construção de outras relações sociais em lugar daquelas pautadas segundo a hierarquia de sexo.

O olhar específico de gênero também precisa estar presente em outros processos de formação, como naqueles relativos à gestão do empreendimento, para que se possa favorecer a qualificação de mulheres não apenas na administração interna, mas na representação política de sua cooperativa. Conforme revelaram os dois estudos de caso, há lideranças femininas consolidadas na gestão interna do empreendimento, mas elas percebem barreiras que as constroem a ocupar os espaços de representação externa.

Também a contabilidade, conforme observado no caso da cooperativa A, merece atenção quanto às questões de gênero para que, igualmente nessa frente, a hierarquia entre os sexos possa ser combatida.

Em todas essas frentes de formação poder-se-ia contar com a colaboração de incubadoras universitárias, centros de formação em Economia Solidária e outras instituições de fomento ao trabalho associado. Para tanto, seria importante ampliar o apoio público a essas organizações e favorecer que elas também aperfeiçoassem seus conhecimentos sobre gênero.

No que diz respeito às condições extratrabalho, destaca-se que a possibilidade das mulheres entrevistadas trabalharem deve-se à existência de creches, escolas e outras

instituições sociais que acolhem seus filhos. No entanto, na perspectiva de coletivizar cada vez mais os serviços de cuidado, é importante fomentar a criação de outros equipamentos – restaurantes populares, por exemplo. A pesquisa mostrou que a superlotação dos serviços de saúde e a precariedade do ensino público também incidem sobre a vida das mulheres. Um investimento significativo nessas políticas sociais repercutiria positivamente na vida de mulheres e homens trabalhadores.

Segundo a perspectiva de autogestão adotada, o desafio depositado em processos que buscam essa forma de organização consiste em extrapolar o espaço do trabalho produtivo e vislumbrar a autogestão da vida. Isso implica inclusive em reconhecer o trabalho reprodutivo e contemplá-lo nas decisões a serem feitas nas mais diversas instâncias. Fazendo com que as questões relativas aos cuidados e às atividades domésticas deixem de ser exclusividade do universo privado; discutindo-as no ambiente de trabalho; e tratando-as como questões políticas, relacionadas à produção e à sustentação da vida, é possível que se contribua para uma divisão mais equânime do trabalho entre os sexos. Esse desafio é compreendido por esta pesquisa como um dos obstáculos a serem transpostos, rumo a uma sociedade justa e igualitária.

Referências

ABRAMO, Lais. Um olhar de gênero. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, L. e ABREU, Alice R. P. (orgs). **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana**. São Paulo/ Rio de Janeiro, ALAST, 1998.

Acorda, Raimundo, Acorda! Filme curta-metragem. Direção: Alfredo Alves, Ficção, 1990, 16 minutos, DVD.

ANDRADE, Priscilla M. A economia solidária é feminina? A Política Nacional de Economia Solidária sob o olhar de gênero. **SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, Universidade de Brasília, v.10. n. 23, julho a dezembro de 2008.

ARAÚJO, Ângela M. C. *Apresentação do Dossiê: Gênero no trabalho*. **Cadernos Pagu** 17/18, Núcleo de Estudos de Gênero, 2001/2002, Campinas: UNICAMP, 2002. p. 131-138.

ARAÚJO, Angela M. C.; AMORIM, Elaine R. A, FERREIRA, Verônica C. Os sentidos do Trabalho da Mulher no contexto da Reestruturação Produtiva. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004. Texto disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf, consultado em 30/03/2010, 9h.

BENERÍA, Lourdes. La mujer y el género en la economía: un panorama general. In: VILLOTA, Paloma de. **Economía y Género – macroeconomía, política fiscal y liberalización. Análisis de su impacto sobre las mujeres**. Barcelona: Icaria, 2004. p. 23-74.

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BRASIL. Decreto nº 5940, de 25 de outubro de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 26 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm. Consultado em 04/03/2010.

BRASIL, Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 11 de Janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. - altera art 24, inciso XXVII da lei 8.666/93: dispensa licitação em caso de contratação para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm Consultado em 03/04/2010.

BRUSCHINI, Cristina et al. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina et al (org.). **Mercado de trabalho e gênero – comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 15-33.

BOSI. Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol 23, n. 67 jun. 2008. p. 101-116.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CALIXTRE, André B. **A Solidariedade Autogestionária**, monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Econômicas, IE/UNICAMP, 2006.

CAMPINAS-SP. Portaria municipal nº 48.915, de 5 de setembro de 2001. **Diário Oficial do Município de Campinas**, 5 de setembro de 2001, p.3.

CAMPINAS-SP. Decreto municipal nº 14.265, de 21 de março de 2003. **Diário Oficial do Município de Campinas**, 25, mar. de 2003. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec14265.htm>, consultado em 25/02/2010, 16h05.

CAMPINAS-SP. Lei nº 10039, de 9 de abril de 1999. Cria o programa de cooperativas de desempregados. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/328395/lei-10039-99-campinas-sp>. Acesso em: 04/03/2010, 17h.

CARRASCO. Cristina. La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA. Maria Jesus (Org.) **Estúdios sobre gênero y economia**, Madrid: Akal, 2006.

CARRASCO. Cristina. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Ma. Lucia; TITO, Neuza (Org.) **Trabalho doméstico e de cuidados – por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo, Sempreviva organização feminista, 2008. p. 91-104.

CASTRO, Bárbara Geraldo de. **A economia solidária de Paul Singer : a construção de um projeto político**. Dissertação (mestrado) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP : [s. n.], 2009.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica marxista**, nº11. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 98-108.

CASTEL, Robert. **Las metamorfosis de la cuestión social – una cronica del salariado**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1997.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural**. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

COCKBURN, Cynthia. Os homens e a geração de mudanças. **Cadernos Pagu**, 10, gênero, tecnologia e ciência. Campinas: Unicamp, 1998. p.399-440.

CORAGGIO, José L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, Gabriel e AGUIAR, Kátia (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 67 – 89.

CURI FILHO, Wagner Ragi et al. Integração dos elos da cadeia produtiva e dimensionamento do capital de giro de uma rede de reciclagem solidária. In: ZANIN, Maria e GUTIERREZ, Rafaela F. (org.) **Economia Solidária: Tecnologias em Reciclagem de Resíduos para geração de Trabalho e Renda**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 264-273.

DAGNINO, Renato. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In: DAGNINO, Renato (org). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas Ed. IG/UNICAMP, 2009. p.73-112.

DAL RI, Neusa.M.; VIEITEZ, C.G. Protagonismos do Trabalhador Associado e Educação. In: SCHMIDT, C. E NOVAES, H. T. **Economia Solidária e Transformação Social: rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

_____. **Mudança Social na América Latina, Trabalho associado e educação**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin; Marília, SP: Grupo O&D, 2009.

_____. A educação do movimento dos Sem-Terra. Instituto de Educação Josué de Castro. **Educação e Sociedade**. Campinas vol. 25, n. 89, , Set./Dez. 2004. p. 1379-1402.

DAMÁSIO, João; DELMONT, Luís Gustavo; TEIXEIRA, Telma Cristina Silva. **Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Relatório Técnico Final, janeiro de 2006. Disponível em <http://www.coletasolidaria.gov.br/menu/material-de-apoio/Analise%20do%20Custo%20de%20Geracao%20de%20Postos%20de%20Trabalho.pdf/view>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2010, 17h50.

DANTAS, Isolda. Una economia solidária con igualdad para las mujeres. **América Latina em movimiento, no. 430, economia social e solidária**, publicação virtual, ALAI e RILESS, 2008. p. 14-16. Disponível em: <http://alainet.org/publica/430.phtml>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2010, 17h59.

DEMAJOROVIC, Jacques. A evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos e seus instrumentos, **Cadernos Fundap**, São Paulo: 1996. p. 47-58. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad20/Fundap%2020/A%20EVOLUCAO%20DOS%20MODELOS%20DE%20GESTAO%20DE%20RESIDUOS%20SOLIDOS%20E%20SEUS.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2010, 18h03.

FALS BORDA, Orlando e BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Investigacion participativa**, Montevideo: Ed. Banda Oriental, 1986.

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa: relações de poder e trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, **Relatório da VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES**, novembro de 2008. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=408&Itemid=18. Acesso em: 17 de fevereiro de 2010, 18h09.

FCC, Fundação Carlos Chagas. **Ganhos de homens, ganhos de mulheres**, 2009. Disponível em: http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/ghgm.html

FRAGA, Lais; SILVEIRA, Ricardo; VASCONCELLOS, Bruna. O processo de desenvolvimento de uma tecnologia social: mesa de triagem de materiais recicláveis. **Coletiva** v. 1 ITCP/UNICAMP, Campinas: Ed IE/UNICAMP, 2010 (no prelo).

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária, uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. Agência de desenvolvimento Solidário, 2002. Disponível em: www.ads.org.br. Acesso em: 17 de fevereiro de 2010, 18h12.

GARDEY, Delphine. Perspectivas históricas. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho**, São Paulo: Ed. Senac, 2003. p.37-53.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed Loyola, 2005.

HELLER, Pablo. **Fábricas Ocupadas – Argentina 2000-2004**. Buenos Aires: Rumbos, 2004.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho**, São Paulo: Ed. Senac, 2003. p. 111-123.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos, **Revista de Estudos Feministas**. n. 1/94, p. 93-100, 1º sem./1994.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** Botempo: São Paulo, 2002.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA e SEGNINI, Liliana (Org.) **Organização, trabalho e gênero.** São Paulo: Ed. Senac, 2007. p. 88-105.

ITCP, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. **Empírica, metodologia de incubação.** Campinas-SP: Ed. IE/UNICAMP, 2009. Disponível em: www.itcp.unicamp.br/empirica. Acesso em: 17 de fevereiro de 2010, 18h20.

JACOBI, Pedro R e BESEN, Gina Rizaph. Gestão de Resíduos Sólidos na região metropolitana de São Paulo, avanços e desafios. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 2, abr./jun. 2006, p. 90-104. Disponível em: www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v20n02/v20n02_07.pdf. Acesso em: 17 de fevereiro de 2010, 18h30.

JARA HOLLIDAY, Oscar. **Para sistematizar experiências.** Brasília: MMA, 2006.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Revista Pró-posições** Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, v.13, n 1 (37), jan/abr. 2002. p. 47-59.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e Consubstancialidade das Relações Sociais. **Novos Estudos 86.** São Paulo: Cebrap, 2010.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: KRAYCHETE, Gabriel e AGUIAR, Kátia (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação.** São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 32 – 66.

LEITE. Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação, mudanças produtivas e atores sociais,** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e realidades. In: LEITE, Márcia de P. e ARAÚJO, Ângela Ma. Carneiro (Org.). **O Trabalho Reconfigurado. Ensaio sobre Brasil e México.** São Paulo: Annablume, 2009a. p. 67 - 94.

_____. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. Texto apresentado no Workshop **A Informalidade revisitada: Das origens às novas abordagens,** ABET, Universidade Federal de Campina Grande, dezembro de 2009b.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial, In: LIMA, J. C. (Org.) **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado,** São Paulo: Ed. Annablume, 2007. p. 127-169.

LIMA, Dumara Regina de. A cadeia produtiva da lata de alumínio com foco no catador e os dois circuitos da reciclagem no Brasil. In: ZANIN, Maria e GUTIERREZ, Rafaela F. (org.) **Economia Solidária: Tecnologias em Reciclagem de Resíduos para geração de Trabalho e Renda**. São Carlos: Claraluz, 2009. p.224-235.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**, Lisboa: Ed. Estampa, 1970.

MARCONSIN, Adauto. **Política pública de economia solidária: uma política em construção**. Tese de doutorado. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp, 2008.

MATHIEU, Nicole Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.222-231.

MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

MARX, Karl. *Trabalho alienado* IN: **Manuscritos Econômicos e Filosóficos** de 1844.

_____. **Cooperativismo e Socialismo**, Coimbra: Centelha, 1979.

MNCR, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. **Mercado de trabalho conjuntura e análise**, Ipea, 41, Brasília: MTE, 2009. p. 55-58.

_____. Carta de Brasília, 2001. Disponível em: http://www.mnrc.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia. Consultado em 30 de março de 2010, 9h50.

MORIN, André. **Pesquisa-ação integral e sistêmica – uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. <http://www.mte.gov.br/> Consultado em 30 de novembro de 2009, 8h20.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão: Palavra e idéia**, arquivo digital, 200?.

NASCIMENTO, Cláudio. Socialismo autogestionário. In: CATTANI, Antonio David (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003

NOBRE, Mirian. Diálogos entre economia solidária e economia feminista. NEAD, 2003. Disponível em <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=24>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008. 15h33.

NOVAES, Henrique T. **O fetiche da Tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

O' DONNEL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado (I) **Revista de Cultura e Sociedade**, nº 3, São Paulo: CEDEC, nov./jan., 1981. p. 71-93.

PACS, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. www.pacs.org.br. Consultado em 10 de maio de 2008, às 7h30.

PIORE, M. e SABEL, C. **The Second Industrial Divide**, New York: Basic Books, 1984.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POCHMAN, Márcio. Emprego e custo do trabalho feminino no Brasil no final do século XX. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres**. Ed Lais Abramo, 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**, Rio de Janeiro: Campus, 1980.

QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**, Rio de Janeiro: PACS, 2006.

RIBAS BONET, Maria Antonia. **Mujer y trabajo en la Economia Social**. Madrid: Consejo Económico y Social (CES), 2005.

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver os caminhos, da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 329-367.

RUTKOWSKI, Jacqueline. A rede Cataunidos: Esperanças e percalços da implantação de uma rede de Economia Solidária. In: ZANIN, Maria e GUTIERREZ, Rafaela F. (org.) **Economia Solidária: Tecnologias em Reciclagem de Resíduos para geração de Trabalho e Renda**. São Carlos: Claraluz, 2009. p.294-306.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Graciete. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. In: **Mulheres, Economia Solidária e Cidadania**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 5, 2009. p. 69-90.

SARDÁ, Maurício. A Autogestão na revolução dos cravos (1974-1975). In: SCHMIDT, C. e NOVAES, H. T. (Org). **Economia Solidária e Transformação Social**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCHIOCHET, Valmor; BRANDES, Mairon. Espaço e cadeias produtivas solidárias: o caso da reciclagem. **III Encontro de Economia Catarinense**. Blumenau-SC: FURB, 2009.

Disponível em: http://www.apec.unesc.net/artigos_IIIIEEC.html. Consultado em 3 de março de 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu** (3) 1994: p.11-27.

SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária http://www.mte.gov.br/tca_contas_anuais/2006/senaes.asp Consultado em 20 de fevereiro de 2010, às 17h10.

SIES, Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008, 14h20.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In SANTOS, Boaventura de Sousa, **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **As desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem da economia feminista**. Tese de doutorado (em elaboração), Instituto de Economia, Campinas: UNICAMP.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: Edufscar, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. La economía “moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: THOMPSON, E. P. **Tradicición, Revuelta y Consciencia de Clase**. Barcelona: Crítica, 1979.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação**, no. 27, Volume 26, n. 1, jan./jun. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 69-94.

TODARO, Rosalba; GODOY, Lorena; ABRAMO, Lais. Desempenho laboral de hombres y mujeres: opinan los empresarios. **Cadernos Pagu 17/18**, Núcleo de Estudos de Gênero, 2001/2002, Campinas: UNICAMP, 2002. p.197-209.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Reflexões sobre o socialismo**, São Paulo:Ed. Moderna, 1986.

WAJCMAN, Judy. Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero. **Cadernos Pagu**, 10, gênero, tecnologia e ciência. Campinas: Unicamp, 1998.

WIRTH, Ioli Gewehr. FRAGA, Lais e VASCONCELLOS, Bruna. Homens e mulheres na discussão sobre a organização produtiva de seu empreendimento. **Anais do II Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade**, UTFPR, Curitiba, 2007.

WOMACK, J. JONES, D. e Roos, D. **A máquina que mudou o mundo**, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

APÊNDICE A - Roteiro de observação do processo produtivo

1. Layout da cooperativa

Desenho esquemático da disposição das máquinas e da divisão dos espaços de trabalho.

Desenho do caminho dos resíduos dentro da cooperativa, da recepção à comercialização.

Desenho da alocação dos cooperados e cooperadas na cooperativa.

2. Etapas de produção comumente existentes em empreendimentos de triagem:

Existe algum tipo de Pré-triagem? Quem faz?

Pesagem

Triagem

Prensagem

Venda:

Prensagem. Quem faz? Quantas pessoas estão aptas a fazer? O que acontece se essas pessoas faltam?

Quantas prensas existem?

Beneficiamento:

Armazenamento.

3. Outras informações sobre a produção

Divisão de turnos?

O atual layout do empreendimento sempre foi o mesmo ou passou por mudanças? Como era antes? Como foi a mudança (pelo coletivo de trabalhadores, conselho administrativo, incubadora)?

Existe dificuldade para os trabalhadores na realização de alguma tarefa da produção (que demande muita força física, ou que está centrada em só uma pessoa, por exemplo)? Como essa dificuldade é superada?

Todos os trabalhadores desenvolvem as mesmas atividades ou existem funções específicas no processo produtivo? Caso existam, quais são elas e por que existe essa diferenciação?

Existe diferenciação do trabalho por gênero? E por faixa etária? Caso existam, quais são?

Todos os trabalhadores conhecem todo o processo de produção? Se não, quais conhecem?

O modo como é feita a retirada do empreendimento influencia a produção? Ou vice-versa?

Coleta de dados para selecionar entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Estado civil	Quantidade de filhos (idade e sexo)	Tempo de trabalho na cooperativa

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista

Data: Hora: Duração:

Explicar, em linhas gerais, o objetivo da entrevista

Nome:		Sexo:	
Idade:	Estado civil:	Cor/raça/etnia:	Escolaridade:
Quantos filhos:		Idade dos filhos:	Idade das filhas:

1. Trajetória profissional e história de vida.

Até que idade o/a Sr. (a) estudou? Com que idade começou a trabalhar? Quais trabalhos exerceu? Sob quais vínculos de trabalho? Durante quanto tempo permaneceu em cada trabalho? Em quais momentos parou de trabalhar? Quando e por que saiu do trabalho?

2. Como o/a Sr. (a) soube da cooperativa? Por que entrou na cooperativa?

3. O que o(a) Sr.(a) acha do trabalho em uma cooperativa, em comparação com o trabalho assalariado ou com os outros trabalhos já realizados?

4. Comparando ainda o trabalho na cooperativa com os outros trabalhos que o(a) Sr.(a) já exerceu.

a) O que o(a) Sr.(a) acha da carga de trabalho de vocês aqui?

b) O que o(a) Sr.(a) acha das condições de segurança e saúde no trabalho?

c) O nível de stress é maior ou menor?

d) O empenho do(a) Sr.(a) é maior ou menor?

e) A sua participação nas decisões é maior ou menor?

5. A colaboração entre os trabalhadores, é maior ou menor em relação às outras experiências de trabalho que o/a Sr.(a) teve? Por quê?

6. O ambiente de trabalho é melhor ou pior em relação a suas experiências anteriores de trabalho? Por quê?

7. O/a Sr.(a) se relaciona com as pessoas da cooperativa fora do local de trabalho? Onde?

8. Como é seu relacionamento com seus colegas de trabalho homens e mulheres? Há diferença?

9. Como é seu relacionamento com o presidente e os diretores da cooperativa? Por quê?

10. Quando o/a Sr.(a) tem algum problema no trabalho, resolve com :

() o presidente/a diretoria da cooperativa

- () com os colegas
 () na assembleia
 () no conselho fiscal
 () outros _____

Até agora falamos sobre o trabalho na cooperativa, gostaria agora de falar também sobre um outro tipo de trabalho, o trabalho doméstico.

11. O que são para o/a Sr. (a) afazeres domésticos? (Quais são as tarefas que fazem parte do trabalho doméstico?)

_ Se não citarem o cuidado com os filhos como parte destes afazeres, mencionar, assim como cuidado com idosos e doentes...

12. Quem mora na sua casa? Quem cuida dessas tarefas, na sua casa? Os filhos participam? Em que tarefas? E as outras pessoas que moram na casa?

_ Essa participação é constante ou esporádica? Existe alguma dificuldade na divisão dessas tarefas?
 _ Pode-se explorar quais tarefas elas/eles acham que são responsabilidade das mulheres e quais não...
 _ Pode-se explorar também o que elas/eles acham que os homens – maridos, companheiros, filhos – deveriam fazer, em termos de dividir com elas as tarefas domésticas.

13. (opcional). Na sua casa, como é dividido o trabalho doméstico? (resposta múltipla; circule o número correspondente à alternativa).

_ Utilizar esta questão como auxílio ou como carta na manga para os entrevistados masculinos, caso eles sejam muito sintéticos na questão anterior.

Tarefas	Entrevistado(a)	Marido/ mulher	Filho	Filha	Outros Indique Quem?
1. Cuidado com as crianças	1	2	3	4	5 _____
2. Alimentação	1	2	3	4	5 _____
3. Lavar e passar roupa	1	2	3	4	5 _____
4. Cuidar de idosos e doentes	1	2	3	4	5 _____
5. Limpeza	1	2	3	4	5 _____
6. Outra: _____	1	2	3	4	5 _____

14. Por que você acha que os homens e as mulheres assumem tarefas diferentes no trabalho doméstico?

15. O/a Sr. (a) conhece as etapas do processo de produção da cooperativa?

16. Em caso afirmativo. Como o/a Sr. (a) conheceu todas as etapas?

- () quando eu entrei alguém me explicou
 () observei sozinho(a)
 () com a oficina da ITCP (que construiu coletivamente o fluxograma de produção)
 () outro: _____

17. O/a Sr. (a) acha que os trabalhadores da cooperativa, em geral, têm interesse em conhecer as etapas de produção?

Mostrar o fluxograma de produção da cooperativa que explicita que na triagem há somente mulheres.

18. A produção sempre foi organizada dessa forma?

19. Por que há somente mulheres na etapa da triagem?

20. O que o(a) Sr. (a) acha dessa divisão do trabalho na cooperativa?

21. Há vantagens/desvantagens nessa divisão? Quais?

22. O/a Sr. (a) estaria disposto(a) a experimentar uma outra função na cooperativa? Qual? Por quê?

23. O trabalho na cooperativa tem alguma semelhança com o trabalho que o/a Sr. (a) realiza em sua casa? Explique

24. Com quem ficam os seus filhos quando você vai trabalhar? O/a Sr. (a) deixa os filhos com alguém tomando conta (quem)? Em creche, ou outro tipo de escola infantil? Pública ou privada?

25. Quando você chega em casa, após um dia de trabalho, o que o/a Sr(a). costuma fazer?

26. Juntando o seu tempo de trabalho na cooperativa com o trabalho de casa, quantas horas o/a Sr. (a) trabalha por dia?

27. Quantas horas trabalha na cooperativa? A que horas inicia o expediente? A que horas termina o expediente?

28. Quantas horas trabalha em casa, no serviço doméstico por dia?

29. Qual trabalho é mais importante para o/a Sr. (a)? O trabalho de casa ou o trabalho da cooperativa? Por quê?

30. O trabalho de casa interfere no trabalho da cooperativa? Como?

31. O trabalho da cooperativa interfere no trabalho de casa? Como?

32. O/a Sr. (a) já faltou ou saiu mais cedo da cooperativa em função de alguma questão familiar? Devido a que tipo de questão? Como isso foi visto pela cooperativa?

33. O/a Sr. (a) já trabalhou na cooperativa fora do horário de expediente para dar conta da produção? Com que frequência isso acontece? Como isso foi visto por sua família?

34. O/a Sr. (a) acha que a cooperativa, em relação a uma empresa comum, se posiciona de forma mais severa ou mais compreensiva em relação às necessidades dos trabalhos de casa?

35. Existe alguma regra em relação a faltas ou possibilidade de negociação de horário de trabalho por doença de filho ou outro parente na cooperativa? Essa questão já foi abordada em alguma reunião?

Só para as mulheres. Se o entrevistado for homem, pular para a questão 40.

36. Quando a Sra. engravidou, já trabalhava na cooperativa?

() sim () não

37. Em caso afirmativo. A Sra. tirou licença-maternidade? De que forma foi remunerada? Pelo INSS?

38. A Sra. obteve licença médica para as consultas pré-natal?

_explorar como a cooperativa lidou com esse caso, se a ausência era compreendida como falta ou se houve a compreensão de direito.

39. E durante o período de aleitamento, como a Sra. conciliou trabalho e maternidade?

Em caso negativo ou para os entrevistados homens

40. O/a Sr. (a) conhece alguma colega de trabalho que engravidou enquanto trabalhava na cooperativa? Ela tirou licença-maternidade? De que forma foi remunerada? Pelo INSS? A mãe de seus filhos engravidou quando o Sr. já trabalhava na cooperativa?

41. Ela obteve licença médica para as consultas pré-natal? Como o Sr. acompanhou a gravidez?

_explorar como a cooperativa lidou com esse caso, se a ausência era compreendida como falta ou se houve apoio.

42. A cooperativa abordou o caso de gravidez em alguma reunião? O que foi definido?

43. Qual sua retirada média mensal na cooperativa?

44. O(a) Sr(a). possui outra renda? Qual?

45. A sua retirada é a principal fonte de renda de sua família?

46. Qual seria em sua opinião o valor de uma retirada ideal?

47. A forma como está organizada a produção na cooperativa influencia no valor da retirada de cada um? De que forma?

_explorar a remuneração por produtividade... pode ser influência, exigência externa (incubação, assessoria) ou pode ter sido uma decisão dos próprios cooperados

48. Qual a sua opinião a respeito das diferenças de retirada na cooperativa?

() justas () injustas

49. (Caso a tenha respondido “injustas”) Já ocorreu algum movimento contra essa situação?

50. Se sim, especifique (explorar o máximo possível: motivo, duração, participação).

51. Se sim, o/a Sr.(a) participou do movimento?

52. O que o/a Sr. (a) achou do movimento?
53. Qual dos materiais vendidos pela cooperativa possui maior valor? Qual é o preço do kg?
54. Qual dos materiais vendidos pela cooperativa possui menor valor? Qual é o preço do kg?
55. Esses valores são estáveis ou instáveis?
56. O que significa ACOOP, para você ?
57. O que significa MNCR, para você?
58. Como você descreveria a relação da cooperativa com a prefeitura?
59. Como você descreveria a relação da cooperativa com seus parceiros?
60. Se o(a) Sr.(a) tivesse uma proposta para ser um(a) empregado(a) com carteira assinada, ganhando o mesmo que ganha hoje, deixaria a cooperativa?
61. Se sim, por quê?
62. Se não, por quê?
63. O/a Sr(a) tem algum projeto de vida, um sonho que queira realizar?
64. Tem mais algum comentário que você gostaria de fazer sobre o seu trabalho?
65. Caso as suas respostas sejam transcritas no texto final, como o(a) Sra. gostaria de ser identificado(a)? Com seu nome? Com um nome fictício?